



LUPATECH

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de** **30 de abril de 2013**

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(conforme item 10 do Formulário de referência – Instrução CVM 480)

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(anexo 9-1- II da Instrução CVM 481)

INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(conforme item 13 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480)

Anexo 23: PEDIDO DE PROCURAÇÃO (Instrução CVM 481)

Índice

Página

Proposta da Administração	3
Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia	5
Proposta de Destinação do Lucro Líquido	43
Informações Adicionais sobre a Remuneração dos Administradores.....	47
Anexo 23: Pedido de Procuração.....	60

Proposta da Administração

Senhores Acionistas:

O Conselho de Administração da Lupatech S.A. ("Lupatech" ou "Companhia") vem apresentar aos acionistas a seguinte proposta, a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada, em primeira convocação, em 30 de abril de 2013 ("AGOE").

Serão tratados em Assembleia Geral Ordinária os seguintes temas:

- a) Examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Com relação a este tema, o Conselho de Administração sugere a aprovação das contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

- b) Destinação do resultado do exercício.

O Conselho de Administração da Companhia, quanto a esta matéria, sugere a apropriação do prejuízo apurado pela Companhia, no montante de R\$560.699 mil (quinhentos e sessenta milhões, seiscentos e noventa e nove mil reais), à conta de prejuízos acumulados.

Serão tratados em Assembleia Geral Extraordinária os seguintes temas:

- a) Aprovar a remuneração fixa global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2013.

Quanto ao presente tema, a Administração esclarece que a remuneração fixa global da administração da Companhia será no limite global de até R\$ 7.399.825,59 (sete milhões, trezentos e noventa e nove mil oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), sendo assim subdividida:

- Até R\$ 5.698.825,59 (cinco milhões, seiscentos e noventa e oito mil, oitocentos e vinte cinco reais e cinquenta e nove centavos) para a remuneração fixa global da Diretoria;
- Até R\$ 1.701.000,00 (um milhão, setecentos e um mil reais) para a remuneração fixa global do Conselho de Administração; e,

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.lupatech.com.br - link "Relações com Investidores"), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br): (i) o Relatório da Administração; (ii) as Demonstrações Financeiras; (iii) o Parecer dos Auditores Independentes; (iv) a Proposta de destinação do lucro líquido (Anexo 9-1-II); (v) formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012; bem como (vi) Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia (Item 10 do Formulário de Referência); (vii) as informações referentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria (Item 13 do Formulário de Referência); (viii) o Anexo 23, referente ao Pedido de Procuração; (ix) o parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012; e (x) o Manual para Participação nas Assembleias, que contém todas as demais informações requeridas pelas Instruções CVM nºs. 480/09 e 481/09, nos termos do parágrafo 3º do artigo 135 da Lei nº 6.404/76 e dos artigos 6º e 9º da Instrução CVM nº 481/09.

Caxias do Sul, 12 de abril de 2013.

Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira
Presidente do Conselho de Administração

Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia

(CONFORME ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – INT. CVM 480)

10.1. Comentários sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia apresenta limitações em relação ao saldo de caixa e acesso a linhas de crédito. A gestão do caixa e do endividamento é bastante detalhada para viabilizar a manutenção das atividades operacionais normais. O movimento de renegociação dos prazos de vencimento junto as Instituições Financeiras e credores de títulos, entre eles as debêntures, tem sido importante instrumento de administração da geração e manutenção do caixa e liquidez. A restrição de caixa impõe limitações de investimentos para que a Companhia possa alavancar de forma mais acelerada os contratos ganhos.

As condições futuras da operação dependem da capacidade da Companhia em conseguir manter o processo de alongamento dos vencimentos das dividas de curto prazo assim como o reforço de caixa com a realização de ativos previstos no exercício.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Evolução da nossa Estrutura de Capital nos últimos 3 exercícios sociais:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2011	2012
	(Em milhares de R\$, exceto percentuais)		
Passivo Total	1.219.194	1.492.695	1.821.752
Endividamento Financeiro Total	1.034.407	1.284.362	1.368.837
Outros passivos circulante e não circulante	184.787	208.333	452.915
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	184.353	(43.734)	(189.750)
Estrutura de Capital			
% Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	15,1%	-3,5%	-16,1%
% Endividamento Financeiro Total	84,9%	103,5%	116,1%
% Passivo Total (Capital de Terceiros)	86,9%	103,0%	111,6%

A Estrutura de Capital, conforme calculada por nós, compreende o Patrimônio Líquido (capital dos acionistas) e o Endividamento Financeiro Total (capital de terceiros). Calculamos a composição da nossa Estrutura de Capital dividindo o Patrimônio Líquido pela soma do Patrimônio Líquido e do Endividamento Financeiro Total para calcular o percentual de Patrimônio Líquido na Estrutura de Capital, e dividindo o Endividamento Financeiro Total pela soma do Patrimônio Líquido e do Endividamento Financeiro Total para calcular o percentual de Endividamento Financeiro Total na Estrutura de Capital. Outras companhias podem calcular a Estrutura de Capital de maneira diferente da nossa.

Adicionalmente, o Endividamento Financeiro Total corresponde à soma do Endividamento Financeiro de Curto Prazo (parcela circulante dos Empréstimos e Financiamentos, Debêntures Conversíveis, Bônus Perpétuos e Perdas com Derivativos) e do Endividamento Financeiro de Longo Prazo (parcela não circulante dos Empréstimos e Financiamentos, Debêntures Conversíveis e Bônus Perpétuos).

Encerramos o exercício de 2012 com Estrutura de Capital composta de 116,1% de Endividamento Financeiro Total e -16,1% de Patrimônio Líquido negativo, devido principalmente a prejuízos acumulados. O nosso Endividamento Financeiro Total atualmente é composto pelos Bônus Perpétuos, Debêntures Conversíveis (detidas em maioria pelo BNDES) e linhas de financiamento para equipamentos com o BNDES e linhas de créditos com bancos comerciais. No exercício de 2011, nossa

Estrutura de Capital era composta de 103,5% de Endividamento Financeiro Total e -3,5% de Patrimônio Líquido negativo, e, no exercício de 2010, nossa Estrutura de Capital era composta de 84,9% de Endividamento Financeiro Total e 15,1% de Patrimônio Líquido. Não existe provisão para resgate de ações ou quotas de capital.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A capacidade está diretamente relacionada ao mencionado no item 10.1 (a) deste formulário.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em função da nossa estratégia de crescimento, ao longo dos últimos anos foram concluídas diversas aquisições de empresas, utilizando como fonte de financiamento, principalmente, recursos da Oferta Primária de Ações realizada em 2006, e recursos da emissão de dívidas como (i) Debêntures Locais emitidas em 2006 e canceladas em 2007, (ii) Bônus Perpétuos emitidos em 2007 e 2008, e (iii) Debêntures Conversíveis em Ações emitidas em 2009. Durante os exercícios de 2010 e 2011 a Companhia contratou linhas de financiamento com bancos comerciais para financiar suas atividades operacionais e investimentos em ativos não circulantes. No curso do exercício de 2012 foi efetuada capitalização relevante de capital a qual foi a principal fonte de recursos para viabilizar parte do plano de investimentos do ano e financiar o capital de giro das operações. Para 2013 espera-se obter novas fontes de financiamento junto a Instituições Financeiras, desmobilização de ativos e realização de ativos alocados no ativo circulante, como por exemplo, contas a receber por alienação de investimentos.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Caso enfrentemos deficiências de liquidez, pretendemos utilizar empréstimos e financiamentos com bancos comerciais e/ou agências de fomento, além eventualmente, de recursos emitidos no mercado de capitais, bem como recursos oriundos de desmobilizações de ativos para financiar necessidades de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Apresentamos abaixo a evolução do nosso endividamento financeiro nos últimos três exercícios sociais:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
	(Em milhares de R\$, exceto percentuais)			Var.%	Var. Nominal
	2010	2011	2012		
Endividamento Financeiro de Curto Prazo	92.529	679.061	740.823	9%	61.762
Empréstimos e Financiamentos	51.466	299.041	332.934	11%	33.893
Debêntures	28.462	367.702	391.607	7%	23.905
Bônus Perpétuos	10.548	12.318	14.182	15%	1.864
Perdas com Derivativos	2.053	0	2.100	n.a.	n.a.
Endividamento Financeiro de Longo Prazo	941.878	605.301	628.014	4%	22.713
Empréstimos e Financiamentos	155.944	90.263	66.051	-27%	(24.212)
Debêntures	329.543	0	0	n.a.	n.a.
Bônus Perpétuos	456.391	515.038	561.963	9%	46.925
Endividamento Financeiro Total	1.034.407	1.284.362	1.368.837	7%	84.475
Caixa e Equivalentes de Caixa	-58.465	-24.055	-33.506	39%	(9.451)
Dívida Líquida	975.942	1.260.307	1.335.331	6%	75.024

A Dívida Consolidada de Curto Prazo no encerramento do exercício de 2012 atingiu R\$ 740,8 milhões, aumento de 9% comparando com encerramento do exercício de 2011, devido principalmente a aumento de saldo das Debêntures Conversíveis bem como pela incorporação das operações da San Antonio Brasil.

A Dívida de Longo Prazo, que não inclui os Bônus Perpétuos e as Debêntures Conversíveis, apresentou redução de 27% ou R\$ 24,2 milhões no encerramento do exercício de 2012 quando comparada ao encerramento do exercício de 2011, devido principalmente à reclassificação de saldos de endividamento classificados anteriormente no Longo Prazo para o Curto Prazo.

O saldo dos Bônus Perpétuos no encerramento do exercício de 2012 cresceu 9% quando comparado ao encerramento do exercício de 2011 atingindo R\$ 576,1 milhões, consequência da variação cambial

verificada no período. Os Bônus Perpétuos, ainda que não tenham previsão de vencimento, têm pagamento de juros trimestrais.

O saldo total de Endividamento cresceu no exercício de 2012 atingindo R\$ 1.368,8 milhões versus R\$ 1.284,4 milhões no exercício de 2011.

Com isso, a Dívida Líquida Consolidada atingiu, no exercício de 2012, o patamar de R\$ 1.335,3 milhões, acréscimo de 6% contra 2011, que decorre da aplicação dos recursos na operação e nos investimentos feitos pela Companhia, bem como pela incorporação das operações da San Antonio Brasil.

O Endividamento Consolidado com vencimento (excluindo os Bônus Perpétuos) alcançou R\$ 792,7 milhões em 2012, variação de 5% em comparação com 2011.

Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Debêntures Conversíveis

Objetivando a obtenção de captação de recursos para a aquisição de empresas, fortalecimento da estrutura de capital e capital de giro, modernização e ampliação da capacidade produtiva e investimentos sociais, o Conselho de Administração aprovou, em 13 de maio de 2009, e em assembleia geral extraordinária (AGE) os acionistas ratificaram a emissão de 320.000 (trezentos e vinte mil) debêntures, em série única, para colocação privada, sendo considerada para todos os efeitos legais a data de emissão das debêntures 15 de abril de 2009. As debêntures conversíveis em ações ordinárias, com garantia flutuante, e valor nominal unitário de R\$1, com prazo de vencimento de nove anos, no montante total de até R\$320.000, são remuneradas com base na variação do IPCA + 6,50% ao ano. As debêntures poderão ser convertidas em ações ordinárias de emissão da Companhia, a exclusivo critério dos debenturistas, a qualquer tempo a partir do encerramento do 2º ano contado da data de emissão. A remuneração será paga anualmente, sempre no dia 15 de abril, ocorrido o primeiro pagamento em 15 de abril de 2010 e, os pagamentos subsequentes, todo dia 15 de abril dos anos seguintes, sendo os juros remuneratórios devidos até 15 de abril de 2018. Em 15 de abril de 2011, foi efetuado o pagamento da remuneração anual (IPCA + 6,50% a.a.) no montante de R\$44.529. Em 30 de abril de 2012, foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas da sua 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, aprovando a postergação para 120 dias do pagamento dos juros anuais destes títulos que deveria ocorrer no dia 15 de abril de 2012 e não exigência, pelos debenturistas, durante o novo prazo de cura, dos encargos financeiros estabelecidos nas cláusulas, única e exclusivamente em relação ao pagamento da parcela anual dos juros remuneratórios das debêntures devida em 15 de abril de 2012.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 13 de Agosto de 2012, foi deliberada a postergação do pagamento dos juros anuais destes títulos por 90 dias corridos adicionais contados do dia 14 de agosto de 2012, data em que ocorreria referido pagamento conforme deliberação da AGD de 30 de abril de 2012. A postergação do pagamento dos juros anuais em 90 dias adicionais não acarretou qualquer ônus e visou alinhar este fluxo de pagamento à conclusão do processo de capitalização da Companhia.

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 21 de março de 2013 foi deliberado e aprovado: a prorrogação para pagamento da parcela anual de juros remuneratórios das Debêntures até 15 de abril de 2013; a não exigência, pelos debenturistas, durante o período de prorrogação, dos encargos financeiros em relação ao pagamento da parcela anual dos juros remuneratórios das Debêntures e a não cobrança de pelas debenturistas a remuneração em razão do aumento do prazo.

Em não ocorrendo a conversão em ações, as debêntures serão amortizadas em 5 parcelas, a contar da data de emissão, sendo (i) a primeira, na proporção de 5% do valor principal, em 15 de abril de 2014; (ii) a segunda, na proporção de 10% do valor principal, em 15 de abril de 2015; (iii) a terceira, na proporção de 35% do valor principal, em 15 de abril de 2016; (iv) a quarta, na proporção de 35% do valor principal, em 15 de abril de 2017, (v) a quinta, na proporção de 15% do valor principal, em 15 de abril de 2018.

Caso todas ou parte das debêntures não sejam convertidas em ações e sem que a condição de resgate antecipado seja atingida, as mesmas farão jus a prêmio de não conversão equivalente a R\$423,75 (quatrocentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos) por cada mil de debêntures de R\$1 de valor nominal, atualizados pelo IPCA. O prêmio de vencimento, adicionado à remuneração de IPCA + 6,5% ao ano, amplia a remuneração anual para IPCA + 10% ao ano.

De acordo com o Terceiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª emissão de Debêntures de 05 de agosto de 2011, a Companhia poderá resgatar antecipadamente as debêntures a partir de 15 de abril de 2011, pelo valor de R\$38,72 considerando que o valor de referência para determinar o preço de conversão a partir de segundo ano passou a ser fixo em 40% (anteriormente era um percentual que variava ano a ano).

Em conformidade com o disposto no Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, para Colocação Privada da Lupatech S.A., fica assegurado aos titulares de debêntures conversíveis da 2ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, para colocação privada, da Companhia, emitidas em 26 de maio de 2009, a possibilidade de realizar a conversão das Debêntures por eles detidas utilizando o preço de emissão de R\$4,00 por ação.

Os compromissos de resgate antecipado, conversão das debêntures em ações e resgate sem conversão foram identificados pela Administração da Companhia como componentes contratuais que têm a característica de, isoladamente, constituírem um derivativo embutido. Desta forma, os mesmos foram separados do contrato principal e avaliados pelo valor justo no reconhecimento inicial e, posteriormente, pelo valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2012, o valor justo do derivativo embutido foi avaliado em R\$359,83 e R\$ 486,35, respectivamente, por cada mil de debêntures de R\$1 de valor nominal. A variação do valor justo do derivativo embutido no exercício de 2012 totalizou a perda de R\$23.022 (receita de R\$17.894 no exercício de 2011), registrado no resultado financeiro do período.

As principais características das debêntures são as seguintes:

Série	1ª Emissão
Data de emissão	15/04/2009
Data de vencimento final	15/04/2018
Quantidade emitida	320.000
Quantidade convertida	35.908
Quantidade em 31 de Dezembro de 2012	284.092
Valor unitário R\$	1

Em 20 de maio de 2011 o capital social da Companhia foi aumentado em R\$14 em decorrência da conversão de 14 (quatorze) debêntures em 252 (duzentas e cinquenta e duas) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, à razão de 18 (dezoito) ações mais R\$0,043424 relativos à fração de ações para cada Debênture convertida.

Em 10 de dezembro de 2012, foi homologado aprovação do aumento de capital da Companhia em R\$36.460 em decorrência da conversão de 35.894 (trinta e cinco mil, oitocentos e noventa e quatro) debêntures em 9.115.122 (nove milhões, cento e quinze mil, cento e vinte e duas) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, à razão de 263 ações mais R\$31,90 relativos à fração de ações.

Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Instrumento de dívida - debêntures	188.781	225.639	196.176
Derivativo embutido	138.168	115.146	133.367
Juros + IPCA sobre debêntures	64.658	26.917	28.462
Total	391.607	367.702	358.005
Circulante	391.607	367.702	28.462
Não circulante	-	-	329.543
Total	391.607	367.702	358.005

As debêntures estão sujeitas a cálculo de “*covenants*” financeiros, a) [Dívida Líquida (-) Bônus Perpétuo] / EBITDA: igual ou menor que 4,5 em 2011 e 3,5 desde 2010 até o vencimento, b) EBITDA / Receita Operacional Líquida: igual ou maior que 20% (vinte por cento); e, c) Índice de Liquidez Corrente (ativo circulante / passivo circulante): igual ou maior que 1,5 (um inteiro e meio). Os “*covenants*” são apurados anualmente, no dia 31 de dezembro de cada ano, medidos com base nos últimos 12 (doze) meses da operação.

No 2º trimestre de 2011, a Companhia concluiu as negociações junto aos credores para assinatura do Terceiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª emissão de Debêntures, as quais determinaram que os “*covenants*” relacionados a esta obrigação não seriam exigidos até a data de 31 de dezembro de 2011, devendo o período de apuração voltar a ser anual. Adicionalmente, foi negociado que o indicador [Dívida líquida (-) Bônus Perpétuo]/Ebitda deverá ser igual ou menor que 4,5 em 2011 e igual ou menor que 3,5 de 2012 a 2017. A execução deste aditamento apresentou custo para a Companhia de R\$ 3.760, contabilizado no resultado do exercício de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2012, a Companhia não cumpriu com cláusulas financeiras mencionadas acima, sendo o saldo do principal das Debêntures Conversíveis reclassificado para o passivo circulante naquelas data-bases.

Bônus Perpétuos

Em 10 de julho de 2007 e 30 de junho de 2008 foram emitidos US\$200,0 e US\$75,0 milhões em Bônus Perpétuos, com taxa de remuneração de 9,875% ao ano, pagos trimestralmente. Os recursos oriundos destas emissões foram aplicados nas atividades de investimento. Estas operações estão garantidas por avais prestados por nós e nossas controladas. Os Bônus Perpétuos são quirografários, ou seja, sem garantia, o que os condiciona também na qualidade de subordinados aos nossos demais títulos que possuem garantias reais ou flutuantes.

Caso haja interesse de nossa parte, os Bônus Perpétuos poderão ser resgatados, na paridade do seu valor de face, trimestralmente, a partir de julho de 2012. Os Bônus Perpétuos não possuem data de vencimento para o valor do principal, mas podem tornar-se exigíveis em situações específicas, conforme definidas nos termos dos Bônus Perpétuos, caso haja o descumprimento das obrigações definidas no contrato. Na presente data cumprimos integralmente com nossas obrigações relativas aos Bônus Perpétuos.

Os Bônus Perpétuos não foram e nem serão registrados perante a Comissão de Valores Mobiliários do Brasil, nem sob o U.S. Securities Act of 1933, ou o Securities Act. Os Bônus Perpétuos foram oferecidos apenas a investidores institucionais qualificados sob a Regra 144A e para pessoas não americanas fora dos Estados Unidos, exceto nas jurisdições em que tal oferta ou venda seja proibida, de acordo com o U.S. Securities Regulation S. Os Bônus Perpétuos estão listados na Bolsa de Luxemburgo.

Como esses títulos são emitidos em moeda diferente do Real (Dólar Americano), a apreciação de uma moeda em relação à outra gera efeitos de variação cambial (despesa não caixa) sobre o saldo dos Bônus Perpétuos. Não mantemos *hedge* (proteção) para o saldo do principal dos Bônus Perpétuos.

Os juros são pagos trimestralmente sempre nas datas de 10 de janeiro, 10 de abril, 10 de julho e 10 de outubro. Não possuímos atualmente *hegde* (proteção) para as parcelas trimestrais a serem pagas em 2013.

Empréstimos e Financiamentos

As tabelas a seguir contêm o perfil de nosso endividamento, para os períodos indicados. A tabela não considera as Debêntures Conversíveis e os Bônus Perpétuos, que estão descritos acima, bem como as perdas com derivativos.

Descrição	Indexador	Taxas de juros ponderada	31/12/2012			31/12/2011			31/12/2010		
			Circulante	Não	Total	Circulante	Não	Total	Circulante	Não	Total
				circulante			circulante			circulante	
Moeda nacional											
Capital de giro / expansão	CDI	6,74% a.a.	226.247	37.317	263.564	152.348	5.970	158.318	-	-	-
Capital de giro / expansão	TJLP	5,62% a.a.	45.429	-	45.429	23.428	54.370	77.798	25.833	73.094	98.927
Capital de giro / expansão	FIXO	11,15% a.a.	6.183	986	7.169	56.031	3.901	59.932	4.830	50.000	54.830
Financiamento para aquisição de imobilizado	TJLP	7,72% a.a.	573	631	1.204	1.181	1.072	2.253	2.251	1.383	3.634
Financiamento para aquisição de imobilizado	CDI	13,95% a.a.	-	-	-	-	-	-	41	-	41
Financiamento para aquisição de imobilizado	FIXO	4,50% a.a.	455	562	1.017	156	1.239	1.395	238	2.148	2.386
Financiamento para pesquisa e desenvolvimento	TJLP	4,60% a.a.	2.266	8.075	10.341	2.136	13.086	15.222	915	8.712	9.627
Titulos Descontados	-	9,20% a.a.	935	-	935	16.553	-	16.553	-	-	-
			282.088	47.571	329.659	251.833	79.638	331.471	34.108	135.337	169.445
Moeda estrangeira											
Capital de giro / expansão	DÓLAR	3,05% a.a.	806	-	806	309	798	1.107	220	839	1.059
Capital de giro / expansão	DÓLAR	Libor + 6,99% a.a.	228	-	228	432	-	432	820	-	820
Capital de giro / expansão	DÓLAR	6,99% a.a.	11.757	-	11.757	11.641	-	11.641	3.171	11.578	14.749
Capital de giro / expansão	DÓLAR	5,42% a.a.	8.279	290	8.569	19.635	2	19.637	8.774	-	8.774
Capital de giro / expansão	DÓLAR	24,25% a.a.	-	-	-	-	513	513	-	-	-
Capital de giro / expansão	PESO ARS	18,30% a.a.	11.864	8.559	20.423	916	2.170	3.086	-	-	-
Capital de giro / expansão	PESO COP	10,50% a.a.	16.961	7.706	24.667	6.931	6.251	13.182	4.248	924	5.172
Capital de giro / expansão	UMBND5 590	8,86% a.a.	772	1.212	1.984	-	-	-	-	-	-
Financiamento para aquisição de imobilizado	DÓLAR	5,54% a.a.	-	-	-	7.156	-	7.156	35	6.323	6.358
Financiamento para aquisição de imobilizado	PESO ARS	17% a.a.	-	-	-	-	-	-	8	-	8
Financiamento para aquisição de imobilizado	PESO ARS	5% a.a.	179	713	892	188	891	1.079	82	943	1.025
			50.846	18.480	69.326	47.208	10.625	57.833	17.358	20.607	37.965
			332.934	66.051	398.985	299.041	90.263	389.304	51.466	155.944	207.410

Em 2011 a Companhia contratou linhas de financiamento através do Programa PROGREDIR, onde o montante, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$64.309 (R\$96.790 em 31 de dezembro de 2011). Este programa é um instrumento que visa facilitar a oferta de crédito em volume e condições que favoreçam a ampliação da base e o crescimento sustentável da cadeia de fornecedores da Petrobras, e destina-se a todos os seus fornecedores, diretos e indiretos. As linhas de financiamento serão garantidas por recebíveis ainda não performados de contratos firmados entre a Lupatech e a Petrobras, e serão amortizadas na medida em que os contratos forem executados. Os recursos destinaram-se para investimentos de capital da Lupatech bem como liquidação de obrigações financeiras.

Os vencimentos das parcelas não circulantes dos financiamentos estão assim distribuídos:

Vencimento	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
2012	-	-	86.643
2013	-	37.250	24.817
2014	43.590	26.499	24.208
2015	12.488	15.604	15.687
2016	4.618	3.745	2.384
2017	3.023	2.866	1.264
2018 a 2023	2.332	4.299	941
	66.051	90.263	155.944

As garantias dos Empréstimos e Financiamentos, excluindo as Debêntures Conversíveis e os Bônus Perpétuos, foram concedidas conforme segue:

Moeda nacional	Garantia	Valor da garantia
Capital de giro / expansão	Hipoteca / Edificações	73.124
Capital de giro / expansão	Contratos firmados com clientes	294.010
Financiamento para aquisição de imobilizado	Aval das empresas	47.700
Financiamento para aquisição de imobilizado	Próprio bem financiado	19.004
Financiamento incentivo a pesquisa e tecnologia	Fiança bancária	19.807
		<u>453.645</u>
Moeda Estrangeira		
Capital de Giro / expansão	Próprio bem financiado	16.516
Financiamento incentivo a pesquisa e tecnologia	Hipoteca / Edificações	700
		<u>17.216</u>
		<u>470.861</u>

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

As relações de longo prazo com as instituições financeiras estão concentradas em parcelas de longo prazo de recursos tomados para capital de giro e investimentos junto a Instituições Financeiras, valores relacionados a bônus perpétuos e dívidas de debêntures.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

As Debêntures Conversíveis, por terem garantia da espécie flutuante, estão subordinadas aos títulos com garantia real.

Os Bônus Perpétuos são quirografários, ou seja, sem garantia, o que os condiciona também na qualidade de subordinados aos demais títulos da Companhia que possuem garantias reais ou flutuantes.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Alguns contratos de financiamento celebrados com instituições financeiras possuem cláusulas padrão de vencimento antecipado.

As Debêntures Conversíveis estão sujeitas a cálculo de “covenants” financeiros. Para informações vide item i. acima.

Cláusulas Restritivas Financeiras (“Covenants”)

Além das Debêntures Conversíveis detalhadas no item “Contratos Financeiros Relevantes” acima, nós e nossas controladas estamos sujeitos ao atendimento de certas cláusulas restritivas financeiras (“covenants” financeiros), que estão incluídas em alguns contratos de Empréstimos e Financiamentos.

Sobre alguns contratos de financiamento, captados junto ao BNDES no montante de R\$46.174, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao atendimento de certas cláusulas financeiras restritivas (“covenants financeiros”), as quais estão atreladas à manutenção de índices de: a) Dívida Líquida / EBITDA: igual ou menor que 3,5 (três e meio), b) EBITDA / Receita Operacional Líquida: igual ou maior que 20% (vinte por cento); e, c) Índice de Liquidez Corrente (ativo circulante / passivo circulante): igual ou maior que 1,5 (um inteiro e meio); todos medidos com base nos últimos 12 meses de operação.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia não cumpriu com cláusulas financeiras mencionadas acima. Para liberar a Companhia da situação de “default”, a Administração concluiu, em 30 de junho de 2011, as negociações para obtenção de “waiver” junto ao credor visando a concessão de prazo adicional, até 30 de junho de 2012, para cumprimento das obrigações de desempenho financeiro. Adicionalmente foi negociada a alteração de taxa de juros incidentes sobre os contratos de financiamentos, as quais tiveram aumento equivalente a 1,26 pontos percentuais ao ano a partir da data da concessão do “waiver”. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não cumpriu com cláusulas financeiras mencionadas acima, sendo

o saldo dos contratos junto ao BNDES reclassificado de passivo não circulante para o passivo circulante nesta data-base.

A controlada indireta em conjunto Aspro do Brasil possui “covenants” financeiros atrelados a contrato de empréstimo, os quais relacionam a necessidade de manutenção de (a) Liquidez Corrente mínima de 1,2; (b) Dívida / Patrimônio Líquido até 1,5x e (c) Geração de Caixa Operacional mínima de 1,3x o serviço da dívida. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2012, a controlada indireta em conjunto Aspro do Brasil não atendeu aos “covenants” mencionados acima, reclassificando o valor total do empréstimo para o passivo circulante. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do referido empréstimo é de R\$11.606 classificado no passivo circulante (R\$11.641 em 31 de dezembro de 2011 classificado no passivo circulante e R\$34.555 em 31 de dezembro de 2010, sendo R\$7.602 registrado no passivo circulante e R\$26.953 registrado no passivo não circulante). Referida controlada indireta está em processo de renegociação de suas dívidas financeiras junto aos credores visando reperfilar os prazos para pagamento, alongando os vencimentos. O processo encontra-se em fase final de negociação

A controlada indireta HS-Hydrocarbon Services SAS possui “covenants” financeiros atrelados a contrato de leasing com Bancolombia, que relacionam a necessidade de manutenção de (a) EBITDA 3x maior que despesa de juros paga (b) Dívida / EBITDA até 3x. Em 31 de dezembro de 2011 e 2012, a controlada indireta HS-Hydrocarbon Services SAS não atendeu aos “covenants”. Em 31 de dezembro de 2012 o montante total do referido empréstimo é de R\$6.903, registrado no passivo circulante (R\$1.837 em 31 de dezembro de 2011 e zero em 31 de dezembro de 2010).

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem limitações à utilização dos financiamentos já contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, as quais foram elaboradas de acordo com normas IFRS emitidas pelo IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Essas demonstrações financeiras foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Descrição das Principais Contas da Demonstração de Resultado

Receitas Líquidas de Vendas e/ou Serviços: receita após as deduções correspondentes a cancelamentos, descontos e tributos incidentes sobre o faturamento. Nossas receitas consistem principalmente da venda de nossas manufaturas e prestação de serviços voltados ao setor de petróleo e gás.

Custo dos Produtos e/ou Serviços Vendidos: consiste principalmente dos custos na aquisição de matéria-prima, custos de produção e de mão-de-obra.

Despesas Operacionais: consistem principalmente de despesas com vendas, despesas administrativas e gerais, resultado financeiro líquido e outras despesas operacionais.

Despesas Gerais e Administrativas: Incluem basicamente gastos com pessoal, bem como com a remuneração dos administradores.

Despesas com Vendas: incluem gastos com publicidade; gastos com equipe de vendas, comissões a vendedores, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras despesas relacionadas.

Resultado Financeiro Líquido: incluem receitas e despesas de juros, tributos incidentes sobre receitas financeiras, tributo incidente sobre movimentação financeira, variação monetária e ganhos (perdas) cambiais líquidos, bem como ganhos (perdas) realizados e não realizados em derivativos.

Outras Despesas Operacionais, líquidas: incluem os resultados operacionais, tais como resultados oriundos da venda de certos ativos.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido: referem-se ao imposto de renda e contribuição social corrente e diferido sobre o lucro antes dos impostos. São reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, caso em que o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e de contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que atuamos, e geram resultados tributáveis. Os impostos diferidos foram mensurados considerando as alíquotas vigentes para o imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que sua realização seja provável e incluem apenas as empresas tributadas pelo lucro real.

Comentários sobre as Principais Variações nas Contas da Demonstração de Resultado

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011

Na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, as principais variações ocorreram em função dos seguintes fatores: (i) redução do Lucro Bruto e (ii) aumento de Outras Despesas Operacionais.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos à nossa demonstração dos resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

Demonstrações do Resultado Consolidado	2011	2012	Variação %
Receita Líquida de Vendas de Bens e Serviços	542.154	619.691	14%
Custo de Bens e Serviços Vendidos	(384.541)	(509.576)	33%
Resultado Bruto	157.613	110.115	-30%
Receitas/Despesas Operacionais	(155.303)	(412.443)	166%
<i>Com Vendas</i>	(65.307)	(83.144)	27%
<i>Gerais e Administrativas</i>	(63.628)	(70.414)	11%
<i>Remuneração dos Administradores</i>	(4.229)	(4.550)	8%
<i>Resultado da Equivalência Patrimonial</i>	241	1	n.a.
<i>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</i>	(22.380)	(254.336)	1036%
Resultado Financeiro Líquido	(198.518)	(220.867)	11%
<i>Receitas Financeiras</i>	40.959	9.764	-76%
<i>Despesas Financeiras</i>	(185.273)	(185.135)	0%
<i>Variação Cambial Líquida</i>	(54.204)	(45.496)	-16%
Resultados Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(196.208)	(523.195)	167%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(8.871)	(11.441)	29%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(10.222)	(39.389)	285%
Prejuízo das Operações Descontinuadas	(26.610)	13.668	n.a.
Prejuízo Líquido do Período	(241.911)	(560.357)	132%

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2012 apresentou crescimento de 14% em comparação com o exercício de 2011 atingindo R\$ 619,7 milhões versus R\$ 542,2 milhões. Enquanto o segmento de Produtos ficou praticamente estável, no segmento de Serviços houve crescimento de 50%. Tal variação deve-se principalmente em função da incorporação das operações da San Antonio Brasil a partir de agosto de 2012, a qual respondeu por R\$ 93,1 milhões, ou 40,5% da Receita Líquida do segmento Serviços neste exercício.

Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos

O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) Consolidado no exercício de 2012 cresceu 33% em comparação com o exercício 2011, atingindo R\$ 509,58 milhões versus R\$ 384,5 milhões. O crescimento do CPV Consolidado no período é consequência principalmente do crescimento da Receita Líquida Consolidada em 14% no mesmo período, onde principal variação se refere à incorporação das operações da San Antonio Brasil.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto Consolidado no exercício de 2012 atingiu R\$ 110,1 milhões, redução de 30% em comparação com exercício de 2011 quando atingiu R\$ 157,6 milhões. A Margem Bruta Consolidada teve uma redução de 9 pontos percentuais, passando de 29% para 18%.

Despesas com Vendas

As Despesas com Vendas no exercício de 2012 apresentaram crescimento de 27% atingindo R\$ 83,1 milhões versus R\$ 65,3 milhões no exercício de 2011, principalmente em função do maior volume de vendas no trimestre (+14%) e reconhecimento de provisão para multas de clientes e risco de crédito com clientes. Parte importante da provisão constituída refere-se a títulos de clientes no Irã, no montante de R\$ 10,0 MM, detido ao controlada em conjunto, para quais foi reconhecida integralmente uma provisão no exercício de 2012.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Administrativas em 2012 apresentaram aumento de 11% atingindo R\$ 70,4 milhões versus R\$ 63,6 milhões em 2011. O aumento se refere principalmente à incorporação das operações da San Antonio Brasil, a qual contribuiu para um aumento de R\$ 12,0 milhões assim como demais despesas relacionadas ao seu processo de incorporação e integração das operações e estruturas.

Os Honorários dos Administradores apresentaram no exercício de 2012 crescimento de 8% em comparação com exercício de 2011.

Resultado Financeiro Líquido

A Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) no exercício de 2012 atingiu R\$ 9,8 milhões versus R\$ 41,0 milhões no exercício de 2011, redução de 76%, devido principalmente ao reconhecimento de derivativo embutido – Debêntures no montante de R\$ 25,8 em 2011.

A Despesa Financeira Total (excluindo Variação Cambial) manteve-se estável no exercício de 2012 atingindo R\$ 185,1 milhões versus R\$ 185,3 milhões no exercício de 2011.

A Companhia possui ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras, principalmente o dólar americano, o que pode gerar ganhos ou perdas com flutuações nas taxas de câmbio.

A Variação Cambial Líquida no exercício de 2012 resultou em despesa de R\$ 45,5 milhões versus R\$ 54,2 milhões no exercício de 2011. Estes resultados são justificados pela oscilação da moeda brasileira (Real) perante o Dólar Americano.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

Em razão dos fatores acima mencionados, o Resultado Líquido no exercício de 2012 foi prejuízo de R\$560,4 milhões, aumento de R\$318,4 milhões em comparação com o exercício de 2011 quando apresentou prejuízo de R\$241,9 milhões.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010

Na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, as principais variações ocorreram em função dos seguintes fatores: (i) aumento das Despesas Operacionais e (ii) aumento do Resultado Financeiro Líquido.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos à nossa demonstração dos resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Demonstrações do Resultado Consolidado	2010	2011	Variação %
Receita Líquida de Vendas de Bens e Serviços	484.677	542.154	12%
Custo de Bens e Serviços Vendidos	(351.798)	(384.541)	9%
Resultado Bruto	132.879	157.613	19%
Receitas/Despesas Operacionais	(112.163)	(155.303)	38%
<i>Com Vendas</i>	(52.715)	(65.307)	24%
<i>Gerais e Administrativas</i>	(45.482)	(63.628)	40%
<i>Remuneração dos Administradores</i>	(3.437)	(4.229)	23%
<i>Resultado da Equivalência Patrimonial</i>	253	241	n.a.
<i>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</i>	(10.782)	(22.380)	108%
Resultado Financeiro Líquido	(92.916)	(198.518)	114%
<i>Receitas Financeiras</i>	23.545	40.959	74%
<i>Despesas Financeiras</i>	(138.476)	(185.273)	34%
<i>Variação Cambial Líquida</i>	22.015	(54.204)	-346%
Resultados Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(72.200)	(196.208)	172%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(11.197)	(8.871)	-21%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	15.325	(10.222)	-167%
Prejuízo das Operações Descontinuadas	(5.088)	(26.610)	n.a.
Prejuízo Líquido do Período	(73.160)	(241.911)	231%

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

A Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços aumentou 12%, passando de R\$484,7 milhões no exercício de 2010, para R\$542,2 milhões no exercício de 2011. Tal variação é justificada pelo crescimento tanto em Produtos quanto Serviços, sendo destaque as unidades de negócios como oilfield services, revestimentos e cabos de ancoragem, todas por maior volume de vendas.

Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos

O Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos aumentou 9%, passando de R\$351,8 milhões no exercício de 2010, para R\$384,5 milhões no exercício de 2011. O crescimento do CPV Consolidado no período é consequência do crescimento da Receita Líquida Consolidada em 12% no mesmo período.

Lucro Bruto

Em função dos fatores acima mencionados, o Lucro Bruto aumentou 19%, passando de R\$132,9 milhões no exercício de 2010, para R\$157,6 milhões no exercício de 2011. A Margem Bruta Consolidada variou de 27% em 2010, para 29% em 2011 devido principalmente ao ganho de margem bruta no segmento Produtos, principalmente em cabos de ancoragem e equipamentos de completação e sensores.

Despesas com Vendas

As Despesas com Vendas cresceram 24%, atingindo R\$65,3 milhões no exercício de 2011, em comparação a R\$52,7 milhões no exercício de 2010. Esta variação está associada ao crescimento das Despesas com Vendas de ambos os segmentos Produtos e Serviços, devido principalmente ao crescimento da Receita Líquida Consolidada, despesas com processos rescisórios e aumento de comissões pagas.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas e Remuneração dos Administradores cresceram 39%, atingindo R\$67,9 milhões no exercício de 2011, em comparação a R\$48,9 milhões no exercício de 2010, devido principalmente ao crescimento das Despesas Administrativas de ambos os segmentos Produtos e Serviços, principalmente devido a despesas com processos rescisórios, novas unidades e o Centro de Serviços Compartilhados (CSC) que entraram em operação no período.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido foi despesa que cresceu 114%, passando de R\$92,9 milhões no exercício de 2010, para R\$198,5 milhões no exercício de 2011, em razão, principalmente, da despesa de variação cambial líquida (maior parte refere-se a resultado não caixa) entre o real e o dólar norte-americano sobre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, principalmente os Bônus Perpétuos, que são indexados em Dólar Norte Americano.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

Em razão dos fatores acima mencionados, o Resultado Líquido das Operações Continuadas e Descontinuadas no exercício de 2011 foi prejuízo de R\$241,9 milhões, aumento de R\$168,8 milhões em comparação com o exercício de 2010, quando apresentou prejuízo de R\$73,2 milhões.

Descrição das Principais Contas do Balanço Patrimonial

Caixa e Equivalentes de Caixa: incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, de liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão registradas pelos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não superam o valor de mercado, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

Estoques: são avaliados ao custo médio das compras ou de produção, tendo em conta o método de absorção total de custos industriais, inferior aos valores de realização. As provisões para estoque de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Contas a Receber de Clientes: valores a receber decorrentes de vendas a prazo de manufaturas e serviços a clientes. São demonstradas pelos valores nominais dos títulos, acrescidos de variação cambial e ajustados a valor presente até a data do balanço, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida, quando necessário, com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente por nossa Administração para cobrir as eventuais perdas estimadas na realização dos créditos.

Imobilizado: demonstrado ao custo histórico de aquisição ou fabricação. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

Intangível: demonstrado ao custo de aquisição ou combinação de negócios, deduzido da perda acumulada no valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. O ágio fundamentado por expectativa de rentabilidade futura deixa de ser amortizado a partir 1 de janeiro de 2009, conforme orientação OCPC 2, ratificada pela CVM através do ofício-circular CVM/SNC/SEP no. 01/2009.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (parcela referente ao instrumento de dívida): são demonstrados pelo custo amortizado e pelo valor captado líquido dos custos de transação incorridos, e, subsequentemente, são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os custos incorridos diretamente relacionados a transações de emissão de títulos e dívidas foram alocados, em conta redutora do correspondente passivo circulante e não circulante. Esses custos são apropriados ao resultado pelo período do financiamento como complemento do custo de captação, ajustando assim a taxa de juros efetiva da operação.

Imposto de Renda Diferido: é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de estimativa de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

[O restante desta página foi deixado intencionalmente em branco]

Descrição sobre as Principais Variações nas Contas do Balanço Patrimonial

Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas da Lupatech em 31 de dezembro de 2012 comparado a 31 de dezembro de 2011

Na comparação das nossas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, as principais variações ocorreram em função de: (i) Caixa e Equivalentes de Caixa; (ii) Passivo Não Circulante; e (iii) Patrimônio Líquido.

Balanço Patrimonial Consolidado (R\$ mil)	2011	2012	Variação %
Ativo Total	1.448.961	1.632.002	13%
Ativo Circulante	490.889	524.038	7%
Caixa e Equivalentes de Caixa	24.055	33.506	39%
Títulos e Valores Mobiliários	1.909	1.502	-21%
Contas a Receber de Clientes	183.547	195.282	6%
Estoques	173.573	191.763	10%
Impostos a Recuperar	39.125	51.649	32%
Outras Contas a Receber	8.709	47.511	446%
Despesas Antecipadas	6.531	2.825	-57%
Ativos Classificados como Mantidos para Venda	53.440	-	n.a.
Ativo Não Circulante	958.072	1.107.964	16%
Títulos e Valores Mobiliários	3	6.000	n.a.
Depósitos Judiciais	2.962	52.604	1676%
Impostos a Recuperar	22.767	53.207	134%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	30.687	-	n.a.
Outras Contas a Receber	3.923	13.587	246%
Investimentos	40.259	28.971	-28%
Imobilizado	339.418	643.273	90%
Intangível	518.053	310.322	-40%
Passivo Total	1.448.961	1.632.002	13%
Passivo Circulante	864.738	998.395	15%
Fornecedores	74.666	108.340	45%
Empréstimos e Financiamentos	299.041	332.934	11%
Debêntures	367.702	391.607	7%
Bônus Perpétuos - Juros a Pagar	12.318	14.182	15%
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	2.100	n.a.
Salários, Provisões e Contribuição Social	22.193	45.597	105%
Comissões a Pagar	1.362	2.391	76%
Impostos a Recolher	25.162	38.045	51%
Adiantamento de Clientes	8.732	15.928	82%
Participação no Resultado	5.819	2.357	-59%
Outras Obrigações	11.511	32.156	179%
Contas a Pagar por Aquisição de Investimentos	23.883	12.758	-47%
Passivos Diretamente Associados a Ativos Mantidos para Venda	12.349	-	n.a.
Passivo Não Circulante	627.957	823.357	31%
Empréstimos e Financiamentos	90.263	66.051	-27%
Bônus Perpétuos	515.038	561.963	9%
Impostos a Recolher	4.207	8.720	107%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	47.571	n.a.
Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis	5.455	130.550	2293%
Contas a Pagar por Aquisição de Investimentos	7.978	-	n.a.
Outras Obrigações	5.016	8.502	69%
Patrimônio Líquido	(43.734)	(189.750)	334%
Capital Social	312.717	740.229	137%
Opções Outorgadas	12.904	13.487	5%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(52.606)	(56.372)	7%
Ações em Tesouraria	(118)	-	-100%
Prejuízos Acumulados	(319.325)	(890.142)	179%
Participação de Acionistas Não-Controladores	2.694	3.048	13%

Ativo Circulante

O Ativo Circulante aumentou 7%, passando de R\$490,9 milhões no exercício de 2011 para R\$524,0 milhões no exercício de 2012. Esse aumento ocorreu principalmente pela conta incorporação das operações de San Antonio Brasil.

Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa cresceu 39%, ou R\$9,5 milhões, passando de R\$24,1 milhões no exercício de 2011 para R\$33,5 milhões no exercício de 2012. A variação de Caixa e Equivalentes de Caixa é resultado do reforço na posição de caixa reflete principalmente recebimento dos recursos principalmente oriundos pela capitalização realizada durante exercício de 2012, líquido das aplicações e uso feito a operação nos investimentos e endividamento da Companhia.

Contas a Receber de Clientes

O saldo de conta Contas a Receber de Clientes aumentou 6%, ou R\$11,7 milhões, passando de R\$183,5 milhões no exercício de 2011 para R\$195,3 milhões no exercício de 2012. Tal variação justifica-se em razão de recebimentos de clientes em maior volume em 2012 e também a incorporação das operações de San Antonio Brasil.

Estoques

O saldo da conta Estoques cresceu 10%, ou R\$18,2 milhões, passando de R\$173,6 milhões no exercício de 2011 para R\$191,8 milhões no exercício de 2012. Tal variação se deve ao crescimento da Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços e incorporação das operações de San Antonio Brasil.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante cresceu 16%, ou R\$149,9 milhões, passando de R\$958,1 milhões no exercício de 2011 para R\$1.108,0 milhões no exercício de 2012. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Investimentos

O saldo dos Investimentos diminuiu 28%, ou R\$11,3 milhões, passando de R\$40,3 milhões no exercício de 2011 para R\$29,0 milhões no exercício de 2012, devido à baixa de investimento EIDE Marine Semi AS.

Imobilizado

O saldo do Imobilizado Líquido cresceu 90%, ou R\$303,9 milhões, passando de R\$339,4 milhões no exercício de 2011 para R\$643,3 milhões no exercício de 2012, principalmente pela incorporação das operações de San Antonio Brasil.

Intangível

O saldo do Intangível diminuiu 40%, ou R\$207,7 milhões, passando de R\$518,1 milhões no exercício de 2011 para R\$310,3 milhões no exercício de 2012, em função de reconhecimento da provisão para perda pela não recuperabilidade de ativos.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante aumentou 16%, ou R\$134,3 milhões, passando de R\$864,7 milhões no exercício de 2011 para R\$999,0 milhões no exercício de 2012. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Fornecedores

O saldo da conta Fornecedores aumentou 45% ou R\$33,7 milhões, passando de R\$74,7 milhões no exercício de 2011 para R\$108,3 milhões no exercício de 2012, incorporação das operações de San Antonio Brasil.

Adiantamentos de Clientes

O saldo da conta Adiantamentos de Clientes aumentou 82% ou R\$7,2 milhões, passando de R\$8,7 milhões no exercício de 2011 para R\$15,9 milhões no exercício de 2012, devido principalmente a maior atividade comercial em projetos que trabalham com antecipação dos clientes (parcelas em dinheiro antecipadas à produção de bens ou execução de serviços).

Empréstimos e Financiamentos

O saldo da conta Empréstimos e Financiamentos aumentou 11%, ou R\$33,2 milhões, passando de R\$299,0 milhões no exercício de 2011 para R\$332,9 milhões no exercício 2012, devido principalmente a reclassificação de saldos de endividamento classificados anteriormente no longo prazo para curto prazo e incorporação da San Antonio S.A.

Debêntures Conversíveis

O saldo das Debêntures Conversíveis cresceu 7%, ou R\$23,9 milhões, passando de R\$367,7 milhões no exercício de 2011 para R\$391,6 milhões no exercício 2012, devido principalmente à provisão de juros sobre debêntures e prêmio de não conversão.

Bônus Perpétuos

O saldo dos Bônus Perpétuos aumentou 15%, ou R\$1,9 milhão, passando de R\$12,3 milhões no exercício de 2011 para R\$14,2 milhões no exercício 2012, pela variação cambial entre a cotação do Real e o Dólar Americano sobre o saldo de juros a pagar desses títulos registrada no período.

Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante cresceu 31%, ou R\$195,4 milhões, passando de R\$628,0 milhões no exercício de 2011 para R\$823,4 milhões no exercício de 2012. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Empréstimos e Financiamentos

O saldo da conta Empréstimos e Financiamentos diminuiu 27%, ou R\$24,2 milhões, passando de R\$90,3 milhões no exercício de 2011 para R\$66,1 milhões no exercício de 2012 devido a reclassificação de saldos de endividamento classificados anteriormente no longo prazo para curto prazo.

Bônus Perpétuos

O saldo dos Bônus Perpétuos aumentou 9%, ou R\$46,9 milhões, passando de R\$515,0 milhões no exercício de 2011 para R\$562,0 milhões no exercício 2012, devido a variação cambial entre a cotação do Real e o Dólar Americano sobre o principal desses títulos verificada no período (despesa não caixa).

Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)

O Patrimônio Líquido diminuiu R\$146,0 milhões, passando do montante negativo de R\$43,7 milhões no exercício de 2011 para o montante negativo de R\$189,8 milhões no exercício de 2012, devido principalmente a variação de no saldo da conta Prejuízos Acumulados, que é decorrente do prejuízo líquido no exercício de 2012.

Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas da Lupatech em 31 de dezembro de 2011 comparado a 31 de dezembro de 2010

Na comparação das nossas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, as principais variações ocorreram em função de: (i) Caixa e Equivalentes de Caixa; (ii) Passivo Não Circulante; e (iii) Patrimônio Líquido.

Balanco Patrimonial Consolidado (R\$ mil)	2010	2011	Variação %
Ativo Total	1.403.547	1.448.961	3%
Ativo Circulante	406.666	490.889	21%
Caixa e Equivalentes de Caixa	58.465	24.055	-59%
Títulos e Valores Mobiliários	-	1.909	n.a.
Contas a Receber de Clientes	123.624	183.547	48%
Estoques	160.038	173.573	8%
Impostos a Recuperar	39.605	39.125	-1%
Outras Contas a Receber	16.247	8.709	-46%
Despesas Antecipadas	5.618	6.531	16%
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.069	-	n.a.
Ativos Classificados como Mantidos para Venda	-	53.440	n.a.
Ativo Não Circulante	996.881	958.072	-4%
Títulos e Valores Mobiliários	21.944	3	n.a.
Depósitos Judiciais	2.864	2.962	3%
Impostos a Recuperar	22.284	22.767	2%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	42.648	30.687	n.a.
Outras Contas a Receber	7.184	3.923	-45%
Investimentos	26.347	40.259	53%
Imobilizado	352.731	339.418	-4%
Intangível	520.879	518.053	-1%
Passivo Total	1.403.547	1.448.961	3%
Passivo Circulante	248.125	864.738	249%
Fornecedores	48.466	74.666	54%
Empréstimos e Financiamentos	51.466	299.041	481%
Debêntures	28.462	367.702	1192%
Bônus Perpétuos - Juros a Pagar	10.548	12.318	17%
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.053	-	n.a.
Salários, Provisões e Contribuição Social	22.983	22.193	-3%
Comissões a Pagar	1.234	1.362	10%
Impostos a Recolher	20.827	25.162	21%
Adiantamento de Clientes	4.054	8.732	115%
Participação no Resultado	6.821	5.819	-15%
Outras Obrigações	15.033	11.511	-23%
Contas a Pagar por Aquisição de Investimentos	36.178	23.883	-34%
Passivos Diretamente Associados a Ativos Mantidos para Venda	-	12.349	n.a.
Passivo Não Circulante	971.069	627.957	-35%
Empréstimos e Financiamentos	155.944	90.263	-42%
Debêntures	329.543	-	n.a.
Bônus Perpétuos	456.391	515.038	13%
Impostos a Recolher	2.849	4.207	48%
Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis	7.347	5.455	-26%
Contas a Pagar por Aquisição de Investimentos	14.655	7.978	n.a.
Outras Obrigações	4.340	5.016	16%
Patrimônio Líquido	184.353	(43.734)	-124%
Capital Social	312.703	312.717	0%
Opções Outorgadas	15.505	12.904	-17%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(67.637)	(52.606)	-22%
Ações em Tesouraria	(118)	(118)	0%
Prejuízos Acumulados	(77.993)	(319.325)	309%
Participação de Acionistas Não-Controladores	1.893	2.694	42%

Ativo Circulante

O Ativo Circulante aumentou 20,7%, ou R\$84,2 milhões, passando de R\$406,7 milhões no exercício de 2010 para R\$490,9 milhões no exercício de 2011. Esse aumento ocorreu principalmente pela conta “Ativos classificados como mantidos para venda”, ou seja, os ativos das unidades Steelinject e Microinox, que tiveram a venda anunciada durante o último trimestre de 2011.

Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa diminuiu 58,9%, ou R\$34,4 milhões, passando de R\$58,5 milhões no exercício de 2010 para R\$24,1 milhões no exercício de 2011. A variação de Caixa e Equivalentes de Caixa é justificada deduzindo-se da geração operacional de caixa de R\$10,9 milhões em 2011, os investimentos em expansão e manutenção da capacidade instalada e aquisições que somaram R\$85,4 milhões, como também R\$40,0 milhões que foram gerados nas atividades de financiamento.

Contas a Receber de Clientes

O saldo de conta Contas a Receber de Clientes aumentou 48,5%, ou R\$59,9 milhões, passando de R\$123,6 milhões no exercício de 2010 para R\$183,5 milhões no exercício de 2011. O crescimento no saldo de conta Contas a Receber de Clientes no período é fruto de maior nível de atividade nos negócios de cabos de ancoragem, válvulas industriais, revestimento de tubulações e oil & gas services.

Estoques

O saldo da conta Estoques diminuiu 8,0%, ou R\$13,5 milhões, passando de R\$160,0 milhões no exercício de 2010 para R\$173,6 milhões no exercício de 2011. O crescimento no saldo da conta Estoques no período é fruto dos negócios de válvulas para petróleo e gás e válvulas industriais que adquiriram matérias-primas importadas que foram impactadas pela variação cambial no período.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante diminuiu 2,5%, ou R\$26,3 milhões, passando de R\$1.038,6 milhões no exercício de 2010 para R\$1.012,3 milhões no exercício de 2011. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Investimentos

O saldo dos Investimentos aumentou 52,8%, ou R\$13,9 milhões, passando de R\$26,3 milhões no exercício de 2010 para R\$40,3 milhões no exercício de 2011, devido a investimentos em novas coligadas.

Imobilizado

O saldo do Imobilizado Líquido diminuiu 3,8%, ou R\$13,3 milhões, passando de R\$352,7 milhões no exercício de 2010 para R\$339,4 milhões no exercício de 2011, principalmente pela venda dos ativos das unidades Steelinject e Microinox.

Intangível

O saldo do Intangível diminuiu 0,5%, ou R\$2,8 milhões, passando de R\$520,9 milhões no exercício de 2010 para R\$518,1 milhões no exercício de 2011, em função dos efeitos de conversão sobre ágio nas aquisições de investimentos e teste de recuperabilidade de ágios (impairment).

Passivo Circulante

O Passivo Circulante aumentou 248,5%, ou R\$616,6 milhões, passando de R\$248,1 milhões no exercício de 2010 para R\$864,7 milhões no exercício de 2011. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Fornecedores

O saldo da conta Fornecedores aumentou 54,1% ou R\$26,2 milhões, passando de R\$48,5 milhões no exercício de 2010 para R\$74,7 milhões no exercício de 2011, para suportar o crescimento da Receita Líquida no período.

Adiantamentos de Clientes

O saldo da conta Adiantamentos de Clientes aumentou 115,4% ou R\$4,7 milhões, passando de R\$4,1 milhões no exercício de 2010 para R\$8,7 milhões no exercício de 2011, devido principalmente a maior atividade comercial em projetos que trabalham com antecipação dos clientes (parcelas em dinheiro antecipadas à produção de bens ou execução de serviços).

Empréstimos e Financiamentos

O saldo da conta Empréstimos e Financiamentos aumentou 481,0%, ou R\$247,6 milhões, passando de R\$51,5 milhões no exercício de 2010 para R\$299,0 milhões no exercício 2011, devido principalmente a reclassificação de saldos de endividamento das Debêntures Conversíveis do longo prazo para o curto prazo e a contratação de novas linhas de financiamento.

Debêntures Conversíveis

O saldo das Debêntures Conversíveis 1.191,9%, ou R\$339,2 milhões, passando de R\$28,5 milhões no exercício de 2010 para R\$367,7 milhões no exercício 2011. O saldo do principal das Debêntures Conversíveis classificado no longo prazo, que ao final de 2011 era de R\$340,8 milhões, foi reclassificado para o curto prazo. Tal reclassificação foi efetuada pois houve o não cumprimento de cláusulas financeiras ("covenants") contidas na escritura na data de 31 de dezembro de 2011. Devido ao processo de aumento de capital anunciado em 29 de dezembro de 2011, foi decidido que a renegociação das cláusulas financeiras destes títulos e a eventual concessão de um *waiver* faria parte da discussão e do contexto do aumento de capital. Em 20 de março de 2012 a BNDESPAR, que detém a maior parte desses títulos, aprovou a dispensa (*waiver*) do cumprimento dessas cláusulas financeiras ("covenants") em 31 de dezembro de 2011, o que deverá ser formalizado em assembleia de debenturistas a ser convocada. Com isso, o saldo do principal das Debêntures Conversíveis voltará a ser classificado no longo prazo nos demonstrativos financeiros de 31 de março de 2012.

Bônus Perpétuos

O saldo dos Bônus Perpétuos aumentou 16,8%, ou R\$1,8 milhão, passando de R\$10,5 milhões no exercício de 2010 para R\$12,3 milhões no exercício 2011, pela variação cambial entre a cotação do Real e o Dólar Americano sobre o saldo de juros a pagar desses títulos verificada no período.

Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante diminuiu 32,6%, ou R\$330,6 milhões, passando de R\$1.012,8 milhões no exercício de 2010 para R\$682,2 milhões no exercício de 2011. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Empréstimos e Financiamentos

O saldo da conta Empréstimos e Financiamentos diminuiu 42,1%, ou R\$65,7 milhões, passando de R\$155,9 milhões no exercício de 2010 para R\$90,3 milhões no exercício de 2011 devido a contabilização em Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo de valores que anteriormente eram classificados como de longo prazo.

Bônus Perpétuos

O saldo dos Bônus Perpétuos aumentou 12,9%, ou R\$58,6 milhões, passando de R\$456,4 milhões no exercício de 2010 para R\$515,0 milhões no exercício 2011, devido a variação cambial entre a cotação do Real e o Dólar Americano sobre o principal desses títulos verificada no período (despesa não caixa).

Debêntures Conversíveis

O saldo das Debêntures Conversíveis diminuiu R\$329,5 milhões, passando de R\$329,6 milhões no exercício de 2010 para R\$0,0 milhão no exercício de 2011, reclassificação de saldos de endividamento das Debêntures Conversíveis do longo prazo para o curto prazo.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido diminuiu R\$228,1 milhões, passando de R\$184,4 milhões no exercício de 2010 para o montante negativo de R\$43,7 milhões no exercício de 2011, devido principalmente a variação de R\$241,3 milhões no saldo da conta Prejuízos Acumulados, que é decorrente de nosso prejuízo líquido no exercício de 2011, passando de R\$78,0 milhões no exercício de 2010 para R\$319,3 milhões no exercício de 2011.

Liquidez e Recursos de Capital

Fontes e Usos de Recursos

Historicamente, nossas principais fontes de recursos foram o caixa gerado pelas nossas operações, a receita financeira advinda da aplicação do nosso Caixa e Equivalentes de Caixa, e a captação de Empréstimos e Financiamentos, Bônus Perpétuos e Debêntures Conversíveis.

Os recursos são aplicados, principalmente, em:

- investimentos, principalmente para a expansão dos negócios de serviços para petróleo e gás; e
- obrigações de serviços de dívida referentes ao nosso endividamento.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações dos fluxos de caixa dos períodos de encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2011	2012
	(Em milhares de R\$)		
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	125.225	9.872	(76.722)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(66.235)	(84.373)	(82.159)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(131.618)	40.029	166.912
Efeitos das oscilações de câmbio sobre o caixa de controladas no exterior	(67)	62	42
Caixa líquido inicial de empresas incorporadas			1.378
Aumento (redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(72.695)	(34.410)	9.451
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	131.160	58.465	24.055
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do exercício	58.465	24.055	33.506

Atividades Operacionais

As atividades operacionais compreendem as transações que envolvem a consecução do objeto social da Companhia. Elas podem ser exemplificadas pelo recebimento de uma venda, pagamento de fornecedores por compra de materiais, matérias-primas em estoque, e pagamento de salários, por exemplo.

O fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais apresentou um consumo de R\$ 76,2 milhões versus R\$ 9,9 milhões no exercício de 2011, redução de R\$ 86,6 milhões devidos principalmente ao maior consumo de recursos aplicados em capital de giro durante 2012.

Nosso fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais decresceu 92,1% em 2011, passando de R\$125,2 milhões em 2010, para R\$9,9 milhões em 2011, em decorrência principalmente do maior volume de capital de giro alocado nos negócios.

Atividades de Investimentos

As atividades de investimentos compreendem as transações com os ativos financeiros, as aquisições ou vendas de participações em outras entidades e de ativos utilizados na produção de bens ou prestação de serviços ligados ao objeto social da Companhia. As atividades de investimentos não compreendem a aquisição de ativos com o objetivo de revenda.

Os nossos investimentos em ativo imobilizado, intangível e aquisição de investimentos em 2010, 2011 e 2012 totalizaram R\$66,2 milhões, R\$84,4 milhões e R\$82,2 milhões, respectivamente.

Nossos investimentos foram, de modo geral, orientados pela necessidade de atendermos à demanda crescente por nossos produtos e serviços, buscando sempre respeitar os critérios de retorno para os acionistas.

A tabela a seguir contém os investimentos realizados nos períodos indicados:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2011	2012
	(Em milhares de R\$)		
Aquisições de Investimentos	(29.612)	(33.147)	(19.514)
Compras de Imobilizado	(28.387)	(61.787)	(113.759)
Intangível	(8.236)	(9.471)	(2.146)
Alienação de Operação Descontinuada	-	-	58.848
Títulos e Valores Mobiliários - Restritos	-	20.032	(5.588)
Total	(66.235)	(84.373)	(82.159)

Os investimentos realizados em 2012 totalizaram R\$82,2 milhões, que representou redução de 2,6% sobre o valor investido em 2011, devido à alienação de operações descontinuadas.

Os investimentos realizados em 2011 totalizaram R\$84,4 milhões, que representou crescimento de 27,4% sobre o valor investido em 2010, devido à maior necessidade de investimentos em ativos fixos.

Atividades de Financiamento

As atividades de financiamentos incluem a captação de recursos dos acionistas ou cotistas e seu retorno em forma de lucros ou dividendos, a captação de empréstimos ou outros recursos, sua amortização e remuneração.

Em 2012, houve a geração de R\$166,9 milhões de caixa nas atividades de financiamento, decorrente principalmente da captação de novos empréstimos e financiamentos no montante de R\$210,3 milhões e aumento de capital no montante de R\$ 351,1.

Em 2011, houve a geração de R\$40,0 milhões de caixa nas atividades de financiamento, decorrente principalmente da captação de novos empréstimos e financiamentos no montante de R\$286,7 milhões. Em 2010, houve o consumo de R\$131,6 milhões de caixa das atividades de financiamento, decorrente de maior volume de amortizações de principal e juros sobre financiamentos e debêntures contraídos para financiar as atividades de investimento nos exercícios anteriores.

Nossos recursos são utilizados principalmente para o pagamento de nossos empréstimos e financiamentos e a realização de investimentos.

[O restante desta página foi deixado intencionalmente em branco]

10.2. Resultado Operacional e Financeiro

Esta seção contém estimativas e perspectivas futuras as quais envolvem riscos e incertezas. Os nossos resultados reais poderão diferir significativamente das estimativas e perspectivas futuras aqui descritas. A discussão a seguir sobre nossa situação financeira e nossos resultados operacionais deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações financeiras e notas explicativas correspondentes. Nossas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 mencionadas nesta seção foram preparadas de acordo com o padrão contábil internacional estabelecido pelo International Accounting Standard Board – IASB (IFRS).

a. Comentários sobre os resultados das nossas operações, descrição de componentes importantes da receita e fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Exercício de 2012

Durante o exercício de 2012 a maioria dos negócios da Companhia apresentou evolução, resultando em crescimento de 14% da Receita Líquida Consolidada em comparação com o exercício de 2011, atingindo R\$619,7 milhões. Entre os negócios que apresentaram maior nível de atividade podemos citar: Oilfield Services Brasil (+120%), Oilfield Services Colômbia (+87%), Outros Serviços (+50%), Válvulas Oil & Gas (+20%) e Válvulas Industriais (+1%).

O Lucro Bruto Consolidado apresentou queda de 30%, atingindo R\$110,1 milhões principalmente devido ao efeito da incorporação das operações da Holding San Antonio Brasil e ao nível de atividade das operações terem ficado abaixo do ideal considerando as estruturas atualmente existentes.

Devido à evolução apresentada no Lucro Bruto Consolidado, observou-se também queda de 80% no EBITDA Ajustado Consolidado das atividades continuadas, que atingiu R\$11,1 milhões. Por tal razão, a Margem EBITDA Consolidada das atividades continuadas foi de 2% no exercício de 2012 versus 10% no exercício de 2011.

As Outras Receitas e Despesas Operacionais verificadas no exercício de 2012 resultaram em despesas de R\$ 254,3 milhões versus despesa de R\$ 22,4 milhões no exercício de 2011, principalmente em função do reconhecimento de provisão para perdas com *impairment* sobre ágio no montante de R\$ 191,3 milhões, provisão para perdas pela não recuperabilidade de impostos no montante de R\$ 8,3 milhões, pelo reconhecimento de provisão para multas pelo cancelamento do contrato de Light Workover, no montante de R\$ 7,3 milhões, bem como pela baixa de ativos relacionados ao contrato no montante de R\$ 30,4 milhões.

O Resultado Financeiro Líquido apresentou crescimento de 11% no exercício de 2012, resultando em despesa de R\$220,9 milhões versus R\$198,5 milhões no exercício de 2011. Esta variação é justificada principalmente pela maior despesa com os derivativos embutidos das debêntures.

Como consequência desses fatores, o Resultado Líquido Consolidado do exercício de 2012 foi prejuízo de R\$560,4 milhões.

Exercício de 2011

Durante o exercício de 2011 a maioria dos negócios da Companhia apresentou evolução, resultando em crescimento de 11% da Receita Líquida Consolidada em comparação com o exercício de 2010, atingindo R\$574,0 milhões. Entre os negócios que apresentaram maior nível de atividade podemos citar: cabos de ancoragem (+174%), oilfield services (+80%), revestimentos de tubulações (+32%), equipamentos de completação e sensores (+24%), oil & gas services (+9%), e válvulas industriais (+4%).

O Lucro Bruto Consolidado apresentou crescimento de 17%, atingindo R\$167,8 milhões principalmente devido a mix de produtos com maior valor agregado nos negócios de cabos de ancoragem e equipamentos de completação e sensores.

Devido à evolução apresentada no Lucro Bruto Consolidado, observou-se também evolução de 1% no EBITDA Ajustado Consolidado das atividades continuadas, que atingiu R\$62,2 milhões. O crescimento do EBITDA Ajustado Consolidado das atividades continuadas em menor proporção que o Lucro Bruto Consolidado se deu em razão do crescimento de 29% das Despesas com Vendas, Administrativas e

Honorários dos Administradores no mesmo período, consequência principalmente de despesas com o processo de reestruturação da Companhia que somaram R\$9,1 milhões, e novas unidades que entraram em operação durante o ano de 2011. Por tal razão, a Margem EBITDA Consolidada das atividades continuadas foi de 11% no exercício de 2011 versus 12% no exercício de 2010.

O Resultado Financeiro Líquido apresentou crescimento de 113% no exercício de 2011, resultando em despesa de R\$198,8 milhões versus R\$93,3 milhões no exercício de 2010. Esta variação é justificada principalmente pela variação cambial líquida verificada no período, além do crescimento do endividamento da Companhia que resultou em maior volume de Despesas com Juros.

Como consequência desses fatores, o Resultado Líquido Consolidado do exercício de 2011 foi prejuízo de R\$241,9 milhões.

Exercício de 2010

O ano de 2010, assim como o de 2009, foi marcado por baixa demanda principalmente por manufaturas utilizadas em projetos de produção de petróleo e gás e manutenção da infraestrutura, onde temos grande concentração de vendas. Com isso, os negócios de manufaturas, principalmente os voltados para o Segmento *Energy Products*, trabalharam em 2010 com baixo nível de utilização de capacidade, o que consequentemente afetou o nosso desempenho operacional.

Ainda assim, nosso desempenho operacional em 2010 apresentou aumento de 4,8% na geração de Receita Líquida Consolidada que atingiu R\$581,6 milhões, e de 29,5% no Fluxo de Caixa Operacional que atingiu R\$125,2 milhões.

O principal direcionador para a demanda pelas manufaturas do segmento *Energy Products* são os projetos de desenvolvimento de campos de petróleo e gás e a atividade de manutenção de atuais estruturas produtivas, mediante a reposição dos equipamentos. Para os negócios de serviços, a demanda é oriunda da necessidade de manter as estruturas produtivas, principalmente poços, em perfeito estado de conservação.

Acreditamos que ambas as atividades, tanto de desenvolvimento quanto de manutenção da produção, terão em 2011 maiores volumes de operação que os verificados em 2010, o que poderá resultar em novos negócios para a nós.

Ao longo do ano de 2010, observamos o crescimento expressivo de 235,2% no nosso *backlog* (contratos firmes). Parte importante desse crescimento, R\$1,5 bilhão, decorre de novos contratos de serviços, que representam 84,1% do total do *backlog*. O restante do crescimento, cerca de R\$287,9 milhões, decorre de contratos de manufaturas.

O forte crescimento em serviços está alinhado com os objetivos da Administração de aumentar a exposição a contratos de longo prazo que são usuais em serviços, de forma a ampliar a previsibilidade das receitas e reduzindo assim a volatilidade.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossa variação da Receita Líquida nem sempre pode ser justificada por alterações de volumes, pois os produtos e serviços fornecidos por ela são altamente customizados, o que difere a precificação a cada novo projeto em que participa.

Nos últimos três anos não houve introdução de novos produtos e serviços que causaram grandes variações de receitas.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no nosso resultado financeiro

Nossa Receita Líquida é afetada pela variação cambial sobre recebíveis denominados em moeda estrangeira.

Nossa variação cambial sobre insumos tem pouco impacto, pois nossa estrutura de custos é baseada em sua maioria em matérias-primas de origem nacional, onerando pouco o resultado. Já a nossa variação cambial sobre a posição de endividamento em moeda estrangeira, impacta o resultado financeiro e o resultado antes de impostos e contribuição social. As taxas de juros também impactam o resultado financeiro e o resultado antes de impostos e contribuição social, na medida em que sua variação impacta diretamente o valor de juros a pagar, i.e., a despesa financeira.

A inflação impacta a nossa precificação na medida em que o custo de insumos é afetado. Buscamos nos proteger das oscilações de preço dada à inflação através de cláusulas de reajuste de preços nos contratos que tem em carteira.

10.3. Comentários sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A Lupatech S.A. ("Companhia") e suas controladas e associadas (conjuntamente o "Grupo") é um grupo composto por 32 unidades que possui, atualmente, dois segmentos de negócios: Produtos e Serviços (três segmentos de negócios em 2010: Energy Products, Flow Control e Metalurgia) e conta com 4.366 colaboradores.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, e está registrada na bolsa de valores de São Paulo ("BOVESPA").

No **Segmento de Produtos**, a Companhia oferece principalmente para o setor de petróleo e gás, cabos para ancoragem de plataformas de produção, válvulas, equipamentos para completação de poços e compressores para gás natural veicular.

A Companhia possui posição de liderança no Mercosul na produção e comercialização de válvulas industriais, principalmente para as indústrias química, farmacêutica, papel e celulose, alimentícia, construção civil e de máquinas e equipamentos.

No **Segmento de Serviços**, a Companhia oferece serviços de "workover", intervenção em poços, revestimentos e inspeção de tubulações.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2011, foi dada continuidade ao processo de reorganização societária do Grupo, iniciado em 2008, onde algumas controladas foram incorporadas pelas suas controladoras, sendo transformadas em filiais. A reestruturação teve por objetivo a simplificação da estrutura societária do Grupo bem como a redução de custos e despesas operacionais. As operações realizadas em 2011 foram:

- a) Incorporação em 2011 da Valmicro Ind. Com. Válvulas Ltda. pela Lupatech S.A.;
- b) Em 25 de março de 2011, conforme Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social foi aprovada a redução de capital da controlada Lupatech Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda. no montante de R\$78.815, mediante a entrega à Lupatech S.A. de 61.004.398 ações de emissão da Luxxon Participações S.A. no valor de R\$78.815. Sem gerar efeito nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em relação à reestruturação de ativos, os processos foram finalizados conforme esperado. Em 02 de janeiro de 2012, foi realizada a venda da Steelinject, uma das unidades do segmento de Produtos, para a Polimetal Participações S.A.. O valor da venda foi de R\$14.000 por 100% desta unidade, com exclusão da dívida financeira no montante de R\$1.800, sendo apurado um ganho na alienação de R\$3.563.

Em 02 de abril de 2012, foi concluída a venda da unidade Microinox – Fundição de Precisão e Usinagem Ltda., unidade do segmento de Produtos, para a Empresa Hidro Jet Equipamentos Hidráulicos Ltda.. O valor da venda foi de R\$32.000 por 100% dessa unidade, com exclusão da dívida financeira no montante de R\$8.700.

Em 01 de outubro de 2012, foi assinado o contrato de venda de 100% da Metalúrgica Ipê, unidade do segmento de Produtos, com a Duratex S.A. O montante negociado foi de R\$45.000, dos quais foram deduzidos R\$530 relativo a custas para obtenção de documentação e retidos R\$7.500 depositados em conta bancária “Escrow Account”, para garantia quanto a pagamento de eventuais passivos indenizáveis.

Em 09 de agosto de 2012, foi efetivada a aquisição da San Antonio Brasil S.A. pela Lupatech S.A., aumentando significativamente seu escopo de atuação em serviços para petróleo e gás.

A Holding San Antonio Brasil detém, direta ou indiretamente, 100% do capital social da San Antonio Internacional do Brasil Serviços de Petróleo Ltda., Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A., Lochness Participações S.A. e Prest Perfurações Ltda, as quais passam a ser controladas pela Companhia, nos termos do “Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação de Incorporação da San Antonio Brasil S.A. pela Lupatech S.A.”, celebrado em 12 de julho de 2012 pelas administrações da Companhia e da Holding San Antonio Brasil, aprovado na data de 09 de agosto de 2012. Conforme determinado no acordo de investimento, a incorporação foi realizada no montante de R\$50.000 correspondente a emissão de 12.500.000 ações, sendo igualmente aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada pela Holding San Antonio Brasil, permitindo a integração de ativos e operações das companhias.

A San Antonio Brasil S.A. foi constituída em 28 de fevereiro de 2012 sob a razão social de Teremesha Empreendimentos e Participações S.A., uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo. Em 30 de abril de 2012 sua razão social foi alterada para a atual. A San Antonio Brasil S.A. é subsidiária integral da Oil Field Services HoldCo LLC que, por sua vez, é controlada pela San Antonio Internacional Ltd. (“SAI”).

A San Antonio S.A. possui o controle direto da Lochness Participações S.A. e indireto das companhias Sotep – Sociedade Técnica de Perfuração S.A., Prest Perfurações Ltda., e San Antonio Internacional do Brasil de Serviços de Petróleo Ltda. e de suas correspondentes controladas Amper Amazonas Perfurações Ltda., Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda., Matep S.A. Máquinas e equipamentos e Unap Internacional Ltd.. Essa situação representa a detenção de controle de todo o segmento de operações da San Antonio no Brasil. Tais subsidiárias têm como atividade principal a prestação de serviços técnicos de prospecção e exploração de poços de petróleo, gás e água, os quais são executados principalmente para a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobrás”), por meio de contratos de prestação de serviços que representam aproximadamente 99% do faturamento de suas controladas.

Atividades das empresas:

- Matep S.A. Máquinas e Equipamentos (“Matep”) tem como objetivo social a representação de fabricantes de equipamentos e máquinas petrolíferas, importação, exportação e vendas de equipamentos petrolíferos e pode, adicionalmente, prestar serviços de assistência técnica e administrativa.
- Amper Amazonas Perfurações Ltda. (“Amper”) tem como objeto social a prestação de serviços de perfuração de poços de petróleo, gás natural e água.
- Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda. (“Itacau”) tem como objeto social a prestação de serviços de supervisão, navegação marítima, por conta de terceiros; de assistência técnica, de apoio e de consultoria, em terra e no mar, de plataformas, de navios e de equipamentos náuticos.
- Prest Perfurações Ltda. (“Prest”) é uma empresa de responsabilidade limitada com sede na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte. A Prest tem como atividade principal a prestação de serviços técnicos de prospecção e desenvolvimento de poços de petróleo, gás e água, os quais são executados principalmente para a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS.
- Unap Internacional Ltd. (“Unap”) é uma subsidiária integral domiciliada nas Ilhas Cayman com atividade de assistência técnica de perfuração, por meio do fornecimento de mão de obra técnica especializada.
- Sotep - Sociedade Técnica de Perfuração S.A. (“Sotep”) é uma sociedade anônima com sede na cidade de Catu, na Bahia. A Sotep tem como atividade principal a prestação de serviços técnicos

de prospecção e desenvolvimento de poços de petróleo, gás e água, os quais são executados principalmente para a Petróleo Brasileiro S.A. ("PETROBRAS"), por meio de contratos de prestação de serviços.

- Lochness Participações S.A. ("Lochness") é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo - SP. A Lochness tem como objeto social a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades comerciais nacionais ou estrangeiras.
- San Antonio Internacional do Brasil Serviços de Petróleo Ltda. ("Saib") é uma sociedade limitada, sediada no município de Macaé - RJ, que presta serviços técnicos e especializados na perfuração e completação de poços de petróleo e/ou gás natural e outros serviços de exploração e produção. Em seu objeto social é prevista, inclusive, a prestação de serviços de assistência técnica e de administração nos ramos a que se dedica, bem como a participação em quaisquer outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

O processo de mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foi concluído. Na data da aquisição, foi efetuada avaliação inicial do valor justo dos ativos e passivos assumidos, e estes ativos e passivos estão descritos abaixo:

	Valor dos livros	Efeito da avaliação a valor justo	Valor justo na aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	1.378	-	1.378
Contas a receber de clientes	35.106	-	35.106
Estoques	14.999	-	14.999
Impostos a recuperar	35.583	(1.122)	34.461
Outras contas a receber	25.300	(508)	24.792
Depósitos Judiciais	49.001	-	49.001
Imobilizado	265.142	(4.836)	260.306
Fornecedores	(49.982)	3.958	(46.024)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(55.270)	(60.305)	(115.575)
Empréstimos e financiamentos	(116.444)	-	(116.444)
Impostos a pagar	(14.842)	-	(14.842)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(39.476)	-	(39.476)
Salários e encargos sociais	(27.585)	2.173	(25.412)
Outras contas a pagar	(12.010)	(2.077)	(14.087)
Ativos e passivos líquidos incorporados	110.899	(62.718)	48.182
Deságio incorrido na incorporação	-	-	(8.182)
Preço total da incorporação	-	(62.718)	40.000

O total de contraprestação de R\$40.000 mensurados de acordo com o CPC 15 (IFRS 3R) para combinação de negócios foi baseado no valor de mercado das ações da Lupatech em 9 de agosto de 2012. O valor justo estimado do patrimônio líquido foi de R\$48.182, que resultou em uma compra vantajosa de R\$8.182 (R\$5.400 líquido da constituição do imposto de renda diferido passivo) registrado no resultado do exercício em outras receitas operacionais.

O valor da contraprestação transferida foi apurado como segue:

Número de ações entregues como pagamento pela aquisição das Sociedades San Antonio (em milhares)	12.500
Multiplicado pelo preço de mercado das ações da Lupatech (*)	3,2
Total da contraprestação	<u>40.000</u>

(*) Preço de mercado das ações no fechamento do pregão da BM&FBOVESPA da Lupatech em 9 de agosto de 2012.

O resultado da empresa após a aquisição e até 31 de dezembro de 2012 foi um prejuízo líquido de R\$20.169.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4. Comentários dos Diretores sobre mudanças significativas nas práticas contábeis:

a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

O CPC emitiu novos pronunciamentos listados abaixo, porém com vigências a partir de 2013:

- CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações consolidadas
- CPC 19 (R2) / IFRS 11 – Negócios em conjunto
- CPC 45/ IFRS 12 – Divulgação de participação em outras sociedades
- CPC 46 / IFRS 13 – Mensurações ao valor justo
- CPC 33 (R1) / Alterações a IAS 19 – Benefícios a empregados
- CPC 18 (R2) / Alterações a IAS 28 – Investimento em coligadas com controle compartilhado
- CPC 35 (R2) / IAS 27 – demonstrações financeiras separadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, sendo essas:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros
- Alterações a IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações
- Alterações do IAS 32 – Ativos financeiros
- IFRIC 20 – Custo de remoção na fase de produção de uma mina

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do Conselho Federal de Contabilidade e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras, por não ter base ou informações sobre seu conteúdo. No entanto, a Administração da Companhia espera que a adoção da IFRS 11 tenha um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a serem reportadas com relação aos ativos, passivos e contas de resultado das investidas com controle compartilhado que deixarão de ser consolidadas de forma proporcional, mantendo apenas a avaliação do investimento pelo método da equivalência patrimonial. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada.

b) Reapresentação dos balanços patrimoniais (individuais e consolidados) levantados em 31 de dezembro de 2011

Reapresentação dos balanços patrimoniais (individual e consolidado) Levantado em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Conforme o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, os impostos federais devidos ou recuperáveis com o mesmo agente, devem apresentar o saldo no balanço pelo montante líquido – ou ativo ou passivo. Em atendimento a essa norma, a Companhia está reapresentando as cifras referentes ao saldo de imposto de renda diferido, ativo e passivo que constaram dos balanços patrimoniais (individual e consolidado) levantados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, conforme abaixo:

Consolidado (IRFS e BRGAAP)			
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2011	Reclassificações	Saldos reclassificados em 31/12/2011
ATIVO			
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	84.945	54.258	30.687
Total do ativo não circulante	1.012.330	54.258	958.072
TOTAL DO ATIVO	1.503.219	54.258	1.448.961
PASSIVO			
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	54.258	54.258	-
Total do passivo não circulante	682.215	54.258	627.957
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	1.503.219	54.258	1.448.961

- - -

Consolidado (IRFS e BRGAAP)			
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2010	Reclassificações	Saldos reclassificados em 01/01/2011
ATIVO			
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	84.375	41.727	42.648
Total do ativo não circulante	1.038.608	41.727	996.881
TOTAL DO ATIVO	1.445.274	41.727	1.403.547
PASSIVO			
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	41.727	41.727	-
Total do passivo não circulante	1.012.796	41.727	971.069
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	1.445.274	41.727	1.403.547

Reapresentação da demonstração do resultado (individual e consolidado) para o exercício de dezembro de 2011

Tendo em vista a existência de operações descontinuadas em 2012, a Companhia está reapresentando a demonstração de resultado do ano anterior (2011) para classificar separadamente o resultado das operações descontinuadas.

	Consolidado (IRFS e BRGAAP)		
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2011	Reclassificações	Saldos reclassificados em 31/12/2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	574.003	31.849	542.154
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(406.207)	(21.666)	(384.541)
LUCRO BRUTO	167.796	10.183	157.613
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Com vendas	(68.547)	(3.240)	(65.307)
Gerais e administrativas	(65.473)	(1.845)	(63.628)
Remuneração dos administradores	(4.229)	-	(4.229)
Resultado de equivalência patrimonial	241	-	241
Outras receitas, despesas operacionais	(42.695)	(20.315)	(22.380)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(12.907)	(15.217)	2.310
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	40.994	35	40.959
Despesas financeiras	(185.592)	(319)	(185.273)
Variação cambial, líquida	(54.156)	48	(54.204)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(211.661)	(15.453)	(196.208)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	(8.871)	-	(8.871)
Diferidos	(10.906)	(684)	(10.222)
PREJUÍZO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(231.438)	(16.137)	(215.301)
PREJUÍZO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(10.473)	16.137	(26.610)
PREJUÍZO DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS E DESCONTINUADAS	(241.911)	-	(241.911)
PREJUÍZO ATRIBUÍVEL A:			
Proprietários da controladora	(241.332)	-	(241.332)
Participações não controladoras	(579)	-	(579)

c) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos decorrentes das alterações das práticas contábeis

d) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre a auditoria das demonstrações financeiras para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 foram emitidos sem ressalvas e contêm parágrafo de ênfase mencionando o fato de que a Companhia tem gerado prejuízos recorrentes e crescimento do nível de endividamento, sendo que essas condições, juntamente com outros assuntos, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

10.5. Comentários dos Diretores - Políticas Contábeis Críticas:

As nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – “IFRS”), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (International Accounting Standards Board – “IASB”), e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As políticas contábeis críticas são aquelas cuja aplicação é relevante para a condição financeira e resultado das operações e que requer julgamentos complexos ou subjetivos por parte da administração, usualmente como resultado da necessidade de se elaborarem estimativas sobre os efeitos de assuntos que, inerentemente, envolvem incertezas. À medida que o número de variáveis e premissas que afetam a resolução futura de incertezas aumenta, esses julgamentos se tornam mais subjetivos e complexos. Com o objetivo de prover um entendimento sobre como a administração forma seu julgamento a respeito de eventos futuros, incluindo variáveis e premissas subjacentes às estimativas e à sensibilidade desses julgamentos em diferentes circunstâncias, identificamos as seguintes políticas contábeis críticas:

- Imposto de renda diferido;
- Valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos não cotados;
- Vida útil de ativos de longa duração;
- Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios;
- Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa;
- Pagamentos contingentes em processo de combinação de negócios.

Imposto de renda diferido

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que, estima-se, não seja mais realizável através da projeção de geração de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e do montante a ser registrado, do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia. Estes estudos consideram o histórico de nossa rentabilidade e de nossas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização, levando também em consideração as projeções de resultados tributáveis futuros.

Valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos não cotados

Identificamos instrumentos financeiros derivativos “embutidos” relativos à emissão de debêntures, que envolvem compromissos de resgate antecipado e conversão mandatória das debêntures. Esses instrumentos financeiros derivativos “embutidos” estão registrados no nosso balanço patrimonial na conta “Debêntures”, e a determinação desse valor justo envolve uma série de estimativas que podem ter impacto significativo no resultado final do cálculo. Contratamos especialistas independentes para auxiliar na avaliação de valor justo de instrumentos financeiros derivativos, particularmente quando esta avaliação requer alta qualificação técnica. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que, em alguns casos, incluem estimativas de preço de exercício, prazo de conversão, taxa de juros, volatilidade da ação, expectativa de distribuição de dividendos, etc.

O modelo utilizado de precificação e avaliação destes instrumentos financeiros derivativos foi o método de simulação Monte Carlo.

O valor de mercado reconhecido em nossas demonstrações financeiras pode não necessariamente representar o montante de caixa que nós receberíamos ou pagaríamos, conforme apropriado, se nós liquidássemos as transações na data do balanço.

Vida útil de ativos de longa duração

Reconhecemos a depreciação e/ou amortização de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, e reflete, significativamente, a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, a vida útil real dos ativos pode variar com base na atualização tecnológica e o nível real de atividade de cada unidade. A vida útil real de ativos de longa duração também afeta os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios

Durante os últimos anos, realizamos combinações de negócios. De acordo com o IFRS 3 (2008), aplicado para as aquisições ocorridas após a data de transição para o IFRS, os custos da entidade adquirida devem ser alocados aos ativos adquiridos e passivos assumidos, com base nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio. Exercemos julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, avaliando tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. Geralmente são contratados especialistas externos de avaliação para auxiliar na avaliação de ativos e passivos, particularmente quando esta avaliação requer alta qualificação técnica. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que podem incluir estimativas de fluxos de caixa futuro descontado pelas taxas apropriadas. O uso das premissas utilizadas para avaliação incluem estimativas de fluxo de caixa descontados ou taxas de descontos e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Não acreditamos que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas para completar a alocação do preço de compra e estimar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas utilizadas, podemos estar expostos a efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras.

Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida útil longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, realizamos uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado por nós.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Independentemente da existência de algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos do ágio oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, ou período menor quando existem circunstâncias que requeiram análises em período menor que o anual.

Quando o valor residual de um ativo excede seu montante recuperável, reconhecemos uma redução no saldo contábil destes ativos.

Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Exceto para uma perda de recuperabilidade do ágio, uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo da provisão para perda do correspondente ativo.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia realizou testes de recuperabilidade de ágios para todas as suas unidades geradoras de caixa, as quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração e é baseado em projeções de expectativas de fluxo de caixas descontados e que levam em consideração as seguintes premissas: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes usados para fins de perpetuidade do fluxo de caixa, metodologia para determinação do capital de giro e previsões econômico financeiras de longo prazo.

Os testes realizados identificaram a necessidade de reconhecimento de perdas por recuperabilidade de ágios, bem como para outros ativos com vida útil indefinida, no montante total de R\$191,4 milhões em 2012, R\$13,2 milhões em 2011. No ano 2010, o teste realizado não identificou a necessidade de reconhecimento de perdas por recuperabilidade de ágios.

O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A avaliação dos nossos segmentos de negócio, baseada em fluxos de caixa projetados, pode ser negativamente impactada se a recuperação da economia e das taxas de crescimento acontecerem em uma velocidade inferior à prevista.

Pagamentos contingentes em processo de combinação de negócios

Alguns contratos de aquisição de participação em controladas preveem uma parcela do preço de aquisição como sendo variável ou contingente. O pagamento é atrelado ao atingimento de metas pré-definidas, normalmente atreladas à geração de Lajida – Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, (equivalente à sigla “EBITDA” em inglês). Anualmente, a Companhia atualiza as projeções de resultados das empresas adquiridas, cuja cláusula de pagamento contingente é aplicável, para o período de cobertura da performance e avalia a expectativa de tal performance ser atingida e, consequentemente, se o pagamento complementar pela aquisição será devido. Para as aquisições anteriores à data de alcance do IFRS 3 revisado e do CPC 15, uma provisão, em contrapartida ao ágio, é reconhecida no montante estimado a ser pago de custo adicional de aquisição, descontado a valor presente, quando for provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

Com a adoção da versão revisada do IFRS 3 e do CPC 15 – Combinação de Negócios a partir de 2009, a contabilização da provisão para pagamentos adicionais referentes a novas aquisições é determinada com base na mensuração dos mesmos ao valor justo na data da aquisição da participação e as variações das mensurações subsequentes registradas no resultado.

Demais estimativas e julgamentos aplicáveis às nossas demonstrações financeiras

1. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento das demonstrações financeiras. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”.

Contabilização de “hedge”

Tendo em vista a Companhia fazer uso de derivativos, designados como “hedge” de fluxo de caixa com o objetivo de proteção (“hedge”), para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes, é adotada a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”).

No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir determinadas operações de “hedge”. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, o Grupo documenta se o instrumento de “hedge” usado em uma relação de “hedge” é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como “hedge” de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial”. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado na rubrica “Receitas (Despesas) Financeiras”.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de “hedge” é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Entretanto,

quando uma transação prevista objeto de “*hedge*” resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo.

A contabilização de “*hedge*” é descontinuada quando o Grupo cancela a relação de “*hedge*”, o instrumento de “*hedge*” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de “*hedge*”. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

Derivativos embutidos

Quando a Companhia se torna parte de instrumento híbrido (combinado) que contém um ou mais derivativos embutidos, a Companhia avalia se os mesmos devem ser separados do contrato principal e, no caso daqueles para os quais se exija essa separação, são avaliados pelo valor justo no reconhecimento inicial e posteriormente pelo valor justo por meio do resultado.

2. Ajuste a valor presente

Sobre as transações que dão origem a um ativo, passivo, receita ou despesa ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo não circulante, recebíveis ou exigíveis, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, é reconhecido ajuste a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

O ajuste a valor presente é apresentado como conta retificadora dos recebíveis e exigíveis e é alocado ao resultado como receitas ou despesas financeiras pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros.

3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida, quando necessário, com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas estimadas na realização dos créditos.

4. Benefícios a empregados – remuneração com base em ações

a) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da sua própria emissão. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é calculado na data da outorga e reconhecido como despesa durante o período ao qual o direito é adquirido. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas. As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Administração revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são de mercado. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio, na conta “Reserva de Capital – Opções Outorgadas”.

b) Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base nos Planos de Participação nos Resultados e Plano de Remuneração Variável, que leva em conta metas individualizadas e corporativas.

5. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

6. Demonstração do resultado

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. A receita da venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens e serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau de normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais bens; c) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; d) o recebimento de contas a receber é provável; e) os custos incorridos ou a incorrer referentes às transações possam ser medidos com segurança.

Na unidade industrial da Lupatech CSL o critério adotado para reconhecimento da receita de vendas e respectivos custos é o método conhecido como “Porcentagem de Conclusão (POC)” devido às características de atividade e comercialização dos produtos, as quais apresentam tempo médio de produção superior à periodicidade na qual as informações contábeis são divulgadas (trimestral). Neste critério, o reconhecimento da receita e os respectivos custos de produção são feitos com base no estágio de produção. As especificações técnicas dos produtos são determinadas pelo cliente e específicos para cada um dos projetos, sendo o processo de produção supervisionado diretamente pelo cliente ou pelos órgãos certificadores por eles indicados.

A Companhia optou por apresentar o demonstrativo do resultado por função.

7. Processos contingentes

(a) Contingências passivas

Por intermédio de nossos advogados, estamos discutindo algumas questões de natureza tributária, trabalhista e civil na esfera judicial. A provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis foi apurada pela Administração com base em informações disponíveis e suportadas pela opinião de seus advogados quanto à expectativa de desfecho, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis.

Estes valores abrangem a totalidade das nossas empresas, no Brasil e no Exterior e incluem valores em discussão judicial e administrativa bem como situações incorridas onde, mesmo sem a existência de lançamento ou questionamento formal por parte das autoridades, possam ensejar riscos de perdas futuras.

8. Estimativa do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos, é determinado com base nos preços observados nesses mercados (inclui bônus perpétuos).

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção dos instrumentos derivativos) é determinado de acordo com modelos de precificação que utilizam como base os fluxos de caixa estimados descontados, a partir dos preços de instrumentos semelhantes praticados nas transações realizadas em um mercado corrente observável.

O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Quando esses preços não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento,

aplicável de acordo com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Para os derivativos contendo opções são utilizados modelos de precificação de opções.

Mensuração do valor justo

O IFRS 7 define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de saída) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração. O IFRS 7 também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis. O IFRS descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.

Nível 3 – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2012, mantínhamos derivativos embutidos em contrato de debêntures, operações de *hedge* de proteção cambial referente aos pagamentos de juros de renumeração de bônus perpétuo e cláusula de opção em investimento, cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes, sendo utilizado o Nível 3 de informação (Registros não Observáveis) para sua mensuração.

[O restante desta página foi deixado intencionalmente em branco]

10.6. Comentários dos Diretores:

Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Adotamos práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de nossos processos, assim como busca garantir a ampla transparência de nossos negócios por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Resultados Trimestrais; (ii) Fatos e Atos Relevantes; (iii) Relatórios Anuais; (iv) Arquivamentos realizados perante a CVM e BM&FBOVESPA; (v) Traduções de documentos e informes financeiros para investidores estrangeiros, (vi) Apresentações públicas, em Português e Inglês, no horário ajustados ao Brasil e Ásia; (vii) sua página na internet e blog para investidores; e (viii) relacionamento com analistas, investidores, agências de classificação de risco, assessorias de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos gestores profissionais.

Durante 2010 iniciou o projeto de criação do Centro de Serviço Compartilhado (CSC) que entrou em funcionamento no primeiro semestre de 2011 e atende as Unidades de negócio situadas no Brasil. O CSC tem uma operação independente a Unidade de Negócio, prestando serviços na área Financeira, Recursos Humanos, Controladoria, Tecnologia da Informação e Suprimentos Não Produtivos. O Centro de Serviço tem com objetivo a padronização dos processos e informações.

Durante o ano de 2009 foi criada a área de Auditoria Interna, a qual seguindo as melhores práticas, está vinculada diretamente ao Conselho de Administração e tem como principal foco de atuação a revisão e identificação de oportunidades de melhorias nos controles internos, a revisão de “*compliance*” as políticas, procedimentos e normas internas bem como a revisão da adequada segregação de funções.

Os fluxos de nossos processos e sistemas são periodicamente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes. Tendo pleno envolvimento das Áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração e Fiscal, de acordo com os principais frameworks de controles.

O plano anual de auditoria interna é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as nossas demonstrações financeiras e processos. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas através de ação estabelecida pelos responsáveis de processos e sua implementação devidamente acompanhada pela área de Auditoria Interna.

O plano de auditoria interna é aprovado pelo Conselho de Administração, o qual analisa o resultado de cada auditoria realizada.

Com base nessas avaliações entendemos que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é adequado.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Nossos auditores não realizaram suas auditorias com o objetivo de opinar sobre os controles internos, mas apenas para opinar sobre as nossas demonstrações financeiras. No entanto, no contexto de suas

auditorias sobre nossas demonstrações financeiras, nossos auditores avaliam a estrutura de controles internos, não tendo sido reportado deficiências significativas a Administração.

É parte inerente às atividades dos nossos diretores e do nosso Comitê de Auditoria, acompanhar e monitorar os eventuais pontos e recomendações apontados pelos auditores externos e também auditores internos. Periodicamente são realizadas reuniões para avaliar a implementação dos planos de ações preparados para fazer frente aos pontos identificados, onde são verificados cumprimento de prazos, responsáveis e eficácia das ações executadas.

O estudo e a avaliação do nosso sistema contábil e de controles internos são conduzidos pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras e foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

10.7. Comentários referentes a ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Realizamos quatro emissões privadas as quais optamos por descrever nesta seção também, dada sua representatividade no nosso endividamento e também por terem sido a principal fonte de recursos para os nossos investimentos nos últimos três anos. As três emissões foram: emissão de Bônus Perpétuos dividida em duas tranches (2007 e 2008) e emissão de Debêntures Conversíveis.

Em 10 de julho de 2007, através da subsidiária Lupatech Finance Limited, realizamos oferta de Bônus Perpétuos sênior de 9,875% no valor total de US\$200 milhões para financiar seu plano de crescimento e reduzir o custo de capital.

Em 30 de junho de 2008, houve a reabertura desta oferta, aumentando o valor total para US\$275 milhões, com o objetivo de alongar o perfil de nosso endividamento, para proporcionar maior flexibilidade financeira de modo que pudéssemos continuar com o nosso plano de crescimento e reduzir nosso custo de capital.

Em 17 de agosto de 2009, concluímos a subscrição da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações da Espécie com Garantia Flutuante para Colocação Privada da Lupatech S.A. no montante de R\$320 milhões e vencimento final em 15 de abril de 2018, com o objetivo de ressarcir investimentos realizados com recursos próprios nos exercícios de 2007 a 2009.

Adicionalmente, em 05 de abril de 2012, a Companhia celebrou com BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), GP Investments Ltd. (GP) e San Antonio International (SAI), um Acordo de Investimento com o objetivo de fortalecer sua estrutura de capital e acelerar seu plano de negócio em serviços de petróleo e gás.

O Acordo de Investimento regulou as seguintes operações, descritas de forma sumária:

- (i) A realização, pela Companhia, de aumento de capital por subscrição privada, no montante de até R\$700.000, mediante a emissão de 175.000.000 de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$4,00 por ação ordinária, o qual foi fixado levando-se em consideração a cotação média ponderada das ações ordinárias de emissão da Companhia nos últimos 20 pregões anteriores ao dia 26 de dezembro de 2011, com deságio de 18,8% sobre esse valor, nos termos do inciso III do §1º do artigo 170 da Lei 6.404/76, conforme alterada;
- (ii) Subscrição e integralização pela BNDESPAR e PETROS do aumento de capital, no montante total conjunto de até R\$300.000, observados determinados termos e condições previstos no Acordo de Investimento. A BNDESPAR poderá subscrever o aumento de capital com a utilização de créditos oriundos das debêntures conversíveis de emissão da

Companhia, desde que a Companhia obtenha, no aumento de capital, em moeda corrente, o equivalente ao montante mínimo, ou seja, R\$350.000;

- (iii) Mediante cessão do direito de preferência pela Lupapar, subscrição e integralização pela Oil Field Services (OFS), do Aumento de Capital, em dinheiro, no valor de R\$50.000;
- (iv) Incorporação, pela Lupatech, da Holding San Antonio Brasil, aumentando significativamente seu escopo de atuação em serviços para petróleo e gás;
- (v) A eleição de novos membros para o Conselho de Administração da Companhia, que trabalhará em conjunto com a Diretoria Executiva no fortalecimento do modelo de gestão da Companhia resultante.

Em 04 de maio de 2012, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que aprovou as matérias relacionadas ao aumento de capital, alterações estatutárias e eleição de novo Conselho de Administração.

Em 09 de Agosto de 2012, através da Assembleia Geral Extraordinária da Lupatech foi aprovada a incorporação das operações da San Antonio Brasil pela Companhia. De acordo com a incorporação aprovada nos termos do acordo de investimento, a Oil Field Services recebeu 12.500.000 novas ações que somadas às ações subscritas no aumento de capital, totalizam 25.000.000 de ações de emissão da Lupatech.

Durante o período de exercício dos direitos de preferência na subscrição de novas ações da Companhia, cujo término ocorreu em 06 de junho de 2012, foram subscritas 65.169.069 ações, ao preço de R\$4,00 por ação, totalizando um aumento de capital de no valor de R\$260.676. Deste total, a GP, por meio da Oil Field Services Holdco LLC, subscreveu o montante equivalente a R\$50.000. A BNDESPAR e a Petros subscreveram o montante equivalente à totalidade dos seus direitos, por sua vez proporcional às suas respectivas participações acionárias na Companhia, o que corresponde a R\$80.099 e R\$104.893, respectivamente. A subscrição realizada por outros investidores corresponde a R\$25.686, onde os custos da transação totalizam R\$9.635.

De acordo com o estabelecido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de maio de 2012, as sobras de ações não subscritas foram oferecidas para rateio na forma do disposto no artigo 171, parágrafo 7º, “b”, da Lei 6.404/76. Em 7 de novembro de 2012, foi realizado a liquidação do leilão de sobras de ações não subscritas no âmbito do aumento de capital, onde a Petros e a BNDESPAR adquiriram 28.751.878 ações ordinárias, perfazendo o montante total de R\$115.007, sendo que R\$90.007 foi liquidado em dinheiro e R\$25.000 foi liquidado pela BNDESPAR mediante a utilização de créditos oriundos de partes das debêntures de sua titularidade emitidas na 2º Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações da espécie com garantia flutuante para colocação privada da Companhia.

Com isso, foi verificado a subscrição de 93.921.661 ações ordinárias, perfazendo o valor total de R\$375.687, montante este, superior ao montante mínimo do aumento de capital estipulado pela Companhia.

Em 10 de dezembro de 2012 a Companhia convocou Assembleia Geral Extraordinária para homologação do aumento do capital social da Companhia no valor de R\$11.460 dentro do limite do capital autorizado. Houve a conversão de 10.894 Debêntures em ações de emissão da Companhia durante o processo de aumento de capital aprovado na assembleia geral extraordinária realizada em 4 de maio de 2012, o qual foi homologado parcialmente nesta data, e também aprovado o cancelamento de 21.600 ações ordinárias mantidas em tesouraria, nos termos do inciso X do artigo 23 do Estatuto Social da Companhia.

Com a efetivação desta conversão, bem como do cancelamento das ações em tesouraria, o capital social da Companhia passou para de R\$740.229 dividido em 157.003.138 ações ordinárias, nominativas,

escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, onde a dedução referente aos custos da transação com aumento de capital totalizou R\$9.635.

Os recursos captados foram utilizados tanto para promover nosso crescimento, seja via aquisições para incremento de linhas de produtos e/ou acesso a novos mercados e clientes e em investimentos de expansão de capacidade, bem como para o fortalecimento da posição de caixa da Companhia e equilíbrio de sua estrutura de capital.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

A totalidade dos recursos captados em todas as emissões foi utilizada em conformidade com a proposta de destinação divulgada nos prospectos das distribuições de Debêntures e de Bônus Perpétuos e na Proposta da Administração de 04/05/2012, que tratou do aumento de capital.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não Aplicável.

10.8 Itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras:

a. os ativos e passivos detidos por nós, direta ou indiretamente, que não aparecem no nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv. contratos de construção não terminada**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Nesta data não tínhamos quaisquer operações ou compromissos não registrados nas nossas demonstrações financeiras. Não possuímos quaisquer subsidiárias que não estejam incluídas nas nossas demonstrações financeiras consolidadas, nem possuímos quaisquer participações em, ou relacionamentos com, quaisquer sociedades de propósito específico que não estejam refletidos nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

[O restante desta página foi deixado intencionalmente em branco]

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

b. natureza e o propósito da operação

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, não há itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

10.10. Principais elementos do plano de nossos negócios:

a. investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e de desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos):

Perspectivas de negócios envolvem riscos, incertezas e premissas, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais, podem afetar os montantes previstos de alocação em ativos fixos e capital de giro.

A Administração revisou todos os projetos em que a Lupatech está envolvida, buscando garantir taxas de retorno atrativas e que criem valor para seus acionistas.

Assim sendo, o montante de investimentos (capex) previsto para o exercício de 2013 é de cerca de R\$88,5 milhões, sendo 79% desse capex a ser alocado em projetos já contratados e operações em andamento de serviços, 16% em projetos já contratados e operações em andamento de produtos e 5% em projetos corporativos.

Caso a Companhia adicione novos projetos ao seu *backlog* durante o exercício de 2013 que demandem investimentos adicionais, comunicará aos seus acionistas e ao mercado em geral.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva

Investimos no último ano R\$113,8 milhões em aquisição de imobilizado, isto é, expansão orgânica de nossos negócios, ampliando a capacidade industrial de grande parte de nossos negócios se preparando para o crescimento esperado para o setor de petróleo e gás, e esperamos que esta capacidade tenha aumento de ocupação entre 2013 e 2014.

c. novos produtos e serviços:

Buscamos constantemente superar a concorrência fornecendo manufaturas e serviços com tecnologia distinta e inovadora. Para tanto, temos um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Lupatech (CPDL) dedicado a pesquisar e desenvolver principalmente manufaturas que se diferenciem nos seus mercados de atuação.

10.11. Outros Fatores com Influência Relevante

Não existem outros fatores com influência relevante.

Proposta de Destinação do Lucro Líquido

(anexo 9-1-II da Instrução CVM 481)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O prejuízo líquido do exercício de 2012 foi de R\$560.699 mil (quinhentos e sessenta milhões, seiscentos e noventa e nove mil reais) na controladora (BRGAAP) e R\$560.357 mil (quinhentos e sessenta milhões, trezentos e cinquenta e sete mil reais) no consolidado (IFRS e BR GAAP).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Não há destinação para distribuição de dividendos haja vista a existência de prejuízos acumulados para compensação.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Conforme mencionado no item 2 acima, não há distribuição de resultado neste exercício.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve a distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não houve distribuição de dividendos neste exercício.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não houve distribuição de dividendos neste exercício.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não houve distribuição de dividendos neste exercício.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não houve distribuição de dividendos neste exercício.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

A Companhia não apurou lucro líquidos nos últimos 3 exercícios sociais.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Não aplicável.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não há destinação de lucros para a reserva legal neste exercício. O prejuízo gerado está sendo destinado para a conta de prejuízos acumulados.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não aplicável devido apuração de prejuízos no exercício e a existência de saldo na conta de prejuízos acumulados.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

A Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos que não aqueles previstos na legislação societária.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

A Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos que não aqueles previstos na legislação societária.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

A Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos que não aqueles previstos na legislação societária.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

A Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos que não aqueles previstos na legislação societária.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos que não aqueles previstos na legislação societária.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme artigo 38 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito a receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado de acordo com o que dispõe o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Quando apurado, de acordo com o que dispõe o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo obrigatório vem sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Nenhum valor foi retido a título de dividendo mínimo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Nenhum valor foi retido a título de dividendo mínimo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

Não há destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

b. Identificar o montante destinado à reserva

c. Descrever como o montante foi calculado

Não há destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não há retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não há retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Explicar a natureza da destinação

Não há destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

[O restante desta página foi deixado intencionalmente em branco]

Informações Adicionais sobre a Remuneração dos Administradores

(conforme item 13 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480)

13. Remuneração dos administradores

13.1. Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

Os objetivos dos programas de remuneração são de atrair e reter os profissionais com as competências e valores requeridos por nós, e motivá-los para o atingimento de resultados e criação de valor para os acionistas. Desta forma, os programas buscam reconhecer e recompensar os desempenhos individuais relacionados aos nossos resultados, em níveis competitivos aos de mercado.

A nossa filosofia de remuneração é baseada nas seguintes premissas:

- Interesses dos nossos acionistas na criação de valor sustentável e de longo prazo;
- Metas e estratégias dos nossos negócios;
- Melhores práticas de mercado;
- Nossa visão, missão e valores.

Conforme previsto no nosso Estatuto Social, compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei, eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e determinar a remuneração fixa global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. A Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de abril de 2010 aprovou o limite de remuneração fixa global dos administradores em até R\$3.600.000,00 para o exercício social de 2010. Para o exercício social de 2011, a administração da Companhia submeteu à aprovação em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2011 o limite de remuneração fixa global dos administradores (*pró labore*) em até R\$4.374.900,00. Foi proposto posteriormente o aumento de tal limite para até R\$4.700.000,00. Para o ano de 2012, foi proposto o valor de R\$5.371.000,00. Para o exercício social de 2013 está apresentada proposta de limite de até R\$11.448.840,75, considerando remuneração fixa e variável.

Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente, estabelecer o valor da participação nos lucros dos nossos Diretores e Colaboradores, assim como de qualquer contrato a ser celebrado entre nós e qualquer Diretor que contemple o pagamento de valores, inclusive o pagamento de valores a título de indenização, em razão do desligamento voluntário ou involuntário do Diretor, de mudança de controle, ou de qualquer outro evento similar.

b. Composição da remuneração:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração paga ao Conselho de Administração é composta apenas pela remuneração mensal fixa, que é balizada nas práticas de mercado e visa a reconhecer o valor dos conselheiros interna e externamente.

A remuneração do Conselho Fiscal, quando instalado, é composta apenas pela remuneração fixa, que é calculada com base na média da remuneração da Diretoria Estatutária. O valor respeita o limite legal de no mínimo 10% da média da remuneração da nossa Diretoria Estatutária.

Além da remuneração acima descrita, os membros do Conselho de Administração, conforme previsto no Regimento Interno do nosso Conselho de Administração e do nosso Conselho Fiscal, também são reembolsados por nós por todas as despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções.

A remuneração total da Diretoria Executiva é composta por três elementos:

- **Remuneração Fixa:** tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente e externamente, bem como o desempenho individual, experiência, formação e conhecimento do executivo;
- **Remuneração Variável:** premiar o atingimento e superação de nossas metas e das metas individuais, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e mercado;
- **Plano de Opções de Compra de Ações:** reforçar a retenção dos executivos-chave e alinhar seus interesses com os dos nossos acionistas, na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo.

ii. proporção de cada elemento na remuneração total (a)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa (b)	100%	52%	N/A
Remuneração Variável (c)	N/A	46%	N/A
Remuneração baseada em ações (d)	N/A	0,0%	N/A
Benefícios Diretos e Indiretos	N/A	2%	N/A
Total	100%	100%	100%

Nota: (a) – Considerado os valores anuais de 2012;
 (b) – Remuneração fixa, incluindo encargos sociais;
 (c) – Remuneração variável é condicionada a que a Administração atinja certos patamares de rentabilidade para que sejam pagos aos Diretores Estatutários;
 (d) – Remuneração baseada em ações – os Diretores Estatutários, bem como outros colaboradores da Companhia, são elegíveis ao Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações. Os cálculos apresentados são baseados na diferença entre o valor de mercado das ações e o preço de exercício das opções detidas por cada Diretor Estatutário.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os níveis de remuneração são balizados na prática de mercado, obtida anualmente através de pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas, das quais são selecionados painéis específicos de empresas que reflitam uma combinação das seguintes características:

- Porte similar ao das nossas unidades, em termos de faturamento;
- Setor de atuação;
- Filosofias de remuneração consistentes e similares;
- Nossa Política de Remuneração.

A Remuneração Fixa, ou honorários fixos, são baseados na mediana de mercado, e reajustados anualmente conforme mercado, desempenho individual e outros fatores, tais como potencial do executivo, habilidades específicas, experiência na função e riscos de retenção.

Os benefícios oferecidos por nós seguem as práticas de mercado. Aos diretores são concedidos os seguintes benefícios:

- Plano de saúde;
- Seguro de vida;
- Telefone móvel.

A Remuneração Variável concedida aos diretores estatutários é baseada no conceito de participação nos resultados, no qual é definida uma meta de premiação alvo (*target*), e associada a metas ponderadas de nosso desempenho financeiro e individuais. Para tanto, são utilizadas métricas baseadas em EBITDA – *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) e NOPAT - *Net Operating Profit after Taxes* (Lucro Operacional Líquido após Impostos), entre outros.

As metas financeiras são baseadas no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração. Ao final do exercício, é avaliado o atingimento das metas e calculada a premiação resultante.

Os ganhos eventuais resultantes do “Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações” são sujeitos a nossa valorização, medida através da cotação de nossas ações em bolsa de valores, a partir do preço de exercício da opção (compra das ações).

iv. razões que justificam a composição da remuneração

O posicionamento desejado da competitividade da remuneração total está descrito na nossa Política de Remuneração. Os objetivos desta composição são:

- Competitividade com a prática de mercado, que permite atrair e reter os profissionais com as qualificações requeridas;
- Associar uma parcela da remuneração aos resultados da empresa;
- Gerar um equilíbrio entre as diferentes parcelas da remuneração, que incentive a busca de resultados de curto, médio e longo prazo, dentro de níveis de risco moderados;
- Balancear a remuneração variável de curto e longo prazo, visando à geração de resultados anuais sustentáveis e que resultem na criação de valor para os acionistas.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O conjunto de elementos da remuneração busca reconhecer os resultados obtidos por nós e desempenhos individuais, em níveis competitivos com os de mercado. A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado obtida através de pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas e no desempenho individual.

A remuneração variável da Diretoria é baseada em metas e estratégias do negócio, visando a criação de valor sustentável e de longo prazo para nós.

Os principais indicadores financeiros usados na remuneração variável anual são baseados em EBITDA – *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) e NOPAT – *Net Operating Profit after Taxes* (Lucro Operacional Líquido após Impostos), entre outros.

Na remuneração variável de longo prazo, a métrica é o nosso valor de mercado, conforme cotação de nossas ações em bolsa de valores.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Um dos parâmetros de ajuste do salário base é o mercado, informado através das pesquisas e grupos de comparação.

A Remuneração Variável é baseada no conceito de participação nos resultados, no qual é definida uma meta de premiação alvo (*target*), e associada a metas ponderadas do nosso desempenho financeiro e desempenhos individuais. As metas financeiras são baseadas em orçamento, aprovado pelo Conselho de Administração. Portanto, o atingimento das metas automaticamente gera os recursos necessários à premiação, tornando o plano autofinanciável.

O “Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações” consiste na concessão de direitos de compra de nossas ações, respeitadas regras de preços e prazos. Portanto, os ganhos dos executivos com o plano dependem diretamente da valorização das nossas ações após a outorga das opções, e durante o prazo de carência.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia

A nossa estratégia de remuneração é baseada em práticas de mercado, o que permite a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados para a implementação e operacionalização das estratégias de negócios aprovadas pelos acionistas. A mecânica dos planos de remuneração variável anuais atrela as premiações a métricas financeiras de nosso crescimento de curto, médio e longo prazo, considerando métricas e remuneração variável diferentes para cada período de tempo. Métricas de curto prazo são atreladas a desempenho operacional e individual. Já as métricas de longo prazo são

baseadas no conceito de opções de compra de ações, portanto, diretamente atreladas ao crescimento do nosso valor de mercado, ou seja, à valorização das ações no longo prazo.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria não recebem remuneração suportada por empresas subsidiárias ou controladas.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

As novas opções no âmbito do primeiro e do segundo programas de opções de compra de ações (“Nova Opção”), conforme aprovadas pelo nosso Conselho de Administração em 30 de abril de 2009 e outorgadas especificamente para os membros da nossa administração, estabelece que as ações objeto da Nova Opção que ainda não sejam passíveis de subscrição/aquisição por parte do beneficiário tornar-se-ão imediatamente passíveis de subscrição/aquisição na hipótese de ocorrência da obrigação de implementação de oferta pública de aquisição de ações de nossa emissão, nos termos dos artigos 40, 41, 45, 47, 48 e 49 do nosso Estatuto Social, ou, ainda, na hipótese de qualquer acionista atingir participação superior a 50% (cinquenta por cento) das ações de nossa emissão em circulação.

13.2. Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal:

Ano de 2010 – Valores Anuais

<i>Valores em R\$</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	7	4	2	13
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	553.600	2.095.200	112.140	2.760.940
Benefícios direto e indireto	0	86.328	0	86.328
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	138.400	523.800	13.860	676.060
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração Variável				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	567.303	0	567.303
Observações	Conselho de Administração composto por 7 (sete) membros no exercício de 2010. Cálculo nº de Membros: $(7 \times 12) / 12 = 7$	Diretoria Estatutária composta por 4 (quatro) membros no exercício de 2010. Cálculo nº de membros: $(4 \times 12) / 12 = 4$	Conselho Fiscal composto por 3 (três) membros instalado a partir de maio de 2010, não havendo conselheiros fiscais de janeiro a abril de 2010. Cálculo nº de membros: $(0 \times 4) + (3 \times 8) / 12 = 2$	
TOTAL	692.000	3.272.631	126.000	4.090.631

Ano de 2011 – Valores Anuais

<i>Valores em R\$</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	7	3,25	3,00	13,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.129.600	2.327.048	231.756	3.688.404
Benefícios direto e indireto	0	79.728	0	79.728
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	282.400	581.762	28.644	892.806
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração Variável				
Bônus	0	189.946	0	189.946
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	47.486	0	47.486
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS		
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Observações	Conselho de Administração composto por 7 (sete) membros no exercício de 2011. Cálculo nº de Membros: $(7 \times 12) / 12 = 7$	Diretoria estatutária composta por 4 membros, de janeiro a março de 2011, e 3 membros, de abril a dezembro de 2011. Cálculo nº de membros: $((4 \times 3) + (3 \times 9)) / 12 = 3,25$	Conselho fiscal composto por 3 (três) membros no exercício de 2011. Cálculo nº de membros: $(3 \times 12) / 12 = 3$	
TOTAL	1.412.000	3.225.970	260.400	4.898.370

Ano de 2012 – Valores Anuais

Valores em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8,33	3,33	3,00	14,66
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.620.000	3.491.767	174.480	5.286.247
Benefícios direto e indireto	0	188.039	0	188.039
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	81.000	184.131	8.724	273.885
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração Variável				
Bônus	0	233.119	0	233.119
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	46.623	0	46.623
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS		
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Observações	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2013.	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2013.	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2013.	
TOTAL	1.701,000	4.143.682	183.204	6.027.916

Ano de 2013 – Valores Anuais Estimados

<i>Valores em R\$</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	9	6	0	15
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.620.000	5.216.321	0	6.836.321
Benefícios direto e indireto	0	195.607	0	195.607
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	81.000	286.898	0	367.898
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS		
Remuneração Variável				
Bônus	0	4.612.520	0	4.612.520
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	230.626	0	230.626
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS		
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Observações	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº 01/2013.	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2013.	-	
TOTAL	1.701.000	10.541.971	0	12.242.971

13.3. Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal:

Praticamos o pagamento de Bônus, sendo utilizada a denominação de remuneração variável, que está apresentada nas nossas Demonstrações Financeiras como Remuneração dos Administradores. Os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal não recebem remuneração variável.

Demonstrativo da Remuneração Variável dos Membros da Diretoria Estatutária:

	2010	2011	2012	2013 (*)
Número de Membros (a)	4	3,25	3,33	6
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	832.000	832.000	2.322.124	4.612.520
Valor previsto no plano de remuneração, casos as metas estabelecidas fossem atingidas	416.000	416.000	2.322.124	4.612.520
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	237.432	233.120	-

Notas:

(*) conforme proposta constante do documento

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. termos e condições gerais

O “Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações” (“Plano de Opção”), aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária dos nossos acionistas realizada em 19 de abril de 2006, e alterado pelo aditivo aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 13 de agosto de 2008, foi criado em conformidade com nosso Estatuto Social. As condições gerais do Plano de Opção são aquelas constantes do plano consolidado, conforme ata de nossa Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de agosto de 2008. Esclarecemos que os principais pontos em relação a tal plano são especificados nos itens 13.4 “b” a “n” abaixo.

Nos termos do Plano de Opção, os nossos conselheiros aprovaram três programas de opção de compra de ações.

- Primeiro Programa: 530.609 opções ao preço de R\$11,10 por ação.
- Segundo Programa: 391.356 opções ao preço de R\$28,32 por ação.
- Terceiro Programa: 307.000 opções ao preço de R\$35,00 por ação.

Em 30 de abril de 2009, o Conselho de Administração aprovou o aumento das opções no âmbito do Primeiro e Segundo Programas em até 477.000 novas opções (“Nova Opção”). O número de ações objeto da Nova Opção será calculado de acordo com a valorização das ações frente ao IBOVESPA, no período de 31.12.2008 à 31.12.2012. Findo tal período, apurar-se-á, com base no percentual de valorização, o número de ações objeto da Nova Opção que poderão ser subsctas/adquiridas pelo beneficiário, observado que: (i) se a valorização das Ações no período de 31.12.2008 à 31.12.2012 for inferior a 70% (setenta por cento) da valorização do IBOVESPA no mesmo período, o beneficiário nada receberá; (ii) se o percentual de valorização das ações for igual ou superior a 70% (setenta por cento) e até 180% (cento e oitenta por cento) à valorização do IBOVESPA no mesmo período, será atribuída ao beneficiário a quantidade de ações objeto da Nova Opção concedida a cada indivíduo, multiplicada pelo percentual de valorização das ações; e (iii) se o percentual de valorização das ações for superior a 180%

(cento e oitenta por cento), limitar-se-á a quantidade de ações objeto da Nova Opção que o beneficiário poderá subscrever a 180% (cento e oitenta por cento) da quantidade concedida a cada indivíduo. O período de exercício da Nova Opção será de 01 de janeiro de 2013 a 31 de março de 2013. O preço de aquisição por ação objeto da nova opção será o mesmo das ações relativas ao Primeiro Programa e ao Segundo Programa, conforme alocação do beneficiário.

b. principais objetivos do plano

Os principais objetivos do Plano de Opção são os seguintes:

- Estimular nossa expansão e o atendimento das metas empresariais estabelecidas, mediante a criação de incentivos para a integração dos nossos executivos e colaboradores de alto nível com nossos acionistas;
- Possibilitar obtermos e mantermos os serviços de nossos executivos e colaboradores de alto nível, oferecendo-lhes, como vantagem adicional, a oportunidade de se tornarem nossos acionistas, nos termos, condições e formas previstos no Plano de Opção; e
- Promover o nosso bom desempenho e dos interesses dos nossos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo por parte de nossos administradores e colaboradores.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Opção consiste na concessão de direitos de compra de nossas ações, respeitadas regras pré-estabelecidas de preços e prazos. O preço de exercício é determinado pelo Conselho de Administração, e há um prazo de carência total de cinco anos para o exercício das opções.

A opção poderá ser exercida sobre a totalidade ou sobre uma parte das ações durante o período de exercício da opção. O período de exercício da opção será de sete anos, a contar da data de assinatura do contrato de opção.

d. como o plano se insere na política de nossa remuneração

O Plano de Opção está inserido na Remuneração Total Anual dos nossos Executivos.

e. como o plano alinha os nossos interesses e os dos administradores a curto, médio e longo prazo

A nossa estratégia de remuneração total tem como objetivo o alinhamento dos níveis de remuneração ao mercado selecionado.

f. número máximo de ações abrangidas

As opções de ações outorgadas segundo o Plano de Opção, incluídas as já exercidas ou não, e descontadas as canceladas por situações de desligamento, podem conferir direitos sobre um número de ações que não exceda 5% (cinco por cento) da totalidade de ações emitidas por nós.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Vide item “f” acima.

h. condições de aquisição de ações

Participam do Plano de Opção os profissionais selecionados a exclusivo critério do Conselho de Administração dentre os administradores, executivos, colaboradores e nossos prestadores de serviços e de nossas controladas.

Exceto se determinado de outra forma pelo Conselho de Administração, o beneficiário da opção que não utilizar pelo menos 1/3 da parcela líquida da gratificação anual recebida a título de bônus ou participação no lucro, terá a quantidade de ações objeto da opção reduzida pelo mesmo número de ações que poderia ter subscrito e/ou adquirido com o valor correspondente à diferença entre o percentual do bônus e o valor efetivamente subscrito e/ou adquirido, salvo se, no âmbito do Plano de Opção, já houver exercido, até aquela data, direito de subscrição e/ou aquisição de pelo menos um número idêntico de

ações com recursos próprios (excluídas aquelas ações computadas para esse mesmo fim em anos anteriores), ressalvada sempre a livre disponibilidade do bônus pelo beneficiário da opção.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço básico para o exercício das opções e pagamento da subscrição ou aquisição de ações pelos beneficiários do Plano é determinado pelo Conselho de Administração, a cada Programa, respeitados os parâmetros legais, na data da outorga da opção. O preço será atualizado pela variação do IGPM-FGV, acrescido de 6% ao ano.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício das opções será determinado pelo Conselho de Administração, caso a caso, respeitados os parâmetros legais, na data da outorga da opção. Exceto se deliberado contrariamente pelo Conselho de Administração:

- a obtenção do direito ao exercício da opção dar-se-á em parcelas constantes e anuais durante 5 (cinco) anos, ou seja, 20% (vinte por cento) ao final do primeiro ano e a partir daí 20% (vinte por cento) a cada aniversário; e
- o beneficiário deverá exercer sua opção em até 7 (sete) anos contados da data do contrato de opção.

k. forma de liquidação

O preço das ações será pago pelos titulares da opção de compra nas condições determinadas pelo Conselho de Administração, respeitada a integralização mínima prevista na Lei nº 6.404/76, na hipótese do Conselho de Administração autorizar a integralização parcelada do preço das ações.

Cada opção exercida confere ao beneficiário o direito de subscrever uma ação do capital da Lupatech S.A. Não temos nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

l. restrições à transferência das ações

As ações decorrentes do exercício da opção de compra não podem ser alienadas a terceiros enquanto não estiverem totalmente integralizadas e antes do prazo de 01 (um) ano a contar do exercício da opção.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano de Opção poderá ser extinto ou modificado, a qualquer tempo, por decisão da assembleia geral de nossos acionistas, sem afetar a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

n. efeitos da saída do administrador dos nossos órgãos sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nenhuma disposição do Plano de Opção conferirá direitos aos beneficiários relativos à garantia de permanência como nosso colaborador ou prestador de serviços ou de nossas subsidiárias ou interferirá de qualquer modo com os nossos direitos e de nossas subsidiárias, sujeito às condições legais e àquelas do contrato de trabalho ou do contrato de prestação de serviços, conforme o caso, de rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o participante.

Na eventualidade do beneficiário retirar-se da nossa Companhia:

- por sua única e exclusiva vontade ou por nossa iniciativa, sem justa causa, estarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas que ainda não sejam, na ocasião, opções que já possam ser exercidas, cabendo ao beneficiário o direito de exercer as opções que já possam ser exercidas, desde que no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias e mediante pagamento à vista; e

- por nossa iniciativa, com justa causa, estarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas, inclusive as que já sejam exercíveis.

13.5. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, por nós emitidos, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Na tabela abaixo, verificamos a quantidade de ações de emissão da nossa Companhia detidas por membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal (que somente passou a ser instalado a partir de 2010).

Quantidade de ações ou cotas	2012
Conselho de Administração	9.637.367
Diretoria Estatutária	1.500
Conselho Fiscal	0
Total	9.638.867
<i>% do Capital Total</i>	<i>6,1%</i>

Os membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria Estatutária não possuem ações ou cotas ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas emitidos por sociedades controladas ou sob controle comum, com exceção do Sr. Nestor Perini, membro do nosso Conselho de Administração, que possui uma ação/cota nas seguintes controladas da Companhia: Aspro do Brasil, Jefferson Solenoidbras, Lupatech – Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda., Mipel Indústria e Comércio de Válvulas Ltda. e Sinergas GNV do Brasil Ltda.

13.6. Remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

Com relação à remuneração prevista para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2013, até a data deste Formulário de Referência, não temos a previsão de realizar novas outorgas aos nossos administradores estatutários por meio de opção de ações.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012

	3º Programa		4º Programa	
	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹
Número de Membros	-	1	1	-
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações				
Data de outorga	-	16/01/2009	30/04/2009	-
Quantidade de opções outorgadas	-	22.000	162.000	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	1º lote – 16/01/2009 2º lote – 16/01/2010 3º lote – 16/01/2011 4º lote – 16/01/2012 5º lote – 16/01/2013	01/01/2013	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	1º lote – 16/01/2010 2º lote – 16/01/2011 3º lote – 16/01/2012 4º lote – 16/01/2013 5º lote – 16/01/2014	31/03/2013	-

Prazo de restrição à transferência das ações	-	1 ano a contar do exercício da opção	1 ano a contar do exercício da opção	-
Preço médio ponderando de exercício:				
Opções em aberto no início do exercício social	-	R\$47,80	R\$22,14	-
Opções perdidas durante o exercício social	-	R\$48,33	-	-
Opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-
Opções expiradas durante o exercício social	-	R\$48,33	R\$22,39	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	R\$6,97	R\$17,28	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ²	-	0,01%	0,09%	-

Notas:

1. Considera o número de membros a quem foi atribuída remuneração baseada em ações;
2. Considera o número total de ações em 31/12/2012: 157.003.138 ações ordinárias.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011

	1º Programa		3º Programa		4º Programa	
	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹
Número de Membros	1	-	-	1	1	-
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações						
Data de outorga	20/07/2006	-	-	16/01/2009	30/04/2009	-
Quantidade de opções outorgadas	54.680	-	-	22.000	162.000	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	1º lote – 20/07/2006 2º lote – 20/07/2007 3º lote – 20/07/2008 4º lote – 20/07/2009 5º lote – 20/07/2010	-	-	1º lote – 16/01/2009 2º lote – 16/01/2010 3º lote – 16/01/2011 4º lote – 16/01/2012 5º lote – 16/01/2013	01/01/2013	-
Prazo máximo para exercício das opções	1º lote – 20/07/2007 2º lote – 20/07/2008 3º lote – 20/07/2009 4º lote – 20/07/2010 5º lote – 20/07/2011	-	-	1º lote – 16/01/2010 2º lote – 16/01/2011 3º lote – 16/01/2012 4º lote – 16/01/2013 5º lote – 16/01/2014	31/03/2013	-
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano a contar do exercício da opção	-	-	1 ano a contar do exercício da opção	1 ano a contar do exercício da opção	-
Preço médio ponderando de exercício:						
Opções em aberto no início do exercício	R\$19,93	-	-	R\$43,02	R\$31,73	-

social						
Opções perdidas durante o exercício social	R\$22,14	-	-	R\$47,80	R\$22,14	-
Opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-
Opções expiradas durante o exercício social	R\$22,14	-	-	R\$47,80	R\$22,14	-
Valor justo das opções na data da outorga	R\$12,23	-	-	R\$5,30	R\$17,28	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ²	0,053%	-	-	0,01%	0,09%	-

Notas:

3. Considera o número de membros a quem foi atribuída remuneração baseada em ações;
4. Considera o número total de ações em 31/12/2010: 47.733.703 ações ordinárias.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010

	1º Programa		4º Programa	
	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹
Número de Membros	-	3	-	3
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações				
Data de outorga	-	20/07/2006	-	30/04/2009
Quantidade de opções outorgadas	-	129.670	-	324.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	1º lote – 20/07/2006 2º lote – 20/07/2007 3º lote – 20/07/2008 4º lote – 20/07/2009 5º lote – 20/07/2010	-	01/01/2013
Prazo máximo para exercício das opções	-	1º lote – 20/07/2007 2º lote – 20/07/2008 3º lote – 20/07/2009 4º lote – 20/07/2010 5º lote – 20/07/2011	-	31/03/2013
Prazo de restrição à transferência das ações	-	1 ano a contar do exercício da opção	-	1 ano a contar do exercício da opção
Preço médio ponderando de exercício:				
Opções em aberto no início do exercício social	-	R\$ 16,21	-	-
Opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-
Opções exercidas durante o exercício social	-	R\$ 19,93	-	-
Opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	R\$ 11,96	-	R\$17,28
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ²	-	0,053%	-	0,094%

Notas:

1. Considera o número de membros a quem foi atribuída remuneração baseada em ações;
2. Considera o número total de ações em 31/12/2009: 47.668.005 ações ordinárias.

13.7. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária

Em 31 de dezembro de 2012, existiam 184.000 opções em aberto referente à Diretoria Estatutária e Conselho de Administração.

	3º Programa		4º Programa	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de Membros	-	1	1	-
Opções ainda não exercíveis				
Quantidade	-	-	162.000	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-	01/01/2013	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	31/03/2013	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	1 ano a contar do exercício da opção	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-	R\$22,14	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	R\$17,28	-
Opções exercíveis				
Quantidade	-	22.000	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	4º lote – 16/01/2013	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	1 ano a contar do exercício da opção	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$47,80	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	4º lote – R\$6,97	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	4º lote – R\$10,34	-	-

Do total de opções em aberto, 184.000 opções poderão ser exercidas em 2013.

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

Em relação às opções exercidas:

	2010		2011		2012	
	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração
Número de Membros que exerceram	2	-	-	-	-	-
Número de Ações	18.435	-	-	-	-	-
Preço médio ponderado de aquisição	16,89	-	-	-	-	-
Valor da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas (a)	44.060	-	-	-	-	-

Nota: (a) – Os valores estão expressos em Reais.

Em relação às ações entregues:

	2010		2011		2012	
	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração
Número de Membros que exerceram	2	-	-	-	-	-
Número de Ações	18.435	-	-	-	-	-
Preço médio ponderado de aquisição	16,89	-	-	-	-	-
Valor da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas (a)	44.060	-	-	-	-	-

Nota: (a) – Os valores estão expressos em Reais.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções:

O método de precificação do valor das ações e das opções foi definido por nosso Conselho de Administração em reunião realizada em 20 de abril de 2006.

O preço das ações a serem subscritas ou adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da opção será determinado por nosso Conselho de Administração, nos termos de cada programa.

O programa de opção de ações foi criado no início do ano de 2006, antes da nossa abertura de capital, não havendo, portanto, referência do preço de mercado. O critério utilizado para atribuir o valor inicial do preço das opções foi o orçamento anual do exercício de 2006, multiplicando o indicador EBITDA por 5 e dividindo-o pelo número de ações existentes mais as opções previstas no programa, o que resultou em um preço de aquisição das ações relativas ao primeiro programa aprovado nos termos do “Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações” de R\$11,10 por ação.

Para nossos novos colaboradores, e consequentemente novos programas, há uma base de cálculo do preço de aquisição que difere da descrita acima. A partir da obtenção de nosso registro de companhia aberta e do início da negociação das nossas ações na BMF&BOVESPA, o preço de aquisição não poderá ser nunca inferior a 90% do valor médio das ações dos últimos 3 pregões na BMF&BOVESPA, anteriores à data da concessão da opção.

a. modelo de precificação

O valor justo médio ponderado das opções concedidas é determinado com base no modelo de avaliação Black- Scholes, exceto Quarto Programa, cujo modelo de avaliação foi Monte Carlo em função de estar atrelado a condições de mercado.

O Black-Scholes é um modelo econométrico usualmente utilizado para avaliação deste tipo de ativo, que calcula o valor justo de uma opção baseado em determinadas premissas tais como probabilidade de distribuição do ativo objeto, o preço de exercício da opção, a taxa de juros livre de risco, os dividendos esperados para o ativo objeto e o prazo de vencimento da opção.

A simulação de Monte Carlo é um método alternativo popular que permite a incorporação de diversas fontes de incerteza. Esse método compreende a execução de algumas etapas como (1) determinar os processos de incerteza e geração de *inputs* a partir da amostra das distribuições das variáveis de entrada, (2) realizar operações matemáticas com os *inputs* de forma a gerar os *outputs*, (3) repetir os passos anteriores *n* vezes, de forma a obter *n outputs*, e (4) por meio dos resultados obtidos, calcular dados estatísticos, como médio e desvio padrão. O algoritmo de cálculo da simulação de Monte Carlo consiste em calcular o valor da opção no vencimento para cada trajetória de modo a obter a média dos valores. O valor da opção no tempo inicial é dado pelo valor presente da média encontrada.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Data de cálculo

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções devem ser avaliadas na data da outorga respectiva (no caso, a data de aprovação do Programa correspondente).

Preço médio ponderado das ações

O preço das ações da Companhia considerado como base no cálculo do valor das respectivas opções é o valor de mercado base para cálculo dos preços de exercício.

Preço de exercício

O preço de exercício é definido nos programas aprovados pelo Conselho de Administração e será atualizado pela variação do IGPM-FGV, acrescido de 6% ao ano, calculado *pro rata temporis* por dias úteis até a data da efetiva subscrição e/ou aquisição.

Volatilidade esperada

A volatilidade é mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações considerando o histórico de cotações diárias da Companhia desde sua abertura de capital, bem como ponderação com comportamento de ações de empresas no mesmo segmento, no mesmo período.

Prazo de vida da opção

Considera-se o prazo de duração a partir da data da outorga.

Dividendos esperados

A taxa de distribuição dos dividendos representa a razão entre o dividendo por ação pago em determinado período e o preço da ação no mercado determinado na data da precificação da opção.

Taxa de juros livre de risco

As taxas livres de risco foram obtidas junto ao Banco Central do Brasil e se referem às taxas do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) nas respectivas datas de outorga.

	Programas			
	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto
Preço médio ponderado da ação	21,40	33,35	23,42	27,56
Rendimento de dividendos	-	-	-	-
Vida esperada da opção	5 anos	5 anos	5 anos	4 anos
Taxa de juros anual sem risco (*)	Taxa Selic	Taxa Selic	Taxa Selic	Taxa Selic
Volatilidade	28,38%	36,05%	57,86%	57,86%

(*) Conforme projeção do Banco Central do Brasil

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não está previsto nos contratos o exercício antecipado das opções.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

É mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações considerando o histórico de cotações diárias da Companhia desde sua abertura de capital, bem como ponderação com comportamento de ações de empresas no mesmo segmento, no mesmo período

e. Se alguma outra característica for incorporada na mensuração de seu valor justo

Não houve nenhuma outra característica para mensuração de seu valor justo.

13.10. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários:

Não concedemos ao Conselho de Administração e à nossa Diretoria Estatutária plano de previdência ou de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social oficial.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros			
2010	7	4	2
2011	7	3,25	3
2012	8,33	3,33	3
Maior Remuneração Individual Anual			
2010	160.000	810.000	42.000
2011	340.000	1.091.856	86.800
2012	360.000	1.499.770	85.200
Menor Remuneração Individual Anual			
2010	156.000	603.000	42.000
2011	190.000	120.000	86.800
2012	180.000	174.666	85.200
Média de Remuneração Individual Anual			
2010	98.857	818.157	63.000
2011	201.714	992.606	86.800
2012	202.500	931.222	85.200

	Conselho de Administração
31/12/2012	O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração pelo número de membros. O valor da menor remuneração anual corresponde ao exercício das funções de conselheiro por 12 meses. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de conselheiro por 12 meses.
31/12/2011	O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração pelo número de membros. O valor da menor remuneração anual foi calculado com a exclusão de seis membros do referido órgão, os quais exerceram o cargo por menos de 12 meses. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de conselheiro por 12 meses.
31/12/2010	O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração pelo número de membros. O valor da menor remuneração anual foi calculado com a exclusão de dois membros do referido órgão, os quais exerceram o cargo por menos de 12 meses. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de conselheiro por 12 meses.

	Diretoria
31/12/2012	O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração pelo número de membros. O valor da menor remuneração anual foi calculado sem a exclusão de qualquer membro do referido órgão. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de diretor por 12 meses.
31/12/2011	O valor médio da remuneração foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração pelo número de membros. Considerando que todos os membros da diretoria exerceram o cargo por menos de 12 meses, o valor da menor remuneração anual individual foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de diretor por 7 meses.
31/12/2010	O valor médio da remuneração foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração pelo número de membros. O valor da menor remuneração anual foi calculado sem a exclusão de qualquer membro do referido órgão. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de diretor por 12 meses.

	Conselho Fiscal
31/12/2012	O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração pelo número de membros. O valor da menor remuneração anual foi calculado sem a exclusão de qualquer membro do referido órgão. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de conselheiro fiscal.
31/12/2011	O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração pelo número de membros. O valor da menor remuneração anual foi calculado sem a exclusão de qualquer membro do referido órgão. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de conselheiro fiscal.
31/12/2010	O valor médio da remuneração foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração pelo número de membros. Considerando que todos os membros do conselho fiscal exerceram o cargo por menos de 12 meses, o valor da menor remuneração anual individual foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de conselheiro por 8 meses.

13.12. Consequências financeiras para a Companhia sobre arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria:

Na hipótese de aposentadoria do titular de opção de compra de nossas ações não exercidas, as opções concedidas, mas ainda não exercidas, poderão ser exercidas por mais 180 dias a contar da data da aposentadoria, ou até o término do prazo para o exercício da opção, se restar prazo inferior a 180 dias. Durante o prazo remanescente de validade da opção, esta poderá ser exercida, no todo ou em parte,

pelo beneficiário aposentado, para pagamento à vista, enquanto o beneficiário não exercer outra atividade profissional remunerada em favor de terceiro.

Foi firmado contrato por prazo indeterminado entre Lupatech e Diretores estabelecendo indenização especial em caso de rescisão do diretor sem justa causa, durante e/ou após o processo de mudança de controle acionário da Lupatech.

No caso do Presidente prevê indenização especial em caso de rescisão do contrato por iniciativa da empresa.

13.13. Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não temos acionista controlador e, portanto, este item não nos é aplicável.

13.14. Remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, recebido por qualquer razão que não a função que ocupam

Os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria não receberam qualquer remuneração além daquela referente à função que ocupam na nossa Companhia.

13.15. Remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal reconhecida no resultado de controladores diretos e indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia

Os membros do nosso Conselho de Administração, do nosso Conselho Fiscal e da nossa Diretoria Estatutária não receberam qualquer remuneração de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de nossas controladas.

13.16. Outras informações relevantes

Entendemos que prestamos todas as informações relevantes e cabíveis nos itens anteriores.

[O restante desta página foi deixado intencionalmente em branco]

ANEXO 23

PEDIDO DE PROCURAÇÃO

1. Informar o nome da companhia

Lupatech S.A.

2. Informar as matérias para as quais a procuração está sendo solicitada

Em Assembleia Geral Ordinária

(a) examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012; e,

(b) destinação do resultado do exercício.

Em Assembleia Geral Extraordinária

(a) aprovar a remuneração fixa global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2013.

3. Identificar as pessoas naturais ou jurídicas que promoveram, organizaram ou custearam o pedido de procuração, ainda que parcialmente, informando:

a. Nome e endereço

Lupatech S.A. – Rua Dalton Lahm dos Reis, 201, Distrito Industrial, Caxias do Sul, RS, CEP 95112-090.

b. Desde quando é acionista da companhia

Não aplicável.

c. Número e percentual de ações de cada espécie e classe de sua titularidade

Não aplicável.

d. Número de ações tomadas em empréstimo

Não aplicável.

e. Exposição total em derivativos referenciados em ações da companhia

Não aplicável.

f. Relações de natureza societária, empresarial ou familiar existentes ou mantidas nos últimos 3 anos com a companhia ou com partes relacionadas à companhia, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável.

4. Informar se qualquer das pessoas mencionadas no item 3, bem como qualquer de seus

controladores, controladas, sociedades sob controle comum ou coligadas tem interesse especial na aprovação das matérias para as quais a procuração está sendo solicitada, descrevendo detalhadamente a natureza e extensão do interesse em questão

A própria Companhia possui interesse na aprovação das matérias.

5. Informar o custo estimado do pedido de procuração

R\$1.950,00 (um mil, novecentos e cinquenta reais) mensais para a disponibilização do sistema Assembleias Online.

6. Informar se (a) a companhia custeou o pedido de procuração ou (b) se seus autores buscarão ressarcimento de custos junto à companhia

A Companhia custeou o pedido público de procuração, eis que disponibiliza aos seus acionistas o sistema “Assembleias Online”.

7. Informar:

a. O endereço para o qual a procuração deve ser remetida depois de assinada; ou
Não aplicável.

b. Caso a companhia aceite procurações por meio de sistema na rede mundial de computadores, as instruções para a outorga da procuração

Para que possa votar via Internet pelo sistema “Assembleias Online”, o acionista precisa se cadastrar no endereço www.assembleiasonline.com.br e obter gratuitamente seu certificado digital, seguindo os passos descritos a seguir:

Passo 1 – Cadastramento

a) Acesse o endereço www.assembleiasonline.com.br, clique em “cadastro e certificado” e selecione seu perfil adequado (ex.: “Eu ainda não tenho um certificado digital”, Pessoa física – residente ou “Eu já tenho um certificado digital”, Pessoa física – residente).

*b) Preencha o cadastro e clique em cadastrar, confirme os dados e em seguida terá acesso ao Termo de Adesão e caso represente uma instituição também terá acesso ao termo de representação.**

** Caso já possua um Certificado digital, é necessário efetuar apenas o cadastro e assinar digitalmente o “Termo de Adesão” para estar apto à votar nas assembleias.*

c) Para a validação de seu cadastro, o termo de adesão e/ou de representação deve ser impresso, rubricado em todas as páginas, e assinado com firma reconhecida. O acionista receberá por email os documentos necessários para a validação do cadastro.

Passo 2 – Validação de cadastro e recebimento do certificado digital

a) O acionista receberá um email do portal “Assembleias Online”, relacionando os documentos necessários para a validação do cadastro, incluindo o termo de adesão. O único custo ao acionista refere-se a essa documentação – e uma única vez.

b) Assim que sua documentação for validada pela equipe do “Assembleias Online”, o acionista receberá um novo e-mail contendo os procedimentos para emissão do Certificado Digital Assembleias Online.

c) Após emitido o certificado, o acionista já estará pronto para votar nas assembleias.

Passo 3 – Votação na Assembleia pela plataforma

Para exercer o seu direito de voto por meio de procuração eletrônica, acesse www.assembleiasonline.com.br e faça o seu login, selecione a assembleia da Lupatech S.A.. Vote e assine digitalmente a procuração. O prazo limite para a votação por procuração eletrônica será até o dia 26 de abril de 2013. O acionista receberá o comprovante do seu voto por email.



LUPATECH

MANAGEMENT PROPOSAL

**Ordinary and Extraordinary Shareholders Meeting to be held
on April 30, 2013**

MANAGEMENT COMMENTS ON THE COMPANY'S FINANCIAL SITUATION

(Pursuant to Item 10 of the Reference Form – CVM Rule 480)

PROPOSAL FOR THE ALLOCATION OF THE NET PROFIT

(Attachment 9-1-II of CVM Rule 481)

ADDITIONAL INFORMATION ON THE MANAGEMENT COMPENSATION

(Pursuant to item 13 of the Reference Form - CVM Rule 480)

ATTACHMENT 23: PUBLIC REQUEST FOR A POWER OF ATTORNEY

(Pursuant to CVM Rule 481)

<u>Index</u>	<u>Page</u>
Management Proposal.....	03
Management Comments on the Company's Financial Situation.....	04
Proposal for the Allocation of the Net Profit	45
Additional information on the Management compensation.....	48

MANAGEMENT PROPOSAL

Dear Shareholders:

The Board of Directors of Lupatech S.A. ("Lupatech" or "Company") submits the following proposal to shareholders to be resolved at the Annual and Extraordinary General Meeting of the Company to be held in a first call on April 30, 2013 ("AGOE").

The following matters will be discussed at the Annual General Meeting:

1. To examine, discuss and vote for the Management's accounts and the financial statements related to the fiscal year ended December 31, 2012.

Concerning this matter, the Board of Directors suggests the approval of Management's accounts and the financial statements related to the fiscal year ended December 31, 2012.

2. To allocate the net income for the year

Concerning this matter, the Company's Board of Directors suggests the appropriation of income losses by the Company, in the amount of five hundred sixty million, six hundred ninety-nine thousand, Brazilian reais (R\$560,699,000.00) to the accumulated losses account.

The following matters will be discussed at the Extraordinary General Meeting:

1. To approve the Company's management fixed annual global compensation for 2013.

Concerning this matter, the Management clarifies that the Company's Management fixed global compensation shall have the global limit of up to seven million, three hundred ninety-nine thousand, eight hundred twenty-five Brazilian reais and fifty-nine cents (R\$7,399,825.59) then subdivided into:

- up to five million, six hundred ninety-eight thousand, eight hundred twenty-five Brazilian reais and fifty-nine cents (R\$5,698,825.59) for the board of executive officers fixed global compensation;
- up to one million, seven hundred and one thousand Brazilian reais (R\$1,701,000.00) for the Board of Directors fixed global compensation; and,

The following documents are available to shareholders, at the Company's headquarters, at its Investor Relations web site (www.lupatech.com.br - link "Investors Relations"), as well as on the Brazilian Securities and Exchange Commission's website (www.cvm.gov.br): (i) the Management report; (ii) the financial statements; (iii) the independent auditor's report; (iv) the proposal for allocation of net income (Attachment 9-1-II); (v) the standardized financial statements form - DFP, all of them related to the fiscal year ended December 31, 2012; (vi) the Management's comments on the Company's financial status (Item 10 of the Reference Form); (vii) the information referring to the compensation of members of the Board of Directors, Audit Committee's Board of Executive Officers (Item 13 of the Reference Form); (viii) the Attachment 23, referring to the request for power of attorney; (ix) the Company Audit Committee's report regarding the financial statements related to the fiscal year ended December 31, 2012; and (x) the Manual for Attendance at Meetings, which contains all further information required by CVM Rules 480/09 and 481/09, pursuant to paragraph 3 of Article 135 of Law 6,404/76 and Articles 6 and 9 of CVM Rule 481/09.

Caxias do Sul, April 12, 2013.
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira
Chairman of the Board of Directors

MANAGEMENT COMMENTS ON THE COMPANY'S FINANCIAL SITUATION

(PURSUANT TO ITEM 10 OF THE COMPANY'S REFERENCE FORM – CVM RULE 480)

10.1. Officer's comments

10.1. Officer's comments on:

a. overall financial and balance sheet conditions

Our Management believes that we currently have appropriate financial and equity conditions to develop and implement our business plan and to comply with our short and long term obligations.

A Companhia apresenta limitações em relação ao saldo de caixa e acesso a linhas de crédito. A gestão do caixa e do endividamento é bastante detalhada para viabilizar a manutenção das atividades operacionais normais. O movimento de renegociação dos prazos de vencimento junto as Instituições Financeiras e credores de títulos, entre eles as debêntures, tem sido importante instrumento de administração da geração e manutenção do caixa e liquidez. A restrição de caixa impõe limitações de investimentos para que a Companhia possa alavancar de forma mais acelerada os contratos ganhos.

The Company has limitations in relation to cash and access to credit lines. The cash management and debt is detailed enough to enable the maintenance of normal operating activities. The movement of renegotiation of maturity dates of financial institutions and lenders of securities, including debentures, has been an important tool for management of cash generation and maintenance of cash and liquidity. The cash constraint imposes limitations on investments for the Company to speed up faster the gained contracts.

The future conditions of the operation depend on the ability of the Company to be able to keep the process of lengthening of maturities of short-term debt as well as strengthening cash with the realization of assets provided in the exercise.

b. capital structure and the possibility to redeem shares or quotas

Progress of our capital structure in the last three fiscal years:

	Fiscal Year ended December 31		
	(in R\$ thousands, except percentages)		
	2010	2011	2012
Total Liabilities	1,219,194	1,492,695	1,821,752
Total Financial Indebtedness	1,034,407	1,284,362	1,368,837
Other current and non current liabilities	184,787	208,333	452,915
Shareholders' Equity	184,353	(43,734)	(189,750)
Capital Structure			
% Shareholders' Equity	15,1%	-3,5%	-16,1%

% Total Financial Indebtedness	84,9%	103,5%	116,1%
% Total Liabilities	86,9%	103,0%	111,6%

The Capital Structure, as calculated by us, consists of Shareholders' Equity (the capital of shareholders) and Total Financial Indebtedness (third party capital). We calculate the composition of our Capital Structure by dividing the Shareholders' Equity by the sum of Shareholders' Equity and Total Financial Indebtedness to calculate the percentage of Shareholders' Equity in the Capital Structure, and by dividing the Total Financial Indebtedness by the sum of Shareholders' Equity and Total Financial Indebtedness to calculate the percentage of Total Financial Indebtedness in the Capital Structure. Other companies may calculate the Capital Structure differently from us.

In addition, Total Financial Indebtedness corresponds to the sum of Short Term Financial Indebtedness (the current portion of Loans and Financing, Convertible Debentures, Perpetual Bonds and Losses with Derivatives) and Long Term Financial Indebtedness (non-current portion of Loans and Financing, Convertible Debentures and Perpetual Bonds).

We ended 2012 fiscal year with 116,1% of our Capital Structure comprised of Total Financial Indebtedness and 16,1% negative Shareholders' Equity, due mainly to Accumulated Losses. The current Total Financial Indebtedness is essentially comprised of Perpetual Bonds, Convertible Debentures (held in majority by BNDES) and financing lines for equipments with BNDES and credit lines with commercial banks. In 2011 fiscal year, 103,5% of our Capital Structure was comprised of Total Financial Indebtedness, and 3,5% negative was comprised of Shareholders' Equity, and in 2010 fiscal year, 84,9% of our Capital Structure was comprised of Total Financial Indebtedness, and 15,1% was comprised of Shareholders' Equity.

There is no provision for redemption of shares or capital quotas.

c. payment capacity regarding financial obligations taken

The capacity is directly related to the mentioned in item 10.1 (a) of this form.

d. sources of financing used for working capital and investments in non-current assets

Given our growth strategy, throughout the last years we concluded several acquisitions of companies, using as source of financing, mainly, the proceeds from the Primary Offering of Shares held in 2006, and resources from the issuance of debts such as (i) Local Debentures issued in 2006 and canceled in 2007, (ii) Perpetual Bonds issued in 2007 and 2008, and (iii) Convertible Debentures into shares issued in 2009. At the end of 2010, we presented a Total Financial Indebtedness comprised of debts with development banks, Convertible Debentures into shares and Perpetual Bonds (with no expected maturity date), and an installed production capacity that will allow us to serve a larger number of projects in the coming years, considering the expected growth for our business sectors, with low need to make substantial additional investments in fixed assets. During the year 2012, a relevant capital capitalization was made, which was the main resource fund to enable part of the investment plan of the year and finance the working capital of the operations. For 2013, it is expected to obtain new sources of financing from Financial Institutions, asset demobilization and realization of assets allocated in current assets such as receivable accounts on sale of investments.

e. sources of financing for working capital and investments in non-current assets to be used to cover liquidity deficiencies

Should we face liquidity deficiencies, we intend to use loans and financing from commercial banks and/or development agencies and, eventually, resources issued in capital markets as well as funds from assets demobilizations to finance working capital needs and investments in non-current assets.

f. indebtedness levels and debt characteristics:

We present below the progress of our financial indebtedness in the last three fiscal years:

Indebtedness (R\$ thd)	2010	2011	2012	% Change	Nominal Change
Short Term	92,529	679,061	740,823	9%	61,762
Loans and Financing	51,466	299,041	332,934	11%	33,893
Debentures	28,462	367,702	391,607	7%	23,905
Perpetual Bonds	10,548	12,318	14,182	15%	1,864
Derivatives Losses	2,053	0	2,100	n.a	n.a
Long Term	941,878	605,301	628,014	4%	22,713
Loans and Financing	155,944	90,263	66,051	-27%	(24,212)
Debentures	329,543	0	0	n.a.	n.a.
Perpetual Bond	456,391	515,038	561,963	9%	46,925
Total Debt	1,034,407	1,284,362	1,368,837	7%	84,475
Cash & Cash Equivalents	-58,465	-24,055	-33,506	39%	(9,451)
Debt net of Cash & Cash Equivalents	975,942	1,260,307	1,335,331	6%	75,024

The Consolidated Short Term Debt at the end of 2012 fiscal year reached R\$740,8 million, increase of 9% compared to the end of 2011 fiscal year, due mainly to the increase of the balance of Convertible Debentures as well as to the merger of San Antonio Brasil operations.

The Long Term Debt, which does not include the Perpetual Bonds and the Convertible Debentures, decreased 27% or R\$24,2 million at the end of 2012 fiscal year compared to the end of 2011 fiscal year, due mainly to the reclassification of debt balance classified previously in the Long Term to the Short Term.

The Perpetual Bonds balance at the end of 2012 fiscal year increased 9% when compared to the end of 2011 fiscal year reaching R\$576,1 million, a consequence of the exchange variance verified in the period. Although the Perpetual Bonds have no expected maturity, there are quarterly interest payments.

The balance of the Total Debt increased in 2012 fiscal year reaching R\$1,368,8 million versus R\$1,284,4 million in 2011 fiscal year.

With this, the Consolidated Net Debt totaled in 2012 fiscal year, R\$ 1,335.3 million, an increase of 6% compared to 2011, due to the application of resources in the operation and in the investments made by the Company as well as the incorporation of San Antonio Brazil operations.

The Consolidated Debt maturing (excluding Perpetual Bonds) has reached R\$ 792.7 million in 2012, a variation of 5% compared with 2011.

i. significant loan and financing contracts

Convertible Debentures

To obtain the resources for the acquisition of companies, strengthening the capital structure and working capital, modernization and expansion of production capacity and social investments, the Board of Directors approved on May 13, 2009 and shareholders ratified at the Extraordinary General Meeting (AGE), the shareholders ratified the issue of 320,000 (three hundred and twenty thousand) debentures, in a single series, for private placement, considering for all legal purposes the date of issue of debentures April 15, 2009. The debentures convertible into common shares, with floating guarantee and nominal value per unit of R\$1, with the maturity of 9 years, with total amount of up to R\$320,000 are remunerated to the variation of the IPCA + 6.50% p.a. The debentures may be converted into common shares, issued by the Company, the sole discretion of the debentures, at any time from the second year on, considering the date of issue. The remuneration will be paid annually, always on 15, with the first payment from April 15, 2010, and the subsequent payments, all on 15 April the following year, and the interest until April 15, 2018. The amount of payment of remuneration (IPCA + 6.50% p.a.), for the fiscal year ended December 31, 2010 was R\$44,529.

On April 30, 2012, the General Meeting of Debenture Holders of the 2nd Issuance of Convertible Debentures into shares, with floating guarantee, was held approving the postponement to 120 days of the

annual interest payment of those titles that should occur on 15 April 2012 and no requirement, by the debenture holders, during the new term of healing, of the financial charges set forth in the clauses, solely for the payment of the annual portion of the debentures interest payable on April 15, 2012.

In the General Meeting of Debenture Holders held on August 13, 2012, the postponement of the annual interest payment of these titles to 90 additional calendar days was approved, from August 14, 2012, the date on which such payment would occur as decided by the GMDH on April 30, 2012. The postponement of the annual interest payment in 90 days did not cause any additional burden and aimed to align this payment stream to the completion of the Company's capitalization.

In the General Meeting of Debenture Holders held on March 21, 2013 it was discussed and approved: an extension for the payment of the annual installment of the Debentures interest until April 15, 2013; the non requirement, by the debenture holders, during the extension period, of the financial burden in relation to the payment of the annual portion of the Debentures interest and the non charge by the debeture holders of the compensation due to the increase of the period.

If the conversion into shares does not occur, the debentures will be paid in five installments, from the date of issuance on, and (i) the first, in proportion of 5% of the principal value on April 15, 2014; (ii) the second, in proportion of 10% of the principal value on April 15, 2015; (iii) the third, in proportion of 35% of the principal value on April 15, 2016; (iv) the fourth, in proportion of 35 % of the principal value on April 15, 2017; (v) the fifth, in proportion of 15% of the principal value on April 15, 2018.

If all or part of the debentures are not converted into shares and the condition of early redemption is not reached, they will be entitled to conversion of non-premium equivalent to R\$423.75 (four hundred and twenty three dollars and seventy-five cents) for each thousands of debentures in amount of R\$1 face value, updated by the IPCA. The maturity premium, with the remuneration of IPCA + 6.5% per year, increases the annual return in IPCA + 10% per year.

According to the Third Supplement to the Private Instrument of Deed on 2nd emission of Debentures, agreed on the August 5, 2011, the Company may early redeem the debentures from April 15, 2011 for R\$38.72, considered that the reference value to determine the conversion price, from the second year on, is now fixed at 40% (previously it was a percentage that varied from year to year).

In accordance with the Private Deed of 2nd Issue of Convertible Debentures into Shares, with Floating Guarantee, for Private Placement of Lupatech SA, is provided to the debenture holders of convertible debentures of the 2nd issue of debentures convertible into shares, with floating guarantee, for private placement, of the Company issued on 26 May 2009, the possibility to convert the Debentures held by them using the issue price of R\$4,00 per share.

The commitments of redemption, conversion of debentures into shares and redemption without conversion were identified by Management of the Company as contractual components which have the characteristic, alone, to constitute an embedded derivative. Due to this fact, they were separated from the main contract and valued at fair value on initial recognition and subsequently at fair value through results. On December 31, 2011 and on December 31, 2012, the fair value of the embedded derivative was valued at R\$359.83 and R\$486.35, respectively, for each thousands of debentures in amount of R\$1 face value. The variation in fair value of embedded derivative for 2012 amounted the loss of R\$23,022 (revenue of R\$17,894 in 2011), recorded in the financial result of the period (Gain of R\$2,054 in 2010).

The main characteristics of the debentures are as follows:

Series	1st Issuance
Issue date	04/15/2009
Final maturity date	04/15/2018
Issued amount	320,000
Converted amount	35,908
Amount in December 31, 2012	284,092
Unit value R\$	1

On May 20, 2011 the Company's capital was increased by R\$14 due to the conversion of 14 (fourteen) of debentures 252 (two hundred fifty-two) new shares, nominative, without par value, the ratio 18 (eighteen) shares more than R\$0.043424 on the fraction of shares for each debenture converted.

On December 10, 2012, the approval of the capital increase of the Company of R \$ 36,460 as a result of the conversion of 35,894 (thirty five thousand eight hundred and ninety four) debentures into 9,115,122 (nine million, one hundred and fifteen thousand hundred and twenty-two) new common shares, nominative, without par value, was ratified at a rate of 263 shares plus R\$ 31.90 on the fraction of shares.

	Parent (BR GAAP) and Consolidated (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Embedded derivative instrument	188.781	225.639	196.176
Included derivative	138.168	115.146	133.367
Interest + IPCA on debentures	64.658	26.917	28.462
Total	391.607	367.702	358.005
Current	391.607	367.702	28.462
Non Current	-	-	329.543
Total	391.607	367.702	358.005

The debentures are subject to calculation of financial "covenants", a) [Net debt (-) Perpetual Bond]/ EBITDA: equal or lower than 4.5 in 2011 and 3.5 from 2010 on until maturity, b) EBITDA / ROL: equal to or higher than 20% (twenty percent); and c) Current Liquidity Index (current assets / current liabilities): equal to or higher than 1.5 (one and a half full). The covenants are assessed every year, on the 31st of December of every year, the assessment period corresponding to the twelve months of operation.

In the second quarter of 2011, the Company came to the agreement with the creditors to sign the Third the Second Supplement to the Private Instrument of Deed of 2nd emission of Debentures, which determined that the "covenants" linked to this obligation will not be required until the date of December 31, 2011, due to the fact that the calculation period return to be annual. Additionally it was negotiated that the [Net Debt (-) Perpetual Bonds] / EBITDA should be equal to or less than 4.5 in 2011 and equal to or less than 3.5 from 2012 to 2017. The cost of this supplement amounted R\$3,760, recorded in the financial results for 2011.

On 31 December 2011 and 2012 the Company has not complied with financial clauses mentioned above and the balance of principal of the Convertible Debentures was rated in the current liabilities in those dates.

Perpetual Bonds

As of July 10th, 2007 and June 30th, 2008, through its subsidiary affiliated to the branch abroad Lupatech Finance Limited, the offering of senior perpetual bonds abroad remunerated at 9.875% p.a. (9.97% p.a. effective rate) was concluded in the total amount of US\$200 million and US\$75 million, respectively. The yield rates of the perpetual bonds are paid on a quarterly basis. These operations were guaranteed by sureties provided by the Company and its subsidiaries.

In case of Company interest, the Perpetual Bonds may be redeemed, parity in the face value, in a quarterly bases, since July 2012. The Perpetual Bonds have not due date for the principal, but may become payable in specific situations, as defined under Perpetual Bonds Agreement, if a break up of any of such of obligations is verified. Currently the Company complies fully with its obligations relating with the Perpetual Bonds.

The Bonds were neither registered at the Securities and Exchange Commission of Brazil (CVM) nor under the U.S. Securities Act of 1933 (Securities Act). The bonds were offered only to institutional investors qualified under Rule 144A and to non-American persons outside the United States, except in jurisdictions where such offering or sale is forbidden, in accordance with Regulation S. bonds are listed on the Luxemburg Stock Exchange.

As these bonds are issued in currency other than the Brazilian Real (US Dollar), the appreciation of a currency to another generates exchange variance effects (non-cash expense) over the balance of the Perpetual Bonds. We do not hedge the balance of the principal of the Perpetual Bonds.

The interests are paid on a quarterly basis, always on January 10, April 10, July 10 and October 10. We currently do not have hedged the quarterly parcels payable on 2013.

Loans and Financings

The following tables present our indebtedness profile for the indicated periods. The table does not contemplate the aforementioned Convertible Debentures and Perpetual Bonds, or losses with derivatives.

Description	Index	Weighted Interest rates	31/12/2012			31/12/2011			31/12/2010		
			Non			Non			Non		
			Current	current	Total	Current	current	Total	Current	current	Total
Local Currency											
Working Capital /expansion	CDI	6,74% p.a.	226.247	37.317	263.564	152.348	5.970	158.318	-	-	-
Working Capital /expansion	TJLP	5,62% p.a.	45.429	-	45.429	23.428	54.370	77.798	25.833	73.094	98.927
Working Capital /expansion	FIXO	11,15% p.a.	6.183	986	7.169	56.031	3.901	59.932	4.830	50.000	54.830
Financing of property, plant and equipment	TJLP	7,72% p.a.	573	631	1.204	1.181	1.072	2.253	2.251	1.383	3.634
Financing of property, plant and equipment	CDI	13,95% p.a.	-	-	-	-	-	-	41	-	41
Financing of property, plant and equipment	FIXO	4,50% p.a.	455	562	1.017	156	1.239	1.395	238	2.148	2.386
Financing of research and development	TJLP	4,60% p.a.	2.266	8.075	10.341	2.136	13.086	15.222	915	8.712	9.627
Títulos Descontados	-	9,20% p.a.	935	-	935	16.553	-	16.553	-	-	-
			282.088	47.571	329.659	251.833	79.638	331.471	34.108	135.337	169.445
Moeda estrangeira											
Working Capital /expansion	DÓLAR	3,05% p.a.	806	-	806	309	798	1.107	220	839	1.059
Working Capital /expansion	Libor + 6,99% p.a.		228	-	228	432	-	432	820	-	820
Working Capital /expansion	DÓLAR	6,99% p.a.	11.757	-	11.757	11.641	-	11.641	3.171	11.578	14.749
Working Capital /expansion	DÓLAR	5,42% p.a.	8.279	290	8.569	19.635	2	19.637	8.774	-	8.774
Working Capital /expansion	DÓLAR	24,25% p.a.	-	-	-	-	513	513	-	-	-
Working Capital /expansion	PESO ARS	18,30% p.a.	11.864	8.559	20.423	916	2.170	3.086	-	-	-
Working Capital /expansion	PESO COP	10,50% p.a.	16.961	7.706	24.667	6.931	6.251	13.182	4.248	924	5.172
Working Capital /expansion	UMBND5 590	8,86% p.a.	772	1.212	1.984	-	-	-	-	-	-
Financing of property, plant and equipment	US DÓLAR	5,54% p.a.	-	-	-	7.156	-	7.156	35	6.323	6.358
Financing of property, plant and equipment	PESO ARS	17% p.a.	-	-	-	-	-	-	8	-	8
Financing of property, plant and equipment	PESO ARS	5% p.a.	179	713	892	188	891	1.079	82	943	1.025
			50.846	18.480	69.326	47.208	10.625	57.833	17.358	20.607	37.965
			332.934	66.051	398.985	299.041	90.263	389.304	51.466	155.944	207.410

In 2011, the Company contracted credit lines through the PROGRESS Program, in which the amount, in December 31, 2012, was R\$64,309 (R\$96,790 in December 31, 2011). This program is a tool to facilitate the supply of credit in volume and favorable conditions for the base expansion and sustainable growth of the supply chain of Petrobras, and is intended for all of its suppliers, direct and indirect. The credit lines are secured by receivables still non-performed contracts signed between Lupatech and Petrobras and will be amortized to the extent that contracts are executed. The funds were used for capital investments of

Lupatech well as financial obligations.

Maturities for non-current financing installments are distributed as follow:

Maturities (R\$ thd)	Consolidated (IFRS e BR GAAP)		
	12/31/2010	12/31/2011	12/31/2012
2012	86,643	-	-
2013	24,817	37,250	-
2014	24,208	26,499	43,590
2015	15,687	15,604	12,488
2016	2,384	3,745	4,618
2017	1,264	2,866	3,023
2018 to 2023	941	4,299	2,332
	155,944	90,263	66,051

The guarantees for loans and financings were granted as follows:

Local Currency	Guarantee	Guarantee Amount
Working capital / expansion	Mortgage / Buildings	73.124
Working capital / expansion	Contract s signed	294.010
Financing of property, plant and equipment	Companies guarantee	47.700
Financing of property, plant and equipment	Own financed asset	19.004
Financing of research and development	Bank guarantee	19.807
		<u>453.645</u>
Foreign Currency		
Working capital / expansion	Own financed assets	16.516
Financing of property, plant and equipment	Mortgage / Buildings	700
		<u>17.216</u>
		<u>470.861</u>

ii. other long term relations with financing institutions

The long term relationships with financial institutions are concentrated on long term portions of resources borrowed for working capital and investment at financial institutions, values related do perpetual bonds and debentures debts.

ii. level of subordination between debts

The Convertible Debentures have floating charge and therefore are subordinated to securities with real guarantee.

The Perpetual Bonds have no guarantee, which classifies them as subordinate to our other securities with floating or real guarantees.

iv. occasional restrictions imposed by the Company, especially in relation to limits of indebtedness and new debts, the distribution of dividends, sale of assets, issuing of new securities and sale of share control.

Some financing contracts signed with financial institutions have standard early maturity clauses.

The Convertible Debentures are subject to the calculation of financial covenants. For more information, see section i. above.

Restrictive Financial Clauses (Covenants)

In addition to the Convertible Debentures described in details in section "Significant loan and financing contracts" above, we and our subsidiaries are subject to certain restrictive financial clauses (financial covenants) included in some loan and financing contracts.

Over some financing contracts, obtained from BNDES in amount of R\$46,174, the Company and its Affiliates are subject to complying to some restrictive clauses ("covenants"), which are related to the maintenance of the indexes a) Net Debt / EBITDA until 3.5x; b) EBITDA / Adjusted Net Operating Income at least 20% (twenty percent); e, c) quick ratio (current assets / current liabilities) at least of 1.5, all based in the last twelve months of operation.

On June 30, 2011, the Company failed to comply with financial covenants mentioned above. To release the Company of the status of default, the Directors concluded on June 30, 2011 the negotiations to obtain a waiver by the lender for granting additional time, until June 30, 2012, to satisfy the obligations of financial performance. Additionally the change was negotiated rate of interest on the financing contracts, which will increase equivalent to 1.26 percentage points per year, from the date of concession of waiver on.

On December 31, 2012, the Company did not comply with financial covenants mentioned above, and the balance of contracts with BNDES were reclassified from non-current liabilities to current liabilities on this base date.

The indirect jointly-owned subsidiary Aspro do Brasil has "covenants" related to financing contract which requires the maintenance of a) minimum quick ratio of 1.2; b) debt/shareholders equity until 1.5x and c) Gross operational cash generation minimum of 1.3x the debt service.

In the closure of December 31, 2011 and 2012 fiscal year the indirectly jointly-owned Aspro do Brasil did not attend to the condition of financial covenants mentioned above and the total value of the loan was reclassified to the current liabilities. On December 31, 2012 the balance of this loan is R\$11,641 in the end of December 31, 2011, recorded in current liabilities and R\$34,555 in December 31, 2010, being R\$7,602 recorded in current liabilities and R\$26,953 recorded in non-current liabilities. The mentioned indirect subsidiary is in the process of renegotiating its financial debts with creditors seeking payment deadlines for reprofiling, lengthening maturities. The process is in the final stages of negotiation

The indirect subsidiary HS-Hydrocarbon Services SAS has "covenants" linked to financial leasing agreement with Bancolombia which relate to the need to maintain (a) greater than 3x EBITDA interest expense paid (b) Debt / EBITDA up to 3x. On December 31, 2011 and 2012, the indirect HS-Hydrocarbon Services SAS did not fulfill the "covenants". On 31 December 2012 the total amount of this loan is R\$6,903, recorded in current liabilities (R\$1,837 December 31, 2011 and zero on December 31, 2010).

g. limits to the use of financing already contracted

There are no limits to the use of financing already contracted.

h. significant changes in each item of the financial statements

The financial information presented and analyzed as follow is derived from the consolidated financial statements for the fiscal years ended on December 31 of 2010, 2011 and 2012, prepared according to IFRS rules issued by the IASB, and compliant with the accounting practices adopted in Brazil.

The accounting practices adopted in Brazil include those established in the Brazilian corporate law and pronouncements, and interpretations issued by the Accounting Pronouncements Committee ("CPC"), and approved by the Brazilian Securities and Exchange Commission ("CVM").

These financial statements were audited by Deloitte Touche Tohmatsu Independent Auditors according to Brazilian and international auditing Standards, and these financial statements as well as the auditor's report.

Description of Main Accounts of the Income Statement

Net Revenues from Products and/or Services: revenues after deductions and cancellations, discounts and taxes on income. Our revenues are mainly from the sale of products and services to the oil and gas sector.

Cost of Goods and/or Services Sold: mainly the costs in the purchase of raw material, production and labor costs.

Operating Expenses: mainly expenses with sales, general and administrative expenses, net financial result and other operating expenses.

General and Administrative Expenses: include expenses with personnel and management remuneration.

Sales Expenses: include expenses with publicity, sales team, commissions, provisions for possible losses and other related expenses.

Net Financial Result: include interest income and expense, tax on financial income, tax on financial transaction, monetary variation and net exchange gain (loss) variation, as well as gain (loss) earned and not earned in derivatives.

Other Operating Expenses, net: include operating income such as those from the sale of certain assets.

Income Tax and Social Contribution – Current and Deferred: refer to current or deferred income tax and social contribution over earnings before taxes. They are recognized in the income statement, except in the proportion they are related to items directly recognized in the net worth, when the tax is also recognized in the net worth. The current income tax and social contribution charges are calculated based on enacted tributary laws, or substantially enacted, on the date of the balance sheet of countries we operates in, and generate taxable incomes. The deferred taxes were measured based on effective rates for income tax and social contribution over the temporary balances, tax losses and negative reference of social contribution, proportional to what is attestable, and include only companies operating under book taxable regime.

Comments on the Main Variations in the Income Statement Accounts

Fiscal year ended on December 31, 2012 compared to fiscal year ended on December 31, 2011

The comparisons of fiscal years ended December 31 of 2012 and 2011, the major variations were due to the following factors: (i) increase Operating Expenses and (ii) increase in Net Financial Result.

The table below presents the values from our consolidated income statements for the fiscal years ended on December 31 of 2012 and 2011.

	2011	2012	Variation%
Net Revenues from Products and/ or Services	542.154	619.691	14%
Costs of Goods and / or Services	(384.541)	(509.576)	33%
Gross Profit	157.613	110.115	-30%
Operating Expenses/ Income	(155.303)	(412.443)	166%
<i>Sales Expenses</i>	(65.307)	(83.144)	27%
<i>General and Administrative Expenses</i>	(63.628)	(70.414)	11%
<i>Administrative Compensation</i>	(4.229)	(4.550)	8%
<i>Net Financial Results</i>	241	1	n.a.
<i>Other Operating Expenses, net</i>	(22.380)	(254.336)	1036%
Result before Income Tax and Social Contribution	(198.518)	(220.867)	11%
<i>Financial Revenue</i>	40.959	9.764	-76%
<i>Financial Loss</i>	(185.273)	(185.135)	0%
<i>Net Exchange Variation</i>	(54.204)	(45.496)	-16%
Result before Income Tax and Social Contribution	(196.208)	(523.195)	167%
Income Tax and Social Contribution - Current	(8.871)	(11.441)	29%
Income Tax and Social Contribution - Deferred	(10.222)	(39.389)	285%
Result of Discontinued Operations	(26.610)	13.668	n.a.
Net Profit (Loss) of Fiscal Year	(241.911)	(560.357)	132%

Net Revenues from Products and/or Services

The Net Revenues from Products and/or Services in 2012 fiscal year increased 14% in comparison to 2011 fiscal year, R\$619,7 million versus R\$542,2 million. Such variation is justified by the growth in both Products and Services segments, highlighting the business units as oilfield services, coating and anchoring ropes, all of them due to higher sales volume. While the Products segment was almost stable, the Services segment grew 50%. This variation is mainly due to the incorporation of the operations of the San Antonio Brazil from August 2012, which accounted for R\$ 93.1 million, or 40.5% of Net Revenue from Services segment this year.

Cost of Goods and/or Services Sold

The Cost of Goods and/or Services Sold in 2012 fiscal year increased 33% in comparison to 2011 fiscal year, R\$509,58 million versus R\$384,5 million in 2011 fiscal year. The growth of the Consolidated COGS in the period is a consequence of the Net Consolidated Revenues growth of 14% in the same period, in which the main variation is due to San Antonio Brasil operations merger..

Gross Profit

The Gross Profit in 2012 fiscal year reached R\$110,1 million, a decrease of 30%, in comparison to 2011 fiscal year, when it was R\$157,6 million. The Gross Consolidated Margin decreased 9 percentual points, from 29% to 18%.

Sales Expenses

Sales Expenses in 2012 fiscal year increased 27.0%, reaching R\$83,1 million versus R\$65,3 million in 2011 fiscal year, mainly due to the . This variation is associated to the growth of Sales Expenses of both Products and Services segments, mainly due to higher sales volume in the quarter (+14%) and recognition of a provision for fines and customer credit risk with customers. Important part of the provision made relates to securities of customers in Iran, in the amount of R\$ 10.0 MM, detained by the jointly owned, for which a provision was recognized entirely in the year 2012.

General and Administrative Expenses

The General and Administrative Expenses in 2012 fiscal year increased 11.0%, to R\$70,4 million versus R\$63,6 million in 2011. The increase relates primarily to the merger of the operations of the San Antonio Brazil, which contributed to an increase of \$ 12.0 million and other expenses related to their process of incorporation and integration of operations and structures.

The Directors' fees for the year of 2012 showed an increase of 8% compared with fiscal 2011

Net Financial Result

The Total Financial Revenue (excluding Foreign Exchange) in 2012 fiscal year reached R\$ 9,8 million versus R\$41,0 million in 2011fiscal year, a decrease of 76%, primarily due to the recognition of embedded derivative - Debentures in the amount of R\$ 25.8 in 2011.

The Total Financial Expenses (excluding Foreign Exchange) remained stable in the year 2012 reaching R\$ 185,1 million versus R\$ 185,3 million in 2011 fiscal year.

The Company has assets and liabilities denominated in foreign currencies, primarily the U.S. dollar, which can generate gains or losses from fluctuations in exchange rates.

The Net Exchange Variation in the year 2012 resulted in an expense of R\$ 45.5 million versus R\$ 54.2 million in fiscal 2011. These results are explained by movements in Brazilian currency (Real) against the U.S. Dollar

Net Profit (Loss) for the Fiscal Year

Due to the aforementioned factors, the Net Result in 2012 fiscal year was a loss of R\$560,4 million, an increase of R\$318,4 million compared to 2011 fiscal year, which presented a loss of R\$241,9 million.

Fiscal year ended on December 31, 2011 compared to fiscal year ended on December 31, 2010

The comparisons of fiscal years ended December 31 of 2011 and 2010, the major variations were due to the following factors: (i) increase Operating Expenses and (ii) increase in Net Financial Result.

The table below presents the values from our consolidated income statements for the fiscal years ended on December 31 of 2011 and 2010.

	2010	2011	Variation %
Net revenues from Products and/or Services	484.677	542.154	12%
Costs of Good and / or Services	(351.798)	(384.541)	9%
Gross Profit	132.879	157.613	19%
Operating Expenses / Income	(112.163)	(155.303)	38%
<i>Sales Expenses</i>	(52.715)	(65.307)	24%
<i>General and Administrative Expenses</i>	(45.482)	(63.628)	40%
<i>Administrative Compensation</i>	(3.437)	(4.229)	23%
Net Financial Results	253	241	n.a.
<i>Other Operating Expenses, net</i>	(10.782)	(22.380)	108%
Result before Income Tax and Social Contribution	(92.916)	(198.518)	114%
<i>Financial Revenue</i>	23.545	40.959	74%
Financial Loss	(138.476)	(185.273)	34%
Net Exchange Variation	22.015	(54.204)	-346%
Result before Income Tax and Social Contribution	(72.200)	(196.208)	172%
Income Tax and Social Contribution - Current	(11.197)	(8.871)	-21%
Income Tax and Social Contribution - Deferred	15.325	(10.222)	-167%
Result of Discontinued Operations	(5.088)	(26.610)	n.a.
Net Profit (Loss) of Fiscal Year	(73.160)	(241.911)	231%

Net Revenues from Products and/or Services

The Net Revenues from Products and/or Services increased 12%, from R\$484,7 million in 2010 fiscal year to R\$542.2 million in 2011 fiscal year. Such variation is justified by the growth in both Products and Services segments, highlighting the business units as oilfield services, coating and anchoring ropes, all of them due to higher sales volume.

Cost of Goods and/or Services Sold

The Cost of Goods and/or Services Sold increased 9%, rising from R\$351,8 million in 2010 fiscal year to R\$384,5 million in 2011 fiscal year. The growth of the Consolidated COGS in the period is a consequence of the Net Consolidated Revenues growth of 12% in the same period.

Gross Profit

Due to the aforementioned factors, the Gross Profit increased 19%, from R\$132.9 million in 2010 fiscal year to R\$157,6 million in 2011 fiscal year. The Gross Consolidated Margin went from 27% in 2010 to 29% in 2011 due mainly to the gain in gross margin in the Products segment, highlighting anchoring ropes and completion and sensors.

Sales Expenses

Sales Expenses increased 24.0%, reaching R\$65,3 million in 2011 fiscal year compared to R\$52,7 million in 2010 fiscal year. This variation is associated to the growth of Sales Expenses of both Products and Services segments, due to mainly to the growth in Net Consolidated Revenues, lay-offs expenses and increase in commissions paid.

General and Administrative Expenses

The General and Administrative Expenses and the Administrative Compensation increased 39%, reaching R\$67.9 million in 2011 fiscal year compared to R\$48,9 million in 2010 fiscal year, due mainly to the growth of Administrative Expenses in both Products and Services segments, mainly due to lay-offs expenses, new units and the Shared Service Center (CSC) that entered in operation in the period.

Net Financial Result

The Net Financial Result was an expense that increased by 114%, from R\$92,9 million in 2010 fiscal year to R\$198.5 million in 2011 fiscal year, due mainly to the net exchange variation expense (mostly referring to non-cash result) between the Brazilian Real and the US Dollar on assets and liabilities denominated in foreign currencies, particularly the Perpetual Bonds that are indexed in US Dollars.

Net Profit (Loss) for the Fiscal Year

Due to the aforementioned factors, the Net Result of the Continued and Discontinued Operations in 2011 fiscal year was a loss of R\$241.9 million, an increase of R\$168.8 million compared to 2010 fiscal year, which presented a loss of R\$73.2 million.

Description of Main Balance Sheet Accounts

Cash and Cash Equivalents: include cash, bank deposits and financial investment, with immediate liquidity and insignificant risk of changes in value. The financial investments are recorded at nominal value plus income accrued until balance sheet date, which did not exceed market value, according to rates agreed with financial institutions.

Inventories: are valued at average cost of purchase or production, taking into account the total absorption basis of manufacturing costs, lower than realization values. Provisions for low rotation or obsolete inventory are set up when deemed necessary by the management.

Accounts Receivable from Clients: receivables arising from installment sales of manufactured goods and services to clients. They are stated at nominal values of titles plus exchange variation and adjusted to present value to balance sheet date, when applicable. The provision for doubtful account is recognized, when necessary, based on analysis of portfolio, in amount considered sufficient by our management to cover any occasional estimated loss on credits realization.

Fixed Assets: stated at historical cost of acquisition or manufacture. Depreciation is calculated on a straight-line basis, which takes into consideration the estimated economic useful life of assets.

Intangible Assets: stated at cost of acquisition or business combination, deduced of accumulated loss in recoverable value. Intangible assets with indefinite useful lives are not amortized. The goodwill based on expected future profitability is no longer amortized from January 1, 2009, as OCPC 2 orientation, ratified by the CVM through official-circular CVM/SNC/SEP no. 01 2009.

Loans, Financing and Convertible Debentures (portion relating to the debt instrument): are stated at amortized cost and net amount raised of transaction costs incurred, and, subsequently, measured at amortized cost using effective interest rate basis. The costs incurred directly related to issuance of titles transactions and debts were allocated in reduction account of corresponding current and non-current liabilities. These costs are charged to result by the period of financing as supplement of funding cost, thereby adjusting the operation effective interest rate.

Deferred Income Tax: is reviewed at each financial statement date and reduced by the amount that is no longer achievable through estimated future taxable income. Deferred tax assets and liabilities are calculated using tax rates applicable to taxable income in the years in which those temporary differences shall be performed.

[The remaining of this page was left blank on purpose]

Description of the Main Variations in Balance Sheet Accounts

Main changes in consolidated balance sheet account of Lupatech on December 31, 2012 compared to December 31, 2011

In the comparison of our consolidated balance sheet accounts at December 31, 2012 and December 31, 2011, the main variations were due to: (i) Cash and Cash Equivalents; (ii) Non Current Assets; and (iii) Shareholders' Equity.

Balance Sheet	2011	2012	Variation %
Total Assets I	1.448.961	1.632.002	13%
Current Assets	490.889	524.038	7%
Cash and Cash Equivalents	24.055	33.506	39%
Titles and Securities	1.909	1.502	-21%
Accounts Receivable from Clients	183.547	195.282	6%
Inventories	173.573	191.763	10%
Recoverable Taxes	39.125	51.649	32%
Others	8.709	47.511	446%
Anticipated Expenses	6.531	2.825	-57%
Assets classified as maintained for Sale	53.440	-	n.a.
Non Current Assets	958.072	1.107.964	16%
Titles and Securities	3	6.000	n.a.
Judicial Deposits	2.962	52.604	1676%
Recoverable Taxes	22.767	53.207	134%
Income Taxes and Social Contribution Deferred	30.687	-	n.a.
Others	3.923	13.587	246%
Investments	40.259	28.971	-28%
Fixed Assets	339.418	643.273	90%
Intangible Assets	518.053	310.322	-40%
Total Liabilities	1.448.961	1.632.002	13%
Current Liabilities	864.738	998.395	15%
Suppliers	74.666	108.340	45%
Loans and Financing	299.041	332.934	11%
Debentures	367.702	391.607	7%
Perpetual Bonus	12.318	14.182	15%
Derivatives	-	2.100	n.a.
Salaries, Provisions and Social Contribution	22.193	45.597	105%
Commissions Payable	1.362	2.391	76%
Taxes Payable	25.162	38.045	51%
Advances from Clients	8.732	15.928	82%
Profit Sharing	5.819	2.357	-59%
Others	11.511	32.156	179%
Accounts Payable from Acquisitions	23.883	12.758	-47%
Liabilities related to assets maintained for sales	12.349	-	n.a.
Non current liabilities	627.957	823.357	31%
Loans and Financing	90.263	66.051	-27%
Perpetual Bonus	515.038	561.963	9%
Payable Taxes	4.207	8.720	107%
Income Tax and Social Contribution	-	47.571	n.a.
Provision for Tax, Labor and Civil Risks	5.455	130.550	2293%
Accounts Payable for Investments	7.978	-	n.a.
Others	5.016	8.502	69%
Net Worth	(43.734)	(189.750)	334%
Stock Capital	312.717	740.229	137%
Granted Options	12.904	13.487	5%
Equity Evaluation Adjustments	(52.606)	(56.372)	7%
Treasury Shares	(118)	-	-100%
Accumulated Liabilities	(319.325)	(890.142)	179%
Participation of non controller Shareholders	2.694	3.048	13%

Current Assets

Current Assets increased 7%, from R\$490,9 million in 2011 fiscal year to R\$524,0 million in 2012 fiscal year. This increase has occurred mainly due to the merger of San Antonio Brasil operations.

Cash and Cash Equivalents

The balance of Cash and Cash Equivalents increased 39%, or R\$9,5 million, from R\$24,1 million in 2011 fiscal year to R\$33,5 million in 2012 fiscal year. The variation of Cash and Cash Equivalents is justified by the resources received mainly from the capitalization occurred in 2012 fiscal year, net of the applications and use made of the investments and Company's indebtedness.

Accounts Receivable from Clients

The balance of Accounts Receivable from Clients increased 6%, or R\$11,7 million, from R\$183,5 million in 2011 fiscal year to R\$195,3 million in 2012 fiscal year. The growth of the Accounts Receivables is a consequence of more clients and the merger of San Antonio Brasil operations.

Inventories

The balance of the Inventories increased 10%, or R\$18,2 million, from R\$173,6 million in 2011 fiscal year to R\$191,8 million in 2012 fiscal year, a consequence of the increase of the Net Revenues from Products and/or Services and the merger of San Antonio Brasil operations.

Non-Current Assets

Non-Current Assets increased 16%, or R\$149,9 million, from R\$958,1 million in 2011 fiscal year to R\$1,108,0 million in 2012 fiscal year. This increase occurred especially due to the variations described below.

Investments

The balance of Investments increased 28%, or R\$11,3 million, from R\$40,3 million in 2011 fiscal year to R\$29,0 million in 2012 fiscal year, due to the lower investments EIDE Marine Semi AS.

Fixed Assets

The balance of the Net Fixed Assets increased 90%, or R\$303,9 million, from R\$339,4 million in 2011 fiscal year to R\$643,3 million in 2012 fiscal year, due to the merger of San Antonio Brasil operations.

Intangible

The balance of Intangible decreased 40%, or R\$207,7 million, from R\$518,1 million in 2011 fiscal year to R\$310,3 million in 2012 fiscal year, due to the provision for loss because of the non recoverable assets.

Current Liabilities

Current Liabilities increased 16%, or R\$134,3. million, from R\$864,7 million in 2011 fiscal year to R\$999,0 million in 2012 fiscal year. This increase occurred especially due to the variations described below.

Suppliers

The balance of the account Supplies incised 45% or R\$33,7 million, from R\$74,7 in 2011 fiscal year to R\$108,3 million in 2012 fiscal year, due to the merger of San Antonio Brasil operations.

Advances from Clients

The balance of Advances from Clients increased 82% or R\$7,2 million, from R\$8,7 million in 2011 fiscal year to R\$15,9 million in 2012 fiscal year, due mainly to the higher level of commercial activity in projects that work with advance from clients (portions in cash anticipated to the production of goods or execution of services).

Loans and Financing

The balance of Loans and Financing increased 11%, or R\$33,2million, from R\$299,0 million in 2011 fiscal year to R\$332,9 million in 2012 fiscal year, due to the reclassification of the balance of Convertible Debentures from the long term to short term and the merger of San Antonio Brasil.

Convertible Debentures

The balance of Convertible Debentures increased 7%, or R\$23,9 million, from R\$367,7 million in 2011 fiscal year to R\$391,6 million in 2012 fiscal year due to the provision of the debentures interests and non conversion fee.

Perpetual Bonds

The balance of the Perpetual Bonds increased 15%, or R\$1.9 million, from R\$12,3 million in 2011 fiscal year to R\$14,2 million in 2012 fiscal year, due to the exchange variation between the Brazilian Real and the US Dollar on the balance of interest payable of these financial instruments verified in the period.

Non-Current Assets

Non-Current Assets increased 31%, or R\$195,4 million, from R\$628,0 million in 2011 fiscal year to R\$823,4 million in 2012 fiscal year. This reduction occurred especially due the variations described below.

Loans and Financing

The balance of Loans and Financing decreased 27%, or R\$24,2 million, from R\$90,3 million in 2011 fiscal year to R\$66,1 million in 2012 fiscal year due to the accounting in short term Loans and Financing of values that previously were classified as long term.

Perpetual Bonds

The balance of Perpetual Bonds increased 9%, or R\$46,9 million, from R\$515,0 million in 2011 fiscal year to R\$562,0 million in 2012 fiscal year, due to the exchange variation between the Brazilian Real and the US Dollar on the principal of these financial instruments verified in the period (non-cash expense).

Net worth

The Net Worth decreased R\$146,0 million, from R\$43,7 million in 2011 fiscal year to R\$189,8 in 2012 fiscal year, due to the variation in the balance of the accumulated loss, occurred because of the net loss in 2012 fiscal year.

Main changes in consolidated balance sheet account of Lupatech on December 31, 2011 compared to December 31, 2010

In the comparison of our consolidated balance sheet accounts at December 31, 2011 and December 31, 2010, the main variations were due to: (i) Cash and Cash Equivalents; (ii) Non Current Assets; and (iii) Shareholders' Equity.

Balance Sheet	2010	2011	Variation %
Total Assets	1.403.547	1.448.961	3%
Current assets	406.666	490.889	21%
Cash and Cash Equivalents	58.465	24.055	-59%
Titles and Securities	-	1.909	n.a.
Accounts Receivable from Clients	123.624	183.547	48%
Inventories	160.038	173.573	8%
Recoverable Taxes	39.605	39.125	-1%
Others	16.247	8.709	-46%
Anticipated Expenses	5.618	6.531	16%
Derivatives	3.069	-	n.a.
Assets classified as maintained for sale	-	53.440	n.a.
Non Current Assets	996.881	958.072	-4%
Titles and Securities	21.944	3	n.a.
Judicial deposits	2.864	2.962	3%
Recoverable Taxes	22.284	22.767	2%
Income Taxes and Social Contribution Deferred	42.648	30.687	n.a.
Others	7.184	3.923	-45%
Investments	26.347	40.259	53%
Fixed Assets	352.731	339.418	-4%
Intangible Assets	520.879	518.053	-1%
Total Liabilities	1.403.547	1.448.961	3%
Current Liabilities	248.125	864.738	249%
Suppliers	48.466	74.666	54%
Loans and Financing	51.466	299.041	481%
Debentures	28.462	367.702	1192%
Perpetual Bonus	10.548	12.318	17%
Derivatives	2.053	-	n.a.
Salaries, Provisions and Social Contribution	22.983	22.193	-3%
Commissions Payable	1.234	1.362	10%
Taxes Payable	20.827	25.162	21%
Advances from Clients	4.054	8.732	115%
Profit Sharing	6.821	5.819	-15%
Others	15.033	11.511	-23%
Accounts Payable from Acquisitions	36.178	23.883	-34%
Liabilities related to assets maintained for sales	-	12.349	n.a.
Non current liabilities	971.069	627.957	-35%
Loans and Financing	155.944	90.263	-42%
Debentures	329.543	-	n.a.
Perpetual Bonus	456.391	515.038	13%
Payable Taxes	2.849	4.207	48%
Provision for Tax, Labor and Civil Risks	7.347	5.455	-26%
Accounts Payable for Investments	14.655	7.978	n.a.
Others	4.340	5.016	16%
Net Worth	184.353	(43.734)	-124%
Stock Capital			

Convertible Debentures

The balance of the Convertible Debentures decreased R\$329.5 million, from R\$329.6 million in 2010 fiscal year to R\$0.0 million in 2011 fiscal year, due to the reclassification of the balance of Convertible Debentures from the long term to short term.

Shareholders' Equity

Shareholders' Equity decreased R\$228.1 million, from R\$184.4 million in 2010 fiscal year to a negative amount of R\$43.7 million in 2011 fiscal year, due mainly to the variation of R\$241.3 million in the balance

of Accumulated Losses, which is due to the net loss in 2011 fiscal year, from R\$78.0 million in 2010 fiscal year to R\$319.3 million in 2011 fiscal year.

Current Assets

Current Assets increased 20.7%, or R\$84.2 million, from R\$406.7 million in 2010 fiscal year to R\$490.9 million in 2011 fiscal year. This increase has occurred mainly due to the account "Assets held for sale", i.e., the assets of the units Steelinject and Microinox, which had their sale announced during the last quarter of 2011.

Cash and Cash Equivalents

The balance of Cash and Cash Equivalents decreased 58.9%, or R\$34.4 million, from R\$58.5 million in 2010 fiscal year to R\$24.1 million in 2011 fiscal year. The variation of Cash and Cash Equivalents is justified by deducting from the operating cash flow generation of R\$10.9 million in 2011, the investments in expansion and maintenance of installed capacity and acquisitions which added to R\$85.4 million, as well as R\$40.0 million generated in financing activities.

Accounts Receivable from Clients

The balance of Accounts Receivable from Clients increased 48.5%, or R\$59.9 million, from R\$123.6 million in 2010 fiscal year to R\$183.5 million in 2011 fiscal year. The growth of the Accounts Receivables is a consequence of higher activity level in the anchoring ropes, industrial valves, tube coating and oil & gas services.

Inventories

The balance of the Inventories decreased 8.0%, or R\$13.5 million, from R\$160.0 million in 2010 fiscal year to R\$173.6 million in 2011 fiscal year, a consequence of the O&G and industrial valves businesses that acquired imported raw materials that were also impacted by the exchange variation.

Non-Current Assets

Non-Current Assets decreased 2.5%, or R\$26.3 million, from R\$1,038.6 million in 2010 fiscal year to R\$1,012.3 million in 2011 fiscal year. This increase occurred especially due to the variations described below.

Investments

The balance of Investments increased 52.8%, or R\$13.9 million, from R\$26.3 million in 2010 fiscal year to R\$40.3 million in 2011 fiscal year, due to investments in new affiliates.

Fixed Assets

The balance of the Net Fixed Assets decreased 3.8%, or R\$13.3 million, from R\$352.7 million in 2010 fiscal year to R\$339.4 million in 2011 fiscal year, due to sale of the assets of units Steelinject and Microinox.

Intangible

The balance of Intangible decreased 0.5%, or R\$2.8 million, from R\$520.9 million in 2010 fiscal year to R\$518.1 million in 2011 fiscal year, due to the conversion effects over goodwill balance in investment acquisitions and impairment tests.

Current Liabilities

Current Liabilities increased 248.5%, or R\$616. million, from R\$248.1 million in 2010 fiscal year to R\$864.7 million in 2011 fiscal year. This increase occurred especially due to the variations described

below.

Suppliers

The balance of Suppliers increased 54.1% or R\$26.2 million, from R\$48.5 million in 2010 fiscal year to R\$74.7 million in 2011 fiscal year, to support the growth of Net Revenues in the period.

Advances from Clients

The balance of Advances from Clients increased 115.4% or R\$4.7 million, from R\$4.1 million in 2010 fiscal year to R\$8.7 million in 2011 fiscal year, due mainly to the higher level of commercial activity in projects that work with advance from clients (portions in cash anticipated to the production of goods or execution of services).

Loans and Financing

The balance of Loans and Financing increased 481.0%, or R\$247.6 million, from R\$51.5 million in 2010 fiscal year to R\$299.0 million in 2011 fiscal year, due to the reclassification of the balance of Convertible Debentures from the long term to short term and the contraction of new financing lines.

Convertible Debentures

The balance of Convertible Debentures increased 1,191.9%, or R\$339.2 million, from R\$28.5 million in 2010 fiscal year to R\$367.7 million in 2011 fiscal year. The principal of the Convertible Debentures classified in the long term, which at the end of 2011 amounted to R\$340.8 million, was reclassified for the short term. Such reclassification was done due to the non compliance of financial clauses (covenants) included in the indenture on the date of December 31, 2011. Due to the capital increase process announced on December 29, 2011, it was decided that the renegotiation of the financial clauses of these securities and the eventual concession of a waiver would be part of the discussion and context of the capital increase. On March 20, 2012, BNDESPAR, which holds the largest part of these securities, has approved a waiver to comply with these financial clauses (covenants) on December 31, 2011, and this will be formalized in a debenture holders meeting to be called. With that, the principal of the Convertible Debentures will return to be classified in the long term in the financial statements of March 31, 2012.

Perpetual Bonds

The balance of the Perpetual Bonds increased 16.8%, or R\$1.8 million, from R\$10.5 million in 2010 fiscal year to R\$12.3 million in 2011 fiscal year, due to the exchange variation between the Brazilian Real and the US Dollar on the balance of interest payable of these financial instruments verified in the period.

Non-Current Assets

Non-Current Assets decreased 32.6%, or R\$330.6 million, from R\$1,012.8 million in 2010 fiscal year to R\$682.2 million in 2011 fiscal year. This reduction occurred especially due the variations described below.

Loans and Financing

The balance of Loans and Financing decreased 42.1%, or R\$65.7 million, from R\$155.9 million in 2010 fiscal year to R\$90.3 million in 2011 fiscal year due to the accounting in short term Loans and Financing of values that previously were classified as long term.

Perpetual Bonds

The balance of Perpetual Bonds increased 12.9%, or R\$58.6 million, from R\$456.4 million in 2010 fiscal year to R\$515.0 million in 2011 fiscal year, due to the exchange variation between the Brazilian Real and the US Dollar on the principal of these financial instruments verified in the period (non-cash expense).

Convertible Debentures

The balance of the Convertible Debentures decreased R\$329.5 million, from R\$329.6 million in 2010 fiscal year to R\$0.0 million in 2011 fiscal year, due to the reclassification of the balance of Convertible Debentures from the long term to short term.

Shareholders' Equity

Shareholders' Equity decreased R\$228.1 million, from R\$184.4 million in 2010 fiscal year to a negative amount of R\$43.7 million in 2011 fiscal year, due mainly to the variation of R\$241.3 million in the balance of Accumulated Losses, which is due to the net loss in 2011 fiscal year, from R\$78.0 million in 2010 fiscal year to R\$319.3 million in 2011 fiscal year.

Liquidity and Funding

Sources and Use of Resources

Historically, our main sources of funding were the cash generated from our operations, the financial income arising from the application of our Cash and Cash Equivalents, and the funding from Loans and Financing, Perpetual Bonds and Convertible Debentures.

The funds are used mainly in:

- investments, mainly for the expansion of oil and gas service businesses; and
- debt service obligations related to our indebtedness.

The table below shows the figures for the statements of cash flows for the periods ended December 31, 2012, 2011 and 2010.

Cash Flow

	Fiscal Year ended on December 31		
	2010	2011	2012
	(in R\$ thousands)		
Cash flow generated in operating activities	125,225	9,872	(76,722)
Cash flow applied in investment activities	(66,235)	(84,373)	(82,159)
Cash flow generated by (applied in) financing activities	(131,618)	40,029	166,912
Effects of exchange variation over the cash of subsidiaries abroad	(67)	62	42
Increase (reduction) in Cash and Cash Equivalents	(72,695)	(34,410)	9,451
Cash and Cash Equivalents at the beginning of fiscal year	131,160	58,465	24,055
Cash and Cash Equivalents at the end of fiscal year	58,465	24,055	33,506

Operating Activities

Operating activities include transactions involving the attainment of our corporate purpose. They can be exemplified by the receipt of a sale, payment of suppliers for the purchase of materials, raw materials in inventories, and payment of salaries, for example.

The net cash flow from operating activities showed a consumption of R\$ 76.2 million versus R\$ 9.9 million in 2011 fiscal year, a reduction of R\$ 86.6 million mainly due to higher consumption of resources invested in capital turnover during 2012.

Our net cash flow from operating activities decreased 92,1% in 2011, from R\$125.2 million in 2010 to R\$9.9 million in 2011 due mainly to higher volume of working capital applied in the businesses.

Investment Activities

The investment activities include transactions with financial assets, purchases or sales of interests in other entities and assets used in the production of goods or services related to our corporate purpose. The investment activities do not include the acquisition of assets with purposes of resale.

Investments in fixed assets, intangible assets and acquisition of investments in 2010, 2011 and 2012 amounted R\$66.2 million, R\$84,4 million and R\$82,2 million respectively.

Our investments were generally driven by the need to attend the growing demand for our products and services, always seeking to meet the shareholders return criteria.

The table below shows the investments concluded in the indicated periods:

(in thousands)	Fiscal Year ended on December 31		
	2010	2011	2012
Investment Acquisitions	(29,612)	(33,147)	(19,514)
Purchases of Fixed Assets	(28,387)	(61,787)	(113,759)
Intangible	(8,236)	(9,471)	(2,146)
Alienation of discontinued operations	-	-	58,848
Securities - Restrict	-	20,032	(5,588)
Total	(66,235)	(84,373)	(82,159)

Investments in 2012 amounted R\$82,2 million, representing a 2,6% decrease over the amount invested in 2011, due to the alienation of the discontinued operations.

Investments in 2011 amounted R\$84,4 million, representing a 27,4% increase over the amount invested in 2010, due to the higher investments in fixed assets.

Financing Activities

Financing activities include raising funds from shareholders or quota holders and their return in the form of profits or dividends, the funding from loans or other resources, its amortization and remuneration.

In 2012, there was a generation of R\$.9 million of cash in financing activities, primarily due to the uptake of new loans and financing in the amount of R\$ 210.3 million and a capital increase of R\$ 351.1.

In 2011, there was the generation of R\$40.0 million in cash from financing activities, due mainly to the contracting of new loans and financings in the amount of R\$286.7 million. In 2010, there was the consumption of R\$131.6 million in financing activities, resulting from a larger amount of principal amortizations of and interest on financing and Convertible Debentures contracted to finance investment activities of previous fiscal years.

Our resources are used mainly to pay our loans and financing and conclude investments.

10.2. Operational and Financial Result

This section contains estimates and forward-looking statements that involve risks and uncertainties. Our actual results may differ significantly from the estimates and forward-looking statements herein. The following discussion of our financial situation and results of operations should be read in conjunction with our financial statements and corresponding notes. Our consolidated financial statements for the fiscal years ended December 31, 2010, 2011 and 2012 mentioned in this section have been prepared in accordance with the accounting standards established by the International Accounting Standards Board - IASB (IFRS).

b. Comments on our operating results, description of important components of the revenues and factors that materially affected the operating results:

2012 fiscal year

During the 2012 fiscal year, the majority of the Company's business showed an increase, resulting in increase of 14% of Consolidated Net Revenues in comparison with 2011 fiscal year, reaching R\$ 619.7 million. Among the businesses that showed higher levels of activity include: Oilfield Services Brazil

(+120%), Colombia Oilfield Services (+87%), Other Services (+50%), Oil & Gas Valves (+20%) and industrial valves (+1%).

The Consolidated Gross Profit decreased by 30%, reaching R\$ 110.1 million mainly due to the effect of the merger of the operations of San Antonio Holding Brazil and the activity level of the operations have been less than ideal considering the currently existing structures.

Due to changes made in the Consolidated Gross Profit, it was also observed 80% decrease in Consolidated Adjusted EBITDA from continuing operations, which totaled R\$ 11.1 million. For this reason, the Consolidated EBITDA Margin from continuing operations was 2% in fiscal year 2012 versus 10% in fiscal year 2011.

Other revenues and expenses recorded in fiscal year 2012 resulted in costs of \$ 254.3 million versus an expense of R\$ 22.4 million in fiscal 2011, primarily due to the recognition of a provision for impairment losses on goodwill amounting R\$ 191.3 million, provision for losses on non-recoverability of taxes in the amount of R\$ 8.3 million, the recognition of a provision for penalties for canceling the contract Light Workover, totaling R\$ 7.3 million, as well as for asset impairment related to the contract in the amount of R\$ 30.4 million.

The net financial result increased by 11% in fiscal year 2012, resulting in an expense of R\$ 220.9 million versus R \$ 198.5 million in fiscal year 2011. This variation is mainly explained by higher spending on embedded derivatives of the debentures.

As a result of these factors, the consolidated net profit for the year of 2012 was a loss of R\$ 560.4 million.

2011 fiscal year

During the 2011 fiscal year, most of the businesses of the Company presented progress, resulting in 11% growth in Net Consolidated Revenues compared to 2010 fiscal year, reaching R\$574.0 million. Among the businesses that presented higher activity level we can mention: anchoring ropes (+174%), oilfield services (+80%), coating (+32%), completion tools and sensors (+24%), oil & gas services (+9%), and industrial valves (+4%).

The Gross Consolidated Profit presented growth of 17%, reaching R\$167.8 million, due mainly to a product mix with higher value added in the anchoring ropes, completion tools and sensors businesses.

Due to the trend presented in the Gross Consolidated Profit, it was noticed growth of 1% as well in the Consolidated Adjusted EBITDA that reached R\$62.2 million. The growth of the Consolidated Adjusted EBITDA in lower proportion than the Gross Consolidated Profit is due to the growth of 29% in Sales, Administrative and Management Salary expenses in the same period, a consequence of expenses with the restructuring process of the Company that amounted to R\$9.1 million, and new units that started to operate during 2011. For such reason, the Consolidated EBITDA Margin was 11% in 2011 fiscal year versus 12% in 2010 fiscal year.

The Net Financial Result presented 113% growth in 2011 fiscal year, resulting in an expense of R\$198.8 million versus R\$93.3 million in 2010 fiscal year. This variation is justified mainly due to the net exchange variance verified during the period, besides the growth in the Company's indebtedness that resulted in higher volume of Interest Expenses.

As a consequence of these factors, the Net Consolidated Result of 2011 fiscal year was a loss of R\$241.9 million.

2010 fiscal year

The 2010 fiscal year, like 2009, was marked by low demand mainly for manufacturing goods used in oil and gas production projects and infrastructure maintenance, where we have great concentration of sales. For this reason, the manufacturing businesses, mainly those focused in the Energy Products segment, worked in 2010 with a low capacity utilization level, which in turn affected our operational performance.

Still, our operating performance in 2010 increased 4.8% the generation of Consolidated Net Revenues, which reached R\$581.6 million, and 29.5% in Operating Cash Flow, which reached R\$125.2 million.

The major driver for the demand for manufactured goods of the Energy Products segment is the projects for development of oil and gas fields and the activity maintenance of current production structures through the replacement of equipments. For the service businesses, the demand comes from the need to maintain productive structures, mainly wells, in perfect condition.

We believe that both development and maintenance of production in 2011 will have higher volumes of operation than in 2010, which could result in new businesses for us.

Throughout 2010, we observed the significant increase of 235.2% in our backlog. A significant part of this increase, R\$1.5 billion, is due to new services contracts, representing 84.1% of the total backlog. The remaining growth, about R\$287.9 million, is due to contracts of manufactured goods.

The strong growth in services is in line with the Management goals to increase the exposure to long term contracts that are usual in services, in order to increase the revenues predictability and thus reduce volatility.

b. variations in revenues attributable to changes in prices, exchange rates, inflation, changes in volumes and introduction of new products and services

Our Net Revenues variation may not always be justified by changes in volumes, as the products and services provided by us are highly customized, which changes the pricing for each new project in which we participate.

Over the past three years there has been no introduction of new products and services that caused large fluctuations in revenues.

c. impacts of inflation, price variation in major supplies and products, exchange rates and interest rates on the Company's operating and financial result

Our Net Revenues are affected by exchange variation over receivables denominated in foreign currencies.

Our exchange variation over supplies has little impact because our cost structure is mostly based on domestic raw material, which does not have a significant impact on our result. On the other hand, our exchange variation over the debt position in foreign currency impacts the financial result and result before tax and social contribution. Interest rates also impact the financial result and result before tax and social contribution, to the extent that its variation directly impacts the amount of interest payable, i.e. the financial expense.

The inflation impacts our pricing to the extent that the cost of supplies is affected. We seek to protect ourselves from price fluctuations due to inflation through price escalation clauses in the contracts of our portfolio.

10.3. Comments on the significant effects caused or expected to be caused by the following events on our financial statements and results:

a. introduction or disposal of an operating segment

Lupatech S.A. (the "Company") and its subsidiaries and associate companies (jointly, the "Group"), is a group comprised of 32 units and has two business segments: Products and Services (three business segments in 2010: Energy Products, Flow Control and Metallurgy). The Company has 4,366 employees. The Company is a corporation with headquarters in Caxias do Sul, State of Rio Grande do Sul, and is listed in the Sao Paulo Stock Exchange ("BOVESPA").

The **Products Segment** offers mainly to the oil and gas sector, anchoring ropes for production platforms, valves, completion tools, and vehicular natural gas compressors.

The Company is the Mercosul market leader in the manufacture and sales of industrial valves, mainly for the chemical, pharmaceutical, pulp and paper, food, civil construction and machine and equipment industries.

The **Services Segment** offers services as workover, well intervention, coating and inspection of pipes.

b. constitution, acquisition or disposal of equity interest

In 2010 and 2011 the process of the societal reorganization of the Group was given continuation, starting in 2008 when some companies were incorporated by their subsidiaries and were transformed into branches. The restructuring aimed at the simplification of the societal structure of the Group as well as at cost and operational expenses reduction. The operations that took place in 2010 and 2011 were:

- a) the Valmicro Ind. Com. Válvulas Ltda incorporation in 2011 by Lupatech S.A.;
- b) On March 25, 2011, as Instrument of Amendment of Articles of Association approved the capital reduction of subsidiary Lupatech Oil Equipment and Services Ltda. the amount of R\$78,815 upon delivery of the Lupatech 61,004,398 shares of Luxxon Participações S.A. for R\$78,815. There was no effect in the balance sheets.

Regarding asset restructuring, the processes were completed as expected. On January 2, 2012, Steelinject was sold, a unit of the Products segment, for Polimetal Participações SA. The value of sales was R\$ 14,000 for 100% of the unit, excluding financial debt in the amount of R\$ 1,800, and a gain on disposal of R\$ 3,563.

On April 2, 2012, we completed the sale of the unit Microinox - Precision Casting and Machining Ltda., Unity Products segment for the Company Hydro Jet Hydraulic Equipment Ltda. The value of the sale was R\$ 32,000 for 100% of the unit, excluding financial debt amounting to R\$ 8,700.

In October 1, 2012, the sales contract of 100% of Metallurgical Ipe, drive Products segment, with Duratex SA was signed and the amount traded was £ 45,000, which were deducted from R\$ 530 on the cost to obtain documentation and retained R\$ 7,500 deposited in a bank account "Escrow Account" so as to guarantee payment of any indemnification liabilities.

On August 9, 2012, the acquisition of San Antonio by Lupatech SA Brazil was effected, significantly increasing its scope of services to oil and gas.

Holding San Antonio Brasil owns, directly or indirectly, 100% of the capital of San Antonio International do Brasil Serviços de Petróleo Ltda., Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A., Lochness Participações S.A. and Prest Perfurações Ltda., which will then be controlled by the Company pursuant to the "Merger Protocol and Justification of Merger of San Antonio by Lupatech S.A Brasil", signed on July 12, 2012 by the management of the Holding Company and San Antonio Brazil, approved the on August 9, 2012. As specified in the investment agreement, the merger was accomplished in the amount of R\$50,000 representing the issuance of 12,500,000 shares, being also adopted at the Extraordinary General Meeting held by Holding San Antonio Brazil, allowing the integration of assets and operations of companies.

San Antonio Brasil S.A. was incorporated on February 28, 2012 under the corporate name of Teremesha

Empreendimentos e Participações SA, a privately held corporation with headquarters in São Paulo. On April 30, 2012 its name was changed to the current one. San Antonio Brasil S.A is wholly owned subsidiary of Oil Field Services HoldCo LLC which, in turn, is controlled by San Antonio International Ltd. ("SAI").

San Antonio S.A. has direct control of Lochness Participações SA and indirect Sotep – Sociedade Técnica de Perfuração S.A., Prest Perfurações Ltda., And San Antonio International do Brasil de Serviços de Petróleo Ltda. and its corresponding controlled Amper Amazonas Perfurações Ltda., Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda., Matep S.A. Máquinas e Equipamentos and UNAP International Ltd.. This situation represents the control of a whole segment of San Antonio's operations in Brazil. Such subsidiaries are primarily engaged in the provision of technical services to exploration and exploitation of oil wells, gas and water, which are run mainly for Petróleo Brasileiro SA ("Petrobras"), through contracts for services that represent approximately 99% of the earnings of its subsidiaries

Activities of the companies:

- Matep S.A. Máquinas e Equipamentos ("Matep") aims to social representation of equipment manufacturers and machine oil, import, export and sales of petroleum equipment and can additionally provide services for technical and administrative assistance.
- Amper Amazonas Perfurações Ltda. ("Amper") is engaged in the provision of drilling for oil, natural gas and water.
- Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda. ("Itacau") is engaged in the provision of supervision services, shipping, subcontract, service, support and consulting, onshore and offshore platforms, ships and nautical equipment.
- Prest Perfurações Ltda. ("Prest") is a limited liability company with headquarters in Mossoro, Rio Grande do Norte. The Prest is primarily engaged in the provision of technical services to exploration and development of oil wells, gas and water, which are run mainly for Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS.
- UNAP International Ltd. ("UNAP") is a wholly owned subsidiary domiciled in the Cayman Islands with technical assistance activity drilling through the provision of specialized technical manpower.
- Sotep - Sociedade Técnica de Perfuração S.A ("Sotep") is a corporation based in the city of Catu in Bahia. The Sotep is primarily engaged in the provision of technical services to exploration and development of oil wells, gas and water, which are run mainly for Petrobras, through contracts for services.
- Lochness Participações S.A. ("Lochness") is a corporation with headquarters in São Paulo - SP. Lochness corporate participation in other civil or commercial, as a partner or shareholder, may represent domestic and foreign commercial companies.
- San Antonio Internacional do Brasil Serviços de Petróleo Ltda. ("Saib") is a limited liability company, headquartered in the city of Macaé - RJ, providing technical and specialized services in the drilling and completion of wells for oil and / or natural gas and other services to exploration and production. In its corporate is provided, including the provision of technical assistance and management in the branch that is dedicated, as well as participation in other companies as partner or shareholder.
- The process of measuring the fair value of assets acquired and liabilities assumed was completed. At the acquisition date, initial assessment was made of the fair value of assets acquired and liabilities assumed, and these assets and liabilities are described below:

	Value	Evaluation Effect of fair value	Fair Value in acquisition
Cash and cash equivalents	1.378	-	1.378
Advances from Clients	35.106	-	35.106
Inventories	14.999	-	14.999
Recoverable Taxes	35.583	(1.122)	34.461
Others	25.300	(508)	24.792
Judicial Deposits	49.001	-	49.001
Fixed Assets	265.142	(4.836)	260.306
Suppliers	(49.982)	3.958	(46.024)
Provisions for tax, labor and civil risks	(55.270)	(60.305)	(115.575)
Loans and financing	(116.444)	-	(116.444)
Payable Taxes	(14.842)	-	(14.842)
Income tax and social contribution deferred	(39.476)	-	(39.476)
Salaries and social taxes	(27.585)	2.173	(25.412)
Others	(12.010)	(2.077)	(14.087)
Mergered assets and liabilities	110.899	(62.718)	48.182
Negative goodwill incurred in the merger	-	-	(8.182)
Total price of the merge	-	(62.718)	40.000

The total consideration of R\$ 40,000 measured in accordance with CPC 15 (IFRS 3R) for a business combination is based on market value of the shares of Lupatech on August 9, 2012. The estimated fair value of the net equity was R\$ 48,182, which resulted in a bargain purchase of R\$ 8,182 (R\$ 5,400 net of the constitution of deferred income tax liabilities) recorded in the income statement in other operating income.

The value of the consideration transferred was determined as follows:

Number of shares given as payment for the acquisition of San Antonio Societys Sociedades San Antonio (in thousands)	12.500
Multiplied by Lupatech market share price (*)	3,2
Total	<u>40.000</u>

(*) Lupatech Market share price at the closing of BM&FBOVESPA on August 9, 2012

The result of the company after the acquisition on December 31, 2012 was a net loss of R\$ 20,169.

c. Unusual events and operations

Not applicable.

10.4. Directors' comments about significant changes in the accounting principles

a) Standard, interpretations and amendments to existing standards that are not yet effective and have not been early adopted by the Company.

The CPC issued new pronouncements listed below, but in force from 2013:

- CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Consolidated
- CPC 19 (R2) / IFRS 11 - Business
- CPC 45 / IFRS 12 - Disclosure of interests in other companies
- CPC 46 / IFRS 13 - Measurements at fair value

- CPC 33 (R1) / Amendments to IAS 19 - Employee Benefits
- CPC 18 (R2) / Amendments to IAS 28 - Investment in associates with shared control
- CPC 35 (R2) / IAS 27 - Separate financial statements

Several standards, amendments to standards and interpretations issued by IASB has not yet entered into force for the year ended December 31, 2012, these being:

- IFRS 9 - Financial Instruments
- Amendments to IFRS 7 - Financial Instruments: Disclosures
- Amendments to IAS 32 - Financial Assets
- IFRIC 20 - Cost removal during the production phase of a mine

The CPC has not yet issued pronouncements equivalents to IFRSs mentioned above, but is expected to do so before the required date of its entry into force. The early adoption of IFRS pronouncements is subject to prior approval by the regulations of the Federal Accounting Council and the Securities Commission - CVM.

The Company did not estimate the impact of these new standards on its financial statements, for not having basic information about their content. However, the Company's management expects the adoption of IFRS 11 to have a material effect on the financial statements to be reported with respect to assets, liabilities and income statements of the investees with shared control will no longer be consolidated proportionally, maintaining just the evaluation of investment by the equity method. However, it is not possible to provide reasonable estimate of that effect until a detailed review is performed.

b) Re-presentation of the balance sheets (individual and consolidated) on December 31, 2011.

Re-presentation of the balance sheets (individual and consolidated) on December 31, 2011 and 2010.

According to CPC 32 - Income Taxes, the federal taxes payable or recoverable with the same agent, must submit the balance in the balance sheet net - either active or passive. In compliance with this standard, the Company is restating the figures relating to the balance of deferred income taxes, assets and liabilities consisted of the balance sheets (individual and consolidated) raised on December 31, 2011 and 2010, as follows:

Consolidated (IRFS and BRGAAP)			
	Balances originally presented		Reclassified Balances
	in 31/12/2011	Reclassifications	in 31/12/2011
<u>Assets</u>			
Non Current			
Income tax and social contribution deferred	84.945	54.258	30.687
Total of non current assets	1.012.330	54.258	958.072
Total of the Assets	1.503.219	54.258	1.448.961
<u>Liabilities</u>			
Non Current			
Income tax and social contribution deferred	54.258	54.258	-
Total of non current liabilities	682.215	54.258	627.957
Total Liabilities and Shareholders' Equity	1.503.219	54.258	1.448.961

Consolidated (IRFS and BRGAAP)

	Balances originally presented		Reclassified Balances
	in 31/12/2010	Reclassifications	in 01/01/2011
<u>Assets</u>			
Non Current			
Income tax and social contribution deferred	84.375	41.727	42.648
Total of non current assets	1.038.608	41.727	996.881
Total of the Assets	1.445.274	41.727	1.403.547
<u>Liabilities</u>			
Non Current			
Income tax and social contribution deferred	41.727	41.727	-
Total of non current liabilities	1.012.796	41.727	971.069
Total Liabilities and Shareholders's Equity	1.445.274	41.727	1.403.547

Re-presentation of the statement of income (individual and consolidated) on December 31, 2011.

Given the existence of discontinued operations in 2012, the Company is restating the income statement for the previous year (2011) to classify separately the results of discontinued operations.

Consolidado (IRFS e BRGAAP)			
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2011	Reclassificações	Saldos reclassificados em 31/12/2011
NET REVENUE FROM SALES	574.003	31.849	542.154
COST OF GOODS SOLD	(406.207)	(21.666)	(384.541)
GROSS PROFIT	167.796	10.183	157.613
OPERATING INCOME EXPENSES			
Sales	(68.547)	(3.240)	(65.307)
General and Administrative	(65.473)	(1.845)	(63.628)
Administrative Compensation	(4.229)	-	(4.229)
Result of under equity	241	-	241
Others	(42.695)	(20.315)	(22.380)
OPERATING INCOME/EXPENSES BEFORE FINANCIAL RESULTS	(12.907)	(15.217)	2.310
FINANCIAL RESULTS			
Financial Income	40.994	35	40.959
Financial Expenses	(185.592)	(319)	(185.273)
Exchange Variation, net	(54.156)	48	(54.204)
LOSS BEFORE TAXES	(211.661)	(15.453)	(196.208)
INCOME TAXES AND SOCIAL CONTRIBUTIONS			
Current	(8.871)	-	(8.871)
Deferred	(10.906)	(684)	(10.222)
LOSS FROM CONTINUED OPERATIONS	(231.438)	(16.137)	(215.301)
LOSS FROM DISCONTINUED OPERATIONS	(10.473)	16.137	(26.610)
LOSS OF THE DISCONTINUED AND CONTINUED OPERATIONS	(241.911)	-	(241.911)
LOSS OF:			
Controller owners	(241.332)	-	(241.332)
Non controller owners	(579)	-	(579)

c) Significant effects of changes in accounting practices

There were no significant effects arising from changes in accounting practices.

d) Qualifications and emphases present in the auditor's opinion

The independent auditors' report on the audit of the financial statements for the fiscal years ended December 31, 2012, 2011 and 2010 were issued unqualified and contains an emphasis paragraph mentioning the fact that the Company has generated recurring losses and increase the level debt, and these conditions, along with other matters, indicate the existence of material uncertainty which may raise doubt about the ability of the Company to continue operating.

10.5. Directors' comments – Critical Accounting Policies

Our financial statements for fiscal years ended December 31, 2010, 2011 and 2012 were prepared and are reported in accordance with the International Financial Reporting Standards - IFRS issued by International Accounting Standards Board - IASB and the accounting principles adopted in Brazil (BR GAAP).

Critical accounting policies are those whose application is relevant to the financial condition and result of operations and require subjective or complex judgments by Management, usually due to the need to develop estimates over the effects of issues that inherently involve uncertainties. As the number of variables and assumptions affecting the future resolution of uncertainty increases, these judgments become more subjective and complex. Aiming to provide an understanding about how Management makes judgments about future events, including variables and assumptions underlying the estimates and the sensitivity of those judgments in different circumstances, the Company identified the following critical accounting policies:

- Deferred income tax;
- Market value of non-listed derivative financial instruments;
- Lifecycle of long-term assets;
- Valuation of acquired assets and liabilities taken in combination with businesses;
- Impairment test on long-life assets;
- Contingent payments in the process of business combination.

Deferred Income Tax

The amount of deferred income tax assets is reviewed at each financial statement date and reduced by the amount that is estimated, and is no longer achievable through the forecast of future taxable profits. Tax assets and liabilities are calculated using tax rates applicable to taxable profit in years in which those temporary differences will be performed. The future taxable profit may be higher or lower than the considered estimates when defining the need to record the tax asset and its amount to be registered.

Credits recognized for tax losses and negative social contribution are supported by taxable income forecasts, based on technical feasibility studies submitted on an annual basis to the Company's administrative divisions. These studies consider the history of profitability of the Company and its subsidiaries and the prospect of continued profitability, allowing an estimated recovery of credits in future years. The remaining credits, which are based on temporary differences, mainly the provision for tax liabilities, as well as provision for losses, were recognized according to their expected performance, also taking into account future taxable income forecasts.

Market value of non-listed derivative financial instruments

The Company identified "embedded" derivatives related to the issue of debentures, which involves early redemption obligations and debenture conversion. These "embedded" derivative instruments are recorded on our balance sheet under "Debentures", and the determination of fair value involves a series of estimates that may significantly impact the final calculation result. The Company commissioned independent experts to assist in assessing the fair value of derivative financial instruments, particularly when this evaluation requires high technical expertise. The evaluation of these assets and liabilities is based on assumptions and criteria which, in some cases, include price estimates, conversion deadline, interest rate, share volatility, dividend distribution forecast, etc.

The model used for pricing and valuation of these derivative instruments was the Monte Carlo simulation method.

The market value recognized in our financial statements may not necessarily represent the amount of cash that the Company would receive or pay, as appropriate, if it had offset the transactions on the balance sheet date.

Lifecycle of long-term assets

The Company recognizes the depreciation and/or amortization of its long-term assets based on estimated lifecycle, and reflects significantly the economic life of long-term assets. However, the actual lifecycle of the asset may vary based on technological upgrades and the actual level of activity of each unit. The actual lifecycle of long-term assets also affects the recovery tests of the cost of long-term assets when needed.

Valuation of acquired assets and liabilities taken in business combination

During the last years, the Company conducted business combinations. In accordance with IFRS 3 (2008), applied to acquisitions occurring after the date of transition to IFRS, the costs of the acquired entity should be allocated to acquired assets and liabilities taken, based on their estimated fair values at acquisition date. Any difference between the cost of the acquired entity and the fair value of acquired assets and liabilities taken is recorded as goodwill. The Company performed significant judgments in the process of identifying tangible assets and liabilities and intangible assets, valuing these assets and liabilities and determining their remaining lifecycle. The Company usually commissions outside experts to assist in the assessment of assets and liabilities valuation, particularly when this evaluation requires high technical qualification. The valuation of these assets and liabilities is based on assumptions and criteria which may include estimates of future cash flows discounted by the appropriate rates. The use of assessment assumptions include estimates of discounted cash flow or the rates of discounts and can result in different estimated values of acquired assets and liabilities taken.

The Company does not believe there is any indication of a significant change in estimates and assumptions used to complete the purchase price allocation and to estimate the fair value of acquired assets and liabilities taken. However, if current results are not consistent with the estimates and assumptions used, the Company may be exposed to significant effects on its financial statements

Impairment test on long-life assets

There are specific rules to assess the recoverability of long-life assets, especially fixed assets, goodwill and other intangible assets. On the date of each financial statement, the Company conducted an analysis to determine whether there is evidence that the amount of long-life assets is not recoverable. If such evidence is identified, the recoverable amount of assets is estimated by the Company.

The recoverable amount of an asset is determined by the greater between: (a) its fair value less estimated costs of sale and (b) its value in use. The value in use is measured based on discounted cash flow (before taxes) derived by the continued use of an asset until the end of its lifecycle.

Regardless of any indication that the value of an asset may not be recoverable, the balances of goodwill arising from business combinations and intangible assets with undetermined lifecycle are tested for measurement of recoverability at least once a year or for a shorter period if any circumstances require more frequent analyses.

When the residual value of an asset exceeds its recoverable amount, the Company recognizes a reduction in the carrying amount of these assets.

If the recoverable amount of an asset cannot be separately determined, the recoverable amount of business segments for which the asset belongs is analyzed.

Except for goodwill impairment, an asset impairment reversal is allowed. The reversal in these circumstances is limited to the amount of the balance of provision for loss of the corresponding asset.

Goodwill recoverability is evaluated based on the analysis and identification of facts and circumstances that may result in the need to anticipate the test performed annually. If any fact or circumstance indicates that goodwill recoverability is affected, then the test is anticipated. In December 2012, the Company performed goodwill impairment tests for all its Cash Generator Units, which represent the lowest level at which goodwill is monitored by Management and is based on expected discounted cash flow forecasts that take into account the following assumptions: cost of capital, growth rate and adjustments used for the perpetuity of cash flows, a methodology for determining the cash flow and long term economical/financial forecasts.

In 2012, the tests performed by the Company identified the need to recognize goodwill impairment or the impairment of any other asset with an undetermined lifecycle, in amount of R\$191,4 million and R\$13,2 million in 2011. In 2010, the test performed did not identify the need of recognition of goodwill impairment losses.

The recoverability review process is subjective and requires significant judgments by conducting analyses. The evaluation of the Company's business segments, based on projected cash flows may be negatively impacted if the economic recovery and growth rates occur at a speed slower than expected.

Contingent payments in business combination processes

Some agreements for acquisition of interest in subsidiaries provide for a portion of the acquisition price as being variable or contingent. The payment is related to the achievement of pre-established goals, usually related to the generation of EBITDA - Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization. The Company updates its profit or loss forecast for the acquired companies on an annual basis, and evaluates whether the contingent payment clause is applicable to the coverage period of performance and whether the expected achievement of such performance; consequently, the Company also evaluates whether complementary payment of the acquisitions has to be done. For acquisitions prior to the date range of the revised IFRS 3 and the CPC 15 (Accounting Standards Board), a provision, in contrast to goodwill, is recognized in the estimated amount to be paid as an additional cost of acquisition, discounted at present value, when it is possible that financial resources will be required to settle the obligation.

By adopting the revised version of IFRS 3 and of CPC 15 - Business Combination as of 2009, the accounting for additional payment provision related to new acquisitions will be defined based on its measurements at fair value on acquisition date of interest and the variations of subsequent measurements recorded in the income.

Other estimates and judgments applicable to the Company's financial statements.

1. Derivative financial instruments

The Company evaluates the derivative financial instruments by their fair value on the commission date and they are subsequently measured again at fair value at the closing of financial statements. Possible gains or losses are immediately recognized in the result, unless the derivative is designated and effective as a hedge instrument, in which case the recognition in income depends on the nature of the hedge relationship.

Hedge accounting

In view of the use of derivatives, designated as cash flow hedge with the purpose of protection (hedge) against exchange variation risks in firm commitments, hedge accounting principle is adopted.

In the beginning of the hedge relationship, the Company documents the relationship between the hedge instrument and the item subject to hedge with its risk management goals and its strategy to take on different hedge operations. In addition, in the initial phase of hedge and in an ongoing manner, the Company documents whether the hedge instrument used in a hedge relationship is highly effective in offsetting changes in fair value or cash flow of the item subject to hedge, attributable to the risk subject to hedge.

The effective part of changes in the fair value of derivatives that will be designated and qualified as cash flow hedge is recognized in other comprehensive income and recorded under "Equity Valuation Adjustment". Gains and losses related to the ineffective part are immediately recognized in the income under "Financial Revenues (Expenses)".

Amounts previously recognized in other comprehensive income and accrued in equity are reclassified for the income in the period in which the hedge item is recognized in income, under the same statement of income line in which such item is recognized. However, when a transaction deemed as possible hedge object results in the recognition of a non-financial asset or liability, the gains or losses previously recognized in other comprehensive income, accumulated in equity are transferred to the initial measurement of cost of such asset or liability.

Hedge accounting is discontinued when the hedge relationship is cancelled, when the hedge instrument expires or is sold, terminated or executed, or when it no longer qualify as hedge accounting. Any gains or losses recognized in other comprehensive income and accumulated in equity on that date remain in equity and are recognized when the expected transaction is finally recognized in income. When the

transaction is not expected to happen anymore, accrued gains or losses and deferred assets are immediately recognized in income.

Embedded derivatives

When the Company becomes part of a hybrid (combined) instrument containing one or more embedded derivatives, it evaluates whether they should be separated from the main agreement, and those which require separation are evaluated at fair value in the initial recognition and subsequently at fair value through profit or loss.

2. Adjustment to present value

For transactions that generate an asset, liability, revenue or expense or any other change in shareholders' equity in which the counterpart is a non-current asset or liability, receivable or liable, or short-term when there is a material effect, it is recognized as adjustment to present value based on discount rates that reflect the best market evaluations related to the time value of money and the specific risks of assets and liabilities on their original dates.

Adjustment to present value is presented as a rectifying account for receivables and liable and it is allocated to the profit or loss as interest revenue or expenses by accrual basis, based on the effective interest rate method.

3. Provision for doubtful accounts

The provision for doubtful accounts is recognized, when necessary, based on the analysis of the client portfolio, in an amount considered sufficient by Management to cover eventual losses estimated at credit realization.

4. Employee benefits - share-based compensation

a) Share-based compensation

The Company offers to certain employees and executives a share-based compensation plan, settled with shares, in which it receives the services as a consideration of shareholders' equity instruments (options) issued by the Company itself. The fair value of employee services, received in exchange for stock options, is calculated at grant date and recognized as expense during the period in which the right is acquired. The total amount to be charged is determined by reference to the fair value of options granted. The conditions for acquisition of rights that are not from the market are included in assumptions about the amount of options whose rights must be acquired. The total amount of expenses is recognized over the period in which the right is acquired; during which the specific conditions of acquisitions of rights must be met. At balance sheet date, Management reviews its estimates of the number of options whose rights must be acquired based on the non-market conditions for acquisition of rights. The impact of the revision of original estimates, if any, is recognized in the statement of income, with a corresponding adjustment in equity, under "Capital Reserve - Options Granted"

b) Profit sharing

The Company recognized a profit sharing liability and expense based on Profit Sharing Plans and the Variable Compensation Plan, which takes into account individual and corporate goals.

5. Provisions

A provision is recognized in the balance sheet when the Company and its controlled societies have a legal or constituted obligation as a result of a past event and it is probable that financial resources will be required to settle the obligation. Provisions for tax, labor and civil risks are recorded based on the best estimates of the risk involved. When some or all of the economic benefits required for settlement of a provision are expected to be recovered from a third party, an asset is recognized only if the reimbursement is virtually certain and the value can be measured in a reliable way.

6. Statement of Income

Revenues and expenses are registered by accrual basis. Sales revenues are recognized at the moment of physical delivery of assets and services, ownership transfer and when all the following conditions are satisfied: a) the client takes the risks and significant benefits from assets ownership; b) the Company does not maintain continued involvement in the management of goods sold in a degree that is usually associated to ownership, nor does it maintain effective control over them; c) the revenue amount can be reliably measured d) the receipt of accounts receivable is probable; e) the costs incurred or to be incurred related to transaction may be safely measured.

In the industrial unit of Lupatech CSL the criterion adopted to recognize sales revenues and its respective costs is the method known as "Percentage of Completion (POC)" due to characteristics of activity and commercialization of products, which have a higher average production time than the frequency in which the financial information is published (quarterly). According to this criterion, the recognition of revenue and its related production costs is based on the stage of production. Technical specifications of products are determined by the client, specifically to each project, and the production process is directly supervised by the client or certifying agencies indicated by them.

The Company has elected to present the statement of income by function.

7. Contingent processes

(a) Contingent liabilities

By means of its lawyers, the Company is discussing certain tax, labor and civil issues in the legal scope. The provision for tax, civil and labor risks was established by Management based on information available and supported by the opinion of its lawyers regarding the expected outcome, in a sufficient amount to cover probable losses that may occur due to unfavorable court decisions.

These amounts include all of the Company's subsidiaries, in Brazil and abroad, and include amounts under judicial and administrative discussion as well as situations incurred that, even without the existence of formal assessment or questioning by authorities, may give rise to risk of further losses.

8. Fair value estimate

The fair value of financial assets and liabilities, which have standard terms and conditions and are traded in active markets, is determined based on prices observed in these markets (including perpetual bonds). The fair value of other financial assets and liabilities (excluding derivative instruments) is determined according to pricing models that use estimated discounted cash flows as base, from the prices of similar instruments applied in transactions performed in a current available market.

The fair value of derivative instruments is calculated using quoted prices. When those prices are not available, the discounted cash flow analysis is used by the income curve, applicable according to the duration of the derivative instruments without options. For derivatives containing options, option pricing models are used.

Fair value measurement

The IFRS 7 defines the fair value as the exchange price that would be received for an asset or paid for transferring a liability (outcome price) in the major or most beneficial market for the asset or liability in a normal transaction between market players on the measurement date. The IFRS 7 also establishes a three-level hierarchy for fair value, which prioritizes information when measuring the company's fair value, so as to maximize the use of available information and minimize the use of unavailable information. The IFRS describes the three levels of information that should be used for fair value measurement:

Level 1 - Quoted prices (none adjusted) in active market for identical assets and liabilities.

Level 2 - Other available information, except those in Level 1, where the quoted prices (not adjusted) are for similar assets and liabilities, in non-active markets, or other information that is available or can be corroborated by information observed in the market for substantial integrality of assets and liabilities terms.

Level 3 - Unavailable information due to little or no market activity, and information that is significant for the definition of fair value of assets and liabilities.

On December 31, 2012, the Company held embedded derivatives in a debenture agreement, hedge operation for exchange protection related to the payment of interests on perpetual bond renumbering and investment option clause, whose measurement at fair value is required on a recurring basis, using Level 3 information (non-observable records) for its measurement.

10.6. Directors' comments regarding the internal controls adopted to ensure the preparation of reliable financial statements, the directors must comment on:

a. Efficiency degree of such controls, indicating possible imperfections and measures adopted to correct them

The Company has corporate governance practices with the purpose of guaranteeing the best internal control procedures of its processes, as well as ensuring the transparency of its businesses by maintaining an intense flow of public information, such as the disclosure of: (i) Quarterly results; (ii) Material Facts and Acts; (iii) Annual Reports; (iv) Filings performed with the CVM and BM&FBOVESPA; (v) Translation of documents and financial reports for foreign investors, (vi) Public presentations, in Portuguese and in English, in the schedule adjusted to Brazil and Asia; (vii) your internet page and blog for investors; and (viii) Relations with analysts, investors, risk rating agencies, press offices and other media channels, in order to maintain an alignment between the shareholders' interests, represented by the Board of Directors, and the responsibilities of professional managers.

The project of creating the Centro de Serviço Compartilhado (Shared Services Center – CSC), which became operational within the first six months of 2011 and serve all business units in Brazil, was initiated in 2010. The CSC will have an operation independent from the Business Unit, providing services for the Financial, Human Resources, Controllershship, Information Technology and Non-Productive Supplies areas. The Service Center aims to standardize the processes and information.

In 2009 the Internal Audit area was created, which follows the best practices and is directly connected to the Board of Directors, and its main focus is to review and identify opportunities for improvements in the internal controls, the review of policies compliance, procedures and internal regulations as well as the review of the proper distribution of tasks.

The flow of the Company's processes and systems is frequently reassessed and tested in order to evaluate the effectiveness of existing controls. The Areas are fully involved, resulting in reports to the Board of Directors and the Fiscal Council, according to the main control frameworks.

The current internal audit plan is prepared according to the risk assessment results and its main purpose is to provide an independent evaluation on risks, control environment and relevant deficiencies that may cause an impact on our financial statements and processes. Possible deficiencies or non-conformities are remedied through measures established by the people responsible for the processes and their implementation properly followed up by the Internal Audit area.

The internal audit plan is approved by the Board of Directors, which analyses the result of each audit. Based on these evaluations the Company believes that the efficiency degree of the internal controls adopted to ensure the preparation of the financial statements is appropriate.

b. Deficiencies and recommendations about internal controls in the independent auditor's report

The Company's auditors did not perform the audits on internal controls, but on its financial statements. However, on their audits about the Company's financial statements, they have issued a recommendations letter and any deficiency of the Administration was reported.

It is the Fiscal Council's responsibility to follow up and monitor possible issues and recommendations mentioned by the external and internal auditors. Meetings are held periodically in order to evaluate the implementation of the action plans prepared to approach the identified issues, where they verify the compliance with the deadline, responsible for the efficacy of the actions taken.

The study and evaluation of the Company's accounting system and internal controls are led by the independent auditors, in connection with the audit of financial statements, performed with the purpose to determine the nature, opportunity and extension of the audit procedures implementation, but not in order to express an opinion about the efficacy of these internal controls.

10.7. Comments about public offerings and distribution of securities:

a. How the proceeds from the offering were used

The Company has performed four private issues, which it chose to describe in this section as well, given its representativeness on its debt and also for having been the main resource for our investments for the past three years. The issues were: issue of Perpetual Securities divided in two tranches (2007 and 2008) and issue of Convertible Debentures.

On July 10, 2007, through Lupatech Finance Limited subsidiary, the Company offered a Perpetual Bond of 9.875% from US\$200 million to finance its growth plan and reduce the capital cost.

On June 30, 2008, the Company reopened this offer, increasing the total value to US\$275 million in order to lengthen the profile of its indebtedness, to provide a wider financial flexibility in a way that it can continue with our growth plan and reduce the capital cost.

On August 17, 2009, the Company completed the subscription of the 2nd Issue of Convertible Debentures in Shares of Species with Floating Charge for Lupatech S.A. Private Placement of R\$ 320 million and final maturity date on April 15, 2018, in order to repay investments made with their own resources from 2007 to 2009.

On April 5, 2012, the Company entered into with BNDES Participações SA (BNDESPAR), Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), GP Investments Ltd. (GP) and San Antonio International (SAI), an Investment Agreement with order to strengthen its capital structure and accelerate its business plan services in oil and gas.

The Investment Agreement regulated the following operations, described in summary:

(I) the performance by the Company of the capital increase by private subscription, amounting to R\$ 700,000, through the issuance of 175,000,000 new common shares, all nominative, without par value, at an issue price of R\$ 4.00 per common share, which was fixed taking into account the weighted average price of the common shares issued by the Company over the last 20 trading days prior to December 26, 2011, at a discount of 18.8% on this value pursuant to subsection III of § 1 of Article 170 of Law 6.404/76, as amended;

(II) Subscription and payment by PETROS and BNDESPAR of the capital increase, the total amount set to R\$ 300,000, subject to certain terms and conditions contained in the Investment Agreement. BNDESPAR shall subscribe to the capital increase with the use of credits from the convertible debentures issued by the Company, provided that the Company will obtain the capital increase in cash, equal to the minimum amount, ie £ 350,000;

(III) Upon assignment of preemptive rights by Lupapar, subscription and payment by the Oil Field Services (OFS), the Capital Increase in cash in the amount of \$ 50,000;

(IV) Incorporation by Lupatech, from Holding San Antonio Brasil, significantly increasing its scope of services to oil and gas;

(V) The election of new members to the Board of Directors of the Company, which will work together with the Executive Board in strengthening the management model of the resulting company.

On May 4, 2012, the Extraordinary General Meeting was held which approved matters relating to the capital increase, statutory amendments and election of new Board of Directors.

On August 9, 2012, through the Extraordinary General Meeting of Lupatech, it was approved the merger of the operations of the San Antonio Brasil by the Company. According to the merger approved under the investment agreement, Oil Field Services received 12.5 million new shares which added to the subscribed shares in the capital increase, totaling 25,000,000 shares of Lupatech.

During the exercise of preemptive rights to subscribe for new shares of the Company, whose termination occurred on June 6, 2012, 65,169,069 shares were subscribed at a price of R\$ 4.00 per share, amounting to a capital increase of amounting to R \$ 260,676. Of this total, GP, through the Oil Field Services Holdco LLC, subscribed for an amount equivalent to U.S.\$ 50,000. BNDESPAR and Petros subscribed an amount equivalent to all their rights in turn proportional to their respective shareholdings in the Company, corresponding to R\$ 80,099 and R\$ 104,893, respectively. The subscription held by other investors corresponds to R\$ 25,686, where transaction costs totaled R\$ 9,635.

In accordance with the Extraordinary General Meeting held on May 4, 2012, the remains of unsubscribed shares were offered to proration as set forth in Article 171, paragraph 7, "b", of Law 6.404/76. On November 7, 2012, an auction of leftover unsubscribed shares in the capital increase was performed, where Petros and BNDESPAR acquired 28,751,878 common shares, totaling R\$ 115,007, of which R\$ 90,007 was paid in cash and R\$ 25,000 was paid by BNDESPAR utilizing credits from parts of its ownership of the debentures issued in the 2nd Issue of Convertible Debentures species with floating for private placement of the Company.

Thus, it was verified the subscription of 93,921,661 common shares, bringing the total amount of R\$ 375,687, an amount higher than the minimum amount of the capital increase stipulated by the Company.

On 10 December 2012 the Company has convened an Extraordinary General Meeting for approval of the capital increase of the Company in the amount of R\$ 11,460 within the authorized capital limit. There was the conversion of debentures into 10,894 shares of the Company during the capital increase approved at the extraordinary general meeting held on May 4, 2012, which was partially approved on this date, and also approved the cancellation of 21,600 common shares held Treasury pursuant to section X of Article 23 of the Bylaws of the Company.

With the conclusion of this conversion, as well as the cancellation of treasury shares, the share capital of the Company increased to R\$ 740,229 divided into 157,003,138 common shares, nominative, without par value of the Company, where deductions relating to transaction costs with increased capital totalized R\$9,635.

The funds raised were used to promote the Company's growth, whether through acquisitions to increase product lines and/or access to new markets and clients, or in investments in capacity expansion as well as to strengthen the cash position of the Company.

b. If there were significant deviations between the effective implementation of resources and the implementation disclosed in the offering memorandum of the respective distribution

The total funds raised in all issues were used in accordance to the proposed allocation disclosed in the offering memorandum of the Debentures and Perpetual Bonds distribution and in the Management Proposal of May 5, 2012 about the capital increase.

c. In case there have been deviations, the reasons for such deviations

Not applicable.

10.8. Significant items not recorded on our financial statements:

a. Assets and liabilities retained by the Company, directly or indirectly, which do not appear on the balance sheet (off-balance sheet items), such as:

- i. operating leaseholds, assets and liabilities**
- ii. derecognized receivables portfolio over which the entity maintains risks and responsibilities, indicating their liabilities**
- iii. agreements for future purchase and sale of products or services**
- iv. unfinished construction agreements**
- v. financing and future receivables agreements**

On the date of the Reference Form, the Company did not have any operations or commitments not recorded on its financial statements. The Company does not have any subsidiary that is not included in its consolidated financial statements, nor does it own any share or has a relationship with any entity with specific purposes that are not reflected in its consolidated financial statements.

b. Other items not recorded in the financial statements

There are no other significant items not recorded in the financial statements.

10.9 – Comments about items not recorded in the financial statements

Not applicable, there are no significant items not recorded in the financial statements.

10.10. Key elements of the Company's business plan

a. investments (including quantitative and qualitative description of ongoing and planned investments, financial sources of relevant ongoing and planned investments and divestments):

Business perspectives involve risks, uncertainties and assumptions, therefore, depend on circumstances that may or not occur. General economic conditions, industry conditions and other operational factors may affect the forecasted amount to be allocated in fixed assets and working capital.

The Management has reviewed all the projects in which Lupatech is involved, seeking to guarantee attractive return rates that create value to its shareholders.

Considering that, the amount of investments (capex) forecasted for the 2013 fiscal year is around R\$88,5 million, being 79% of this capex to be allocated in projects already hired and undergoing operations in services and 16% in projects already hired and undergoing operations in products.

In case the Company adds new projects to its backlog during 2013 fiscal year and they demand additional investments, it will communicate its shareholders and the market.

b. after disclosure, indicate the acquisition of plants, equipment, patents or other assets that may significantly influence the Company's productive capacity

In the last year, we invested R\$113,8 million in the acquisition of fixed assets, i.e. the organic expansion of our businesses, increasing the industrial capacity of most of our businesses preparing ourselves for the expected growth in the oil and gas sector, and we expect this capacity to increase its utilization between 2013 and 2014.

c. new products and services:

We are constantly striving to outperform our competitors by providing manufactured goods and services with distinctive and innovative technology. For that purpose, we have the Lupatech Research and Development Center (CPDL – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Lupatech) dedicated mainly to research and develop manufactured goods which can be differentiated in their markets.

10.11. Other factors with material influence

There are no other factors with material influence.

[The remaining of this page was left blank on purpose]

PROPOSAL FOR THE ALLOCATION OF THE NET PROFIT

(Attachment 9-1-II of CVM Rule 481/09)

1. Inform the net profit for the fiscal year

The net loss for the 2012 fiscal year was R\$560,699 thousand (five hundred sixty million, six hundred and ninety nine thousand Brazilian Reais) in the parent company (BRGAAP) and R\$560,357 (five hundred sixty million, three hundred and fifty seven thousand Brazilian Reais) in the Consolidated Statements (IFRS and BR GAAP).

2. Inform the overall amount and the value per share of the dividends, including prepaid dividends and interest on equity capital already declared

There is no allocation for distribution of dividends considering the existence of accumulated losses for compensation.

3. Inform the percentage of the distributed net profit for the fiscal year

As mentioned in item 2 above, there is no distribution of result in this fiscal year.

4. Inform the overall amount and the value per share of dividends distributed based on profit from previous years

There was no distribution of dividends based on profits from previous years.

5. Inform, deducting the prepaid dividends and interest on equity capital already declared:

a. The gross value of dividend and interest on equity capital, separately, per share of each type and class

There was no distribution of dividends in this fiscal year.

b. The method and deadline for the payment of dividends and interest on equity capital

There was no distribution of dividends in this fiscal year.

c. Eventual adjustment levy and interest on dividends and interest on equity capital

There was no distribution of dividends in this fiscal year.

d. Date of the payment declaration of the dividends and interest on equity capital considered for the identification of the shareholders that will be entitled to their receipt

There was no distribution of dividends in this fiscal year.

6. If there was declaration of dividends or interest on equity capital based on profits calculated in half-yearly balance sheets or in shorter periods

a. Inform the amount of the dividends or interest on equity capital already declared

b. Inform the date of the respective payments

There was no declaration of dividends or interest on equity capital based on profits calculated in half-yearly balance sheets or in shorter periods.

7. Provide comparative table indicating the following values per share of each type and class:

a. Net profit for the year and from the 3 (three) previous years

The Company did not account net profit in the last 3 years.

b. Dividend and interest on equity capital distributed in the 3 (three) previous years

Not applicable.

8. If there is allocation of profits to the legal reserve

a. Identify the amount allocated to the legal reserve

There is no allocation of profits for the legal reserve in this year. The loss is destined to the account of accumulated losses.

b. Detail the calculation method of the legal reserve

Not applicable due to losses in the year and there is balance in the account of accumulated losses.

9. If the company has preferred shares entitled to fixed or minimum dividends

a. Describe the calculation method of the fixed or minimum dividends

The Company has no preferred shares entitled to fixed or minimum dividends other than those provided for in the corporations act.

b. Inform if the profit for the year is sufficient for the full payment of the fixed or minimum dividends

The Company has no preferred shares entitled to fixed or minimum dividends other than those provided for in the corporations act.

c. Identify if eventual unpaid installment is cumulative

The Company has no preferred shares entitled to fixed or minimum dividends other than those provided for in the corporations act.

d. Identify the overall value of the fixed or minimum dividends payable to each class of preferred shares

The Company has no preferred shares entitled to fixed or minimum dividends other than those provided for in the corporations act.

e. Identify the fixed or minimum dividends payable per preferred shares of each class

The Company has no preferred shares entitled to fixed or minimum dividends other than those provided for in the corporations act.

10. Regarding the compulsory dividend

a. Describe the calculation method provided for in the bylaws

According to article 38 of the Company's Bylaws, the shareholders are entitled to receive as minimum compulsory dividend, in each year, the amount corresponding to 25% (twenty-five percent) of the net profit for the year, calculated according to the provisions in article 202 of the Corporations Act.

b. Inform if it has been fully paid

When calculated, according to the provisions in article 202 of the Corporations Act, the minimum compulsory dividend has been fully paid.

c. Inform the amount eventually retained

No value has been retained as minimum compulsory dividend.

11. In case of retention of the compulsory dividend due to the company's financial situation

a. Inform the amount retained

b. Describe, in details, the company's financial situation, additionally approaching the aspects related to the analysis of liquidity, to the working capital and positive cash flows

c. Justify the retention of the dividends

No value has been retained as minimum compulsory dividend.

12. In case of allocation of income for contingency reserve

a. Identify the amount allocated to the reserve

- b. Identify the loss considered probable and its cause**
- c. Explain why the loss was considered probable**
- d. Justify the formation of the reserve**

There is no allocation of income for contingency reserve.

13. In case of allocation of income for unrealized profit reserve

- a. Inform the amount allocated to the unrealized profit reserve**
- b. Inform the nature of the unrealized profits that originated the reserve**

There is no allocation of income for unrealized profit reserve.

14. In case of allocation of income for statutory reserves

- a. Describe the statutory clauses that establish the reserve**
- b. Identify the amount allocated to the reserve**
- c. Describe how the amount was calculated**

There is no allocation of income for statutory reserves.

15. In case of retention of profits foreseen in capital budget

- a. Identify the amount retained**

There is no retention of profits foreseen in capital budget.

- b. Provide copy of the capital budget**

There is no retention of profits foreseen in capital budget.

16. In case of allocation of income for the tax incentive reserve

- a. Inform the amount allocated to the reserve**

Explain the nature of the allocation

There is no allocation of income for the tax incentive reserve.

[The remaining of this page was left blank on purpose]

ADDITIONAL INFORMATION ON THE MANAGEMENT COMPENSATION

(Pursuant to Item 13 of the Company's Reference Form - CVM Rule 480)

13. MANAGEMENT REMUNERATION

13.1. Remuneration policy or practice of the Board of Directors, Statutory Directors, Fiscal Council, Statutory Committees and Audit, Risk, Financial and Remuneration Committees, covering the following aspects:

a. Objectives of the remuneration policy or practice

The objectives of remuneration programs are to attract and retain professionals with qualifications and values required by us, and motivate them to reach results and create value for shareholders. Thus, the programs search to recognize and reward individual performances related to our results at competitive market levels.

Our remuneration philosophy is based on the following premises:

- Interests of our shareholders in the creation of sustainable and long term value;
- Our business goals and strategies;
- Better market practices;
- Our vision, mission and values.

As provided in our Bylaws, the General Meeting, in addition to powers provided under the law, is responsible for electing and dismissing members of the Board of Directors and setting down the annual total fixed remuneration of the Board of Directors members and of the Statutory Directors. The General Meeting held on April 30, 2010, approved the total fixed remuneration limit of the Management in up to R\$3,600,000.00 for the 2010 fiscal year. For the 2011 fiscal year, the Management submitted to the approval of the General Meeting be held on April 29, 2011, the total fixed remuneration limit of the Management in up to R\$4,374,900. It was later proposed to increase this limit up to to R\$4.7 million. For the 2012 fiscal year it was proposed R\$5,371,000.00. For the 2013 fiscal year, a proposal is presented to the limit the limit of up to R\$11,448,840.75, considering the variable and fixed compensation.

The Board of Directors is required to make the distribution of the entry amount individually, establish the amount of profit sharing of the our Directors and Employees, as well as that of any contract to be entered into by us and any Director that envisions payment of amounts for indemnity due to the Director's voluntary or involuntary severance, change in control or any other similar event.

b. Composition of Remuneration:

i. Description of remuneration elements and objective of each of them

The remuneration paid to the Board of Directors consists only of a monthly fixed remuneration, which is based on market practices and its objective is to recognize the value of Board members internally and externally.

The remuneration of the Fiscal Council, when installed, consists only of the fixed remuneration, which is calculated based on the average remuneration of the Statutory Directors. The amount complies with the legal limit of a minimum of 10% of the average remuneration of our Statutory Directors.

In addition to the remuneration described above, the members of the Board of Directors, as provided in the Internal Regulations of our Board of Directors and our Fiscal Council, all the necessary traveling and living expenses for the performance of their duties are also reimbursed.

The total remuneration of the Statutory Directors consists of three elements:

- **Fixed Remuneration:** its objective is to recognize and reflect the value of the charge internally and externally, as well as the executive's individual performance, experience, training and knowledge;

- **Variable Remuneration:** award achievement and surpassing of ours and individual goals, in line with the budget, strategic planning and the market;

- **Stock Options Plan:** reinforce retention of key executives and align their interests with those of our shareholders, in the value creation for the businesses in a sustainable and long term way.

ii. Proportion of each element in the total remuneration (a)

	Board of Directors	Statutory Directors	Fiscal Council
Fixed Remuneration (b)	100%	52%	N/A
Variable Remuneration (c)	N/A	46%	N/A
Stock Based Remuneration (d)	N/A	0.00%	N/A
Direct and Indirect Benefits	N/A	2.00%	N/A
Total	100%	100%	100%

Notes:

(a) Considering 2012 annual amounts;

(b) Fixed remuneration, including social charges;

(c) Variable remuneration is conditioned on the Management reaching certain profitability parameters so that they may be paid to Statutory Directors;

(d) Stock based Remuneration – Statutory Directors, as well as our employees, are eligible for the Stock Option Plan. Calculations presented are based on the difference between the market value of shares and the price of options held by each Statutory Director.

iii. Calculation and Readjustment Methodology of each of the remuneration elements

Remuneration levels are based on the market policy, obtained annually from salary surveys conducted by specialized consulting companies, from which specific panels of other companies are selected, and that reflect a combination of the following characteristics:

- Similar size to our units, in terms of revenues;
- Business sector;
- Consistent and similar remuneration philosophies;
- Our Remuneration Policy.

The fixed remuneration or fixed fees are based on the market median, and are readjusted annually according to market, individual performance and other factors, such as the executive's potential, specific skills, work experience and retention risk.

The benefits offered by us follow market practices. The following benefits are conferred on directors:

- Health plan;
- Life insurance;
- Mobile telephone.

The Variable Remuneration is based on the profit-sharing concept, in which a target reward goal is defined and associated with our weighted financial performance goals and individuals. To that end, metrics are used based on the EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization, and NOPAT (Net Operating Profit after Taxes), among others.

Financial goals are based on the budget approved by the Board of Directors. At the end of the fiscal year, the achievement of goals is evaluated and the resulting reward is calculated.

Any earnings resulting from the "Stock Option Plan" are subject to our valuation, measured through quotation of our shares in the stock market, based on the option exercise price (stock purchase).

iv. Reasons that justify the composition of remuneration

The desired positioning of competitiveness of the total remuneration will be described in our Remuneration Policy. The objectives of this composition are:

- Competitiveness with market practice that allows attracting and retaining professionals with the required qualifications;
- Associate a remuneration installment to our results;
- Generate a balance among the different remuneration installments that would provide an incentive to look for short, medium and long-term results, within moderate risk levels;
- Balance the variable short and long-term remuneration, aiming at the generation of sustainable annual results that result in the creation of value for shareholders.

c. Main performance indicators that are taken into consideration in determining each remuneration element

The set of remuneration elements seeks to recognize the results obtained by us and individual performances at competitive market levels. The fixed remuneration is based on the market median obtained through salary surveys conducted by specialized consulting services, and on individual performance.

The variable remuneration of the Statutory Directors is based on business goals and strategies, aiming the creation of long term and sustainable value to us.

The main financial indicators used in the variable annual remuneration are based on the EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization, and NOPAT (Net Operating Profit after Taxes) among others.

In the variable long-term remuneration the metrics are our market value, according to the quotation of our shares in the stock market.

d. How remuneration is structured to reflect evolution of performance indicators

One of the base salary adjustment parameters is the market, reported through surveys and comparison groups.

The Variable Remuneration is based on the concept of profit sharing in which a target reward goal is defined and associated with weighted goals of our financial performance and individual performances. Financial goals are based on budget approved by the Board of Directors. Therefore, reaching goals automatically generates the necessary resources for rewarding, adopting the self-financing plan.

The “Stock Option Grant Plan” consists of granting our stock purchase rights, in compliance with price and term rules. Therefore, executives’ earnings with the plan depend directly on the valuation of our shares after granting of options, and during the grace period.

e. How the remuneration policy or practice is in line with the Company’s short, medium and long-term interests

Our remuneration strategy is based on market practices, which allows attraction, retention and motivation of qualified professionals for implementing and putting into operation the business strategies approved by the shareholders. The mechanics of the annual variable remuneration plans links rewards to our short, medium and long term financial growth metrics, considering different metrics and variable remuneration for each time period. Short term metrics are linked to operational and individual performance. Long term metric are actually based on the stock option concept, therefore, they are directly linked to our market value growth, i.e., the valuation of our shares on the long term.

f. Existence of remuneration supported by subsidiaries, controlled companies or direct or indirect controlling entities

The members of the Board of Directors, Fiscal Council and Statutory Directors do not receive remuneration supported by subsidiary or controlled companies.

g. Existence of any remuneration or benefit linked to the occurrence of a certain corporate event, such as alienation of the Company's corporate control

The new options in the scope of the first and second programs of share purchase ("New Option"), as approved by our Board of Directors on April 30, 2009 and assigned specifically for the Administration, establishes that shares subject to the New Option that are not yet subject to subscription/acquisition by the beneficiary shall immediately be subject to subscription/acquisition in the event of obligation of implementation of public offer for acquisition of shares issued by us as stated in Articles 40, 41, 45, 47, 48 and 49 of our Bylaws, or also in the event of any shareholder reaching a participation higher than 50% (fifty percent) of the outstanding shares issued by us.

13.2 – Total remuneration of the Board of Directors, Statutory Directors and Fiscal Council

Total Remuneration of Fiscal Year on 12/31/2010 – Annual Amounts

	Board of Directors	Statutory Directors	Fiscal Council	Total
No. of members	7	4	2	13
Fixed Annual Remuneration*				
Salary or Wages for Work	553,600	2,095,200	112,140	2,760,940
Participations in Committees	0	0	0	0
Direct and Indirect Benefits	0	86,328	0	86,328
Others	138,400	523,800	13,860	676,060
Description of Other Fixed Remuneration	INSS	INSS	INSS	
Variable Remuneration				
Bonus	0	0	0	0
Participation in meetings	0	0	0	0
Variable Remuneration	0	0	-	0

Comissions	0	0	0	0
Other	0	0	0	0
Description of other variable remuneration				
After Employment	0	0	-	0
Job Cessation benefits	0	0	-	0
Share Based Remuneration	0	567,303	-	567,303
Observations	Board of Directors of 7 members in 2010 fiscal year. (7x12)/12=7	Statutory Directors composed by 4 members in 2010 fiscal year. (4x12)/12=4	Fiscal Council composed by 3 members installed from may, 2010. ((0x4)+(3x8))/12=2	
Total Remuneration	692,000	3,272,631	126,000	4,090,631

* Includes social charges

Total Remuneration of Fiscal Year on 12/31/2011 – Annual Amounts

	Board of Directors	Statutory Directors	Fiscal Council	Total
No. of members	7	3,25	3	13,25
Fixed Annual Remuneration*				
Salary or Wages for Work	1,129,600	2,327,048	231,756	3,688,404
Participations in Committees	0	0	0	0
Direct and Indirect Benefits	0	79,728	0	79,728
Others	282,400	581,762	28,644	892,806
Description of Other Fixed Remuneration	INSS	INSS	INSS	
Variable				

Remuneration				
Bonus	0	189,946	0	189,946
Participation in meetings	0	0	0	0
Variable Remuneration	0	0	-	0
Comissions	0	0	0	0
Other	0	47,486	0	47,486
Description of other variable remuneration				
After Employment	0	0	-	0
Job Cessation benefits	0	0	-	0
Share Based Remuneration	0	0	-	0
Observations	Board of Directors of 7 members in 2010 fiscal year. (7x12)/12=7	Statutory Directors composed by 4 members from January to march and 3 members from april do december. ((4x3)+(3x9))/12=3,25	Fiscal Council composed by 3 members in 2011 fiscal year. (3x12)/12=3	
Total Remuneration	1,412,000	3,225,970	260,400	4,898,370

** Includes social charges*

Total Remuneration of Fiscal Year on 12/31/2012 – Annual Amounts

	Board of Directors	Statutory Directors	Fiscal Council	Total
No. of members	8,33	3,33	3,00	14,66
Fixed Annual Remuneration*				

Salary of Wages for Work	1,620,000	3,491,767	174,480	5,286,247
Participations in Committees	0	0	0	0
Direct and Indirect Benefits	0	188,039	0	188,039
Others	81,000	184,131	8,724	273,885
Description of Other Fixed Remuneration	INSS	INSS	INSS	
Variable Remuneration				
Bonus	0	233,119	0	233,119
Participation in meetings	0	0	0	0
Variable Remuneration	0	0	-	0
Comissions	0	0	0	0
Other	0	46,623	0	46,623
Description of other variable remuneration		INSS		
After Employment	0	0	-	0
Job Cessation benefits	0	0	-	0
Share Based Remuneration	0	0	0	0
Observation	The number of members	The number of members	The number of members	

s	was calculated considering the annual average calculated monthly, in accordance with Ofício-Circular/CVM/SEP/N01/2013	was calculated considering the annual average calculated monthly in accordance with Ofício-Circular/CVM/SEP/N01/2013	was calculated considering the annual average calculated monthly in accordance with Ofício-Circular/CVM/SEP/N01/2013	
Total Remuneration	1,701,000	4,143,682	183,204	6,027,916

Total Remuneration of Fiscal Year on 12/31/2013 – Estimated Amounts

	Board of Directors	Statutory Directors	Fiscal Council	Total
No. of members	9	6	0	15
Fixed Annual Remuneration*				
Salary or Wages for Work	1,620,000	5,216,321	0	6,836,321
Participations in Committees	0	0	0	0
Direct and Indirect Benefits	0	195,607	0	195,607
Others	81,000	286,898	0	367,898
Description of Other Fixed Remuneration	INSS	INSS		
Variable Remuneration				
Bonus	0	4,612,520	0	4,612,520
Participation in meetings	0	0	0	0
Variable Remuneration	0	0	-	0

Comissions	0	0	0	0
Other	0	230,626	0	230,626
Description of other variable remuneration		INSS		
After Employment	0	0	-	0
Job Cessation benefits	0	0	-	0
Share Based Remuneration	0	0	0	0
Observations	The number of members was calculated considering the annual average calculated monthly, in accordance with Oficio-Circular/CVM/SEP/N01/2013	The number of members was calculated considering the annual average calculated monthly in accordance with Oficio-Circular/CVM/SEP/N01/2013		
Total Remuneration	1,701,000	10,541,971	0	12,242,971

13.3. Variable Remuneration of the last 3 fiscal years and the Remuneration Provided for the Current Fiscal Year of the Board of Directors, Statutory Directors and Fiscal Council:

We make the payment of bonuses, using the name of variable remuneration that is presented in our Financial Statements as Management Compensation. The members of the Board of Directors and Fiscal Council do not receive variable remuneration.

Variable Remuneration Statement of the Statutory Directors:

	2010	2011	2012	2013
Number of members (a)	4	3,25	3,33	6
Minimum value provided in the remuneration plan	-	-	-	-
Maximum value provided in the remuneration plan	832,000	832,000	2,322,124	4,612,520
Value provided in the remuneration plan, if established goals are achieved	416,000	416,000	2,322,124	4,612,520
Value actually recognized in the profit or loss of the last 3 fiscal years	-	237,432	233,120	-

Notes:

(*) in accordance with the proposal contained in the document.

13.4. Remuneration plan based on shares of the Board of Directors and Statutory Directors, in effect in the last fiscal year and provided for the current fiscal year:

a. General Terms and Conditions

The “Stock Option Plan”, approved by the Extraordinary General Meeting of our shareholders on April 19, 2006 and revised by the addendum approved in the Extraordinary General Meeting of August 13, 2008, was created in conformity with our Bylaws. The general conditions of the “Stock Option Plan” are those contained in the consolidated plan, pursuant to the minutes of our Extraordinary General Meeting held on August 13, 2008. We clarify that the main points are specified on items 13.4 “b” to “n” below.

In accordance with the terms of the Stock Option Plan, our board members approved three stock option plans:

- First Program: 530,609 options at the price of R\$11.10 per share;
- Second Program: 391,356 options at the price of R\$28.32 per share;
- Third Program: 3707,000 options at the price of R\$35.00 per share.

On April 30, 2009, the Board of Directors approved the increase of options in the scope of the First and Second Programs in up to 477,00 new shares (“New Option”). The number of shares subject to the New Option will be calculated in accordance with the appreciation of shares over the IBOVESPA, in the period of 12.31.2008 to 12.31.2012. At the end of this period, will be calculated based on the appreciation percentage, the number of shares of the New Option that can be subscribed/acquired by the beneficiary, complying that: (i) if the appreciation of the shares during the period of 12.31.2008 to 12.31.2012 is lower than 70% (seventy percent) of the IBOVESPA appreciation in same period, the beneficiary nothing receives; (ii) if the shares appreciation percentage is equal or higher than 70% (seventy percent) and until 180% (one hundred percent) of the IBOVESPA appreciation in same period, will be ascribed to the beneficiary the quantity of shared subject to the New Option granted to each individual, multiplied by the shares appreciation percentage; and (iii) if the shares appreciation percentage is higher than 180% (one hundred percent), the quantity of shared subject to the New Option that the beneficiary can subscribe will be limited to 180% (one hundred percent) of the quantity granted to each individual. The exercise period of the New Option will be from January 1 to March 31, 2013. The acquisition price per share of the new option will be the same of the shares related to the First and Second Programs, as per the beneficiary allocation.

b. Main Objectives of the Plan

The main objectives of the Plan are as follows:

- stimulate our expansion and encourage meeting the established business goals by creating incentives for integration of our executives and high-level employees with our shareholders;
- make possible for us to obtain and maintain the services of our executives and high-level employees, offering them, as an additional benefit, the opportunity of becoming our shareholders, under terms, conditions and forms as provided in this Plan; and
- encourage our good performance and interests of our shareholders through a long term commitment by our management and employees.

c. How the plan contributes to these objectives

The “Stock Option Plan” consists of the granting of purchase rights of our shares, in compliance with pre-established rules of prices and terms. The option exercise price is determined by the Board of Directors, and there is a grace period of five for exercising the options.

The option may be exercised on the total or on a portion of the shares during the option exercise period. The option exercise period will be seven years, counted from the signature date of the option contract.

d. How is the plan inserted in the Company’s remuneration policy

The Plan is included in the Total Annual Remuneration of our Management.

e. How is the plan in line with the managers’ and Company’s interests on the short, medium and long term

Our remuneration strategy has as target the alignment of remuneration levels to the selected market.

f. Maximum number of covered shares

The stock options granted according to the Plan, including those already exercised or not, and deducting those cancelled due to severance situations, may confer rights on a number of shares that does not exceed 5% (five percent) of all the shares issued by us.

g. Maximum number of options to be granted

See item “f” above.

h. Stock acquisition conditions

Participants in the Plan are those professionals selected at the Board of Directors' sole discretion from among our managers, executives, employees and service providers and our controlled entities.

Except when determined other way by the Board of Directors, the beneficiary of the option that does not use at least 1/3 of the net amount of annual bonus or profit sharing received, will have the amount of shares related to the option reduced by the same number of shares that could have subscribed and/or acquired with the value corresponding to the difference between the bonus percentage and the effective subscribed and/or acquired value, unless, in the scope of the Stock Option Plan, has already exercised, until that day, the subscription and/or acquisition right of at least an identical number of shares with own resources (excluded those shares accounted for this same purpose in previous years), always with exception the bonus free availability by the option beneficiary.

i. Criteria for setting the acquisition or option exercise price

The basic price for the options exercise and payment of the subscription or acquisition of shares by the beneficiaries of the Plan is determined by the Board of Directors, for each Program, in compliance with legal parameters, on the option grant date. The strike price will be updated by the IGPM-FGV variation, plus 6% per year.

j. Criteria for setting the option exercise term

The option exercise term will be determined by the Board of Directors, on a case-by-case basis, in compliance with legal parameters, on the option grant date. Except when determined otherwise by the Board of Directors:

- the obtainment of the right to exercise the option will be given in fixed and annual portions during 5 (five) years, i.e., 20% (twenty per cent) by the end of the first year and after that 20% (twenty per cent) at each anniversary; and
- the beneficiary should exercise its option until 7 (seven) years counting from the option contract date.

k. Payment method

The price of shares will be paid by the purchase option holders under conditions determined by the Board of Directors, in compliance with the minimum payment set forth in Law No. 6,404/76, in the event that the Board of Directors authorizes partial payments of the stock price.

Each exercised option gives the beneficiary the right to subscribe one capital share of Lupatech S.A. We do not have any legal obligation, or not formalized, of repurchasing or settling the options in cash.

l. Restrictions to Share Transfer

Shares derived from exercising the purchase option cannot be transferred to third parties as long as they are not fully paid and before one year from exercising the option.

m. Criteria and events that, when verified, will cause suspension, change or termination of the plan

This Stock Option Plan may be extinct or changed at any time by the decision of a General Meeting of our shareholders, without affecting the granted options effectiveness that are still in place based on the Plan.

n. Effects of the manager leaving the Company's bodies on its rights provided in the remuneration plan based on shares.

No provision of the Plan will confer rights to the beneficiaries relative to the guarantee of remaining as our employee or our service provider or of our subsidiaries, or interfere in any way with our rights or of our subsidiaries, subject to legal conditions and to those of the work contract or the service supply contract, depending on the case, to rescind at any time the relationship with the participant.

In the contingency of the beneficiary leaving our Company:

- by its own and exclusive intention or our initiative, without just case, it will be automatically extinct and void, independently of previous notice or indemnity, all the options granted that have not been, in the occasion, options that can be exercised, having the beneficiary the right to exercise the options that can already be exercised, provided that in the unpostponable tenor of 30 (thirty) days and through payment in specie; and
- by our initiative, with just case, it will be automatically extinct and void, independently of previous notice or indemnity, all the options granted, including the ones that can already be exercised.

13.5. Number of shares of stock, interest shares directly or indirectly held in Brazil, and other securities convertible into stock or interest shares, issued by the Company, its direct or indirect controlling entities, controlled companies or companies under joint control, by members of the Board of Directors, the Statutory Directors or the Fiscal Council, grouped by body, on the closing date of the Company's last fiscal year:

In the table below, we see the amount of shares of the Company held by members of the Board of Directors, Statutory Board and Supervisory Board (which only began to be installed from 2010):

Number of shares	2012
Board of Directors	9.637.367
Statutory Directors	1.500
Fiscal Council	0
Total	9.638.867
<i>% of the total capital</i>	6,1%

Number of shares	2012
Board of Directors	9.637.367
Statutory Directors	1.500
Fiscal Council	0
Total	9.638.867
<i>% of the total capital</i>	6,1%

The members of the Board of Directors and Statutory Directors do not have quotas or shares or other securities convertible into shares or quotas issued by subsidiaries or companies under common control, with the exception of Mr. Nestor Perini, a member of the Board of Directors, which has an action / quota in the following subsidiaries of the Company: Aspro do Brasil, Jefferson Solenoidbras, Lupatech – Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda., Mipel Indústria e Comércio de Válculas Ltda. and Sinergas GNV do Brasil Ltda.

13.6. Remuneration based on shares recognized in the profit and loss of the last 3 fiscal years and the one anticipated for the current fiscal year of the Statutory Directors:

With respect to the remuneration provided for the fiscal year ending on 12.31.2013, the date of the Reference Form, the Company do not have any predictions to make new grants to its statutory directors through stock option.

2012 fiscal year:

	3rd Program		4th Program	
	Board of Directors ⁽¹⁾	Statutory Directors ⁽¹⁾	Board of Directors ⁽¹⁾	Statutory Directors ⁽¹⁾
Number of members	-	1	1	-
In relation to each grant of options to purchase shares				
Date of the Grant	-	16/01/2009	30/04/2009	-
Amount of the granted options	-	22.000	162.000	-
Deadline for options to become exercible	-	1º lot – 16/01/2009 2º lot – 16/01/2010 3º lot – 16/01/2011 4º lot – 16/01/2012 5º lot – 16/01/2013	01/01/2013	-
Deadline to exercise the options	-	1º lot – 16/01/2010 2º lot – 16/01/2011 3º lot – 16/01/2012 4º lot – 16/01/2013 5º lot – 16/01/2014	31/03/2013	-
Period of restriction on transfer of shares	-	1 year from the exercise of the option	1 year from the exercise of the option	-
AVG Balancing exercise				
Outstanding options at the beginning of the year	-	R\$47,80	R\$22,14	-
Lost option during the fiscal year	-	R\$48,33	-	-
Exercised options during the fiscal year	-	-	-	-
Expired options during the fiscal year	-	R\$48,33	R\$22,39	-
Fair value of the option on grant date	-	R\$6,97	R\$17,28	-
Potential dilution in case of exercise of all options granted ⁽²⁾	-	0,01%	0,09%	-

Notes:

5. Considers the number of member to which the remuneration granted was based in shares.
6. Considers the total amount of shares in 12/31/2012: 157,003,138 common shares.

2011 fiscal year:

	1st Program		3rd Program		4th Program	
	Board of Directors ⁽¹⁾	Statutory Directors ⁽¹⁾	Board of Directors ⁽¹⁾	Statutory Directors ⁽¹⁾	Board of Directors ⁽¹⁾	Statutory Directors ⁽¹⁾
Number of members	1	-	-	1	1	-
In relation to each grant of options to purchase shares						
Date of the Grant	20/07/2006	-	-	16/01/2009	30/04/2009	-

Amount of the granted options	54.680	-	-	22.000	162.000	-
Deadline for options to become exercible	1º lot – 20/07/2006 2º lot – 20/07/2007 3º lot – 20/07/2008 4º lot – 20/07/2009 5º lot – 20/07/2010	-	-	1º lot – 16/01/2009 2º lot – 16/01/2010 3º lot – 16/01/2011 4º lot – 16/01/2012 5º lot – 16/01/2013	01/01/2013	-
Deadline to exercise the options	1º lot – 20/07/2007 2º lot – 20/07/2008 3º lot – 20/07/2009 4º lot – 20/07/2010 5º lot – 20/07/2011	-	-	1º lot – 16/01/2010 2º lot – 16/01/2011 3º lot – 16/01/2012 4º lot – 16/01/2013 5º lot – 16/01/2014	31/03/2013	-
Period of restriction on transfer of shares	1 year from the exercise of the option	-	-	1 year from the exercise of the option	1 year from the exercise of the option	-
AVG Balancing exercise						
Outstanding options at the beginning of the year	R\$19,93	-	-	R\$43,02	R\$31,73	-
Lost option during the fiscal year	R\$22,14	-	-	R\$47,80	R\$22,14	-
Exercised options during the fiscal year	-	-	-	-	-	-
Expired options during the fiscal year	R\$22,14	-	-	R\$47,80	R\$22,14	-
Fair value of the option on grant date	R\$12,23	-	-	R\$5,30	R\$17,28	-
Potential dilution in case of exercise of all options granted⁽²⁾	0,053%	-	-	0,01%	0,09%	-

Notes:

1. Considers the number of member to which the remuneration granted was based in shares.
2. Considers the total amount of shares in 12/31/2010: 47,733,703 common shares.

2010 fiscal year

	1st Program		4th Program	
	Board of Directors ⁽¹⁾	Statutory Directors ⁽¹⁾	Board of Directors ⁽¹⁾	Statutory Directors ⁽¹⁾
Number of members	-	3	-	3
In relation to each grant of options to purchase shares				
Date of the Grant	-	20/07/2006	-	30/04/2009
Amount of the granted options	-	129.670	-	324.000
Deadline for options to become exercible	-	1º lot – 20/07/2006 2º lot – 20/07/2007 3º lot – 20/07/2008 4º lot – 20/07/2009 5º lot – 20/07/2010	-	01/01/2013

Deadline to exercise the options	-	1º lot – 20/07/2007 2º lot – 20/07/2008 3º lot – 20/07/2009 4º lot – 20/07/2010 5º lot – 20/07/2011	-	31/03/2013
Period of restriction on transfer of shares	-	1 year from the exercise of the option	-	1 year from the exercise of the option
AVG Balancing exercise				
Outstanding options at the beginning of the year	-	R\$ 16,21	-	-
Lost option during the fiscal year	-	-	-	-
Exercised options during the fiscal year	-	R\$ 19,93	-	-
Expired options during the fiscal year	-	-	-	-
Fair value of the option on grant date	-	R\$ 11,96	-	R\$17,28
Potential dilution in case of exercise of all options granted⁽²⁾	-	0,053%	-	0,094%

Notes:

1. Considers the number of member to which the remuneration granted was based in shares.
2. Considers the total amount of shares in 12/31/2010: 47.668.005 common shares.

13.7. Information about the outstanding stock options owned by the Board of Directors and Statutory Directors

On December 31, 2012 there were 184,000 outstanding options related to the Statutory Directors and Board of Directors.

	3rd Program		4th Program	
	Board of Directors	Statutory Directors	Board of Directors	Statutory Directors
Number of members	-	1	1	-
Options not yet exercisable				
Quantity	-	-	162.000	-
Date in which they shall become exercisable	-	-	01/01/2013	-
Deadline to exercise the options	-	-	31/03/2013	-
Deadline of the restriction to transfer the shares	-	-	1 year from the exercise of the option	-
Average price of the exercise	-	-	R\$22,14	-
Fair value of the option on the last day of the fiscal year	-	-	R\$17,28	-
Exercible Options				
Quantity	-	22.000	-	-
Deadline to exercise the options	-	4º lot – 16/01/2013	-	-
Deadline of the restriction to transfer the shares	-	1 year from the exercise of the option	-	-
Weighted average acquisition price	-	R\$47,80	-	-
Fair value of the option on the last day of the fiscal year	-	4º lot – R\$6,97	-	-
Deadline of the restriction to transfer the shares	-	4º lot – R\$10,34	-	-

Of the total outstanding options, 184,000 options can be exercised in 2013.

13.8. Exercised and Granted options

Related to Exercised Options:

	2010		2011		2012	
	Board of Directors	Statutory Directors	Board of Directors	Statutory Directors	Board of Directors	Statutory Directors
Number of members that exercised	2	-	-	-	-	-
Number of shares	18.435	-	-	-	-	-
Weighted average acquisition price	16,89	-	-	-	-	-
Value of the difference between the acquisition value and the market value of the acquired shares (a)	44.060	-	-	-	-	-

Note: (a) – Values are in Brazilian Reais.

Related to Granted Options:

	2010		2011		2012	
	Board of Directors	Statutory Directors	Board of Directors	Statutory Directors	Board of Directors	Statutory Directors
Number of members that exercised	2	-	-	-	-	-
Number of shares	18.435	-	-	-	-	-
Weighted average acquisition price	16,89	-	-	-	-	-
Value of the difference between the acquisition value and the market value of the acquired shares (a)	44.060	-	-	-	-	-

Note: (a) – Values are in Brazilian Reais.

13.9. Required information for understanding data disclosed in Items 13.6 to 13.8 – Method for Estimating the Value of Stock and Options

The method for estimating the value of stock and options was defined by the Board of Directors on April 20, 2006 in a Board of Directors Meeting (“RCA”).

The price of shares to be subscribed or acquired by the Beneficiaries derived from exercising the Option will be determined by the Board of Directors under the terms of each Program.

The Stock Option Program was created at the beginning of the year 2006, before our Company’s capital opening; therefore, there is no market price reference. The criteria used to assign the initial value of price of options was the annual budget of fiscal year 2006, multiplying the EBITDA indicator by 5 (five) and dividing it by the number of existing shares plus the options provided in the program, which resulted in an

acquisition price of shares relative to the first Program approved under the terms of “the Stock Purchase Option Grant Plan” of R\$11.10 (eleven Brazilian Reais and ten cents) per share.

For our new employees and consequently new Programs, there is a calculation basis of the acquisition price that is different from the one described above. From the time that we obtained open company registry and the start of trading our shares in BM&FBOVESPA, the acquisition price may never be less than 90% (ninety percent) of the average value of shares for the last 3 (three) trading sessions in BM&FBOVESPA, prior to the option grant date.

a) pricing model

The weighted average fair value of options granted is determined using the standard Black-Scholes valuation except Forth Program, whose assessment model Monte Carlo was due to be tied to market conditions.

The Black-Scholes model is an econometric model usually used for this type of asset valuation, which calculates the fair value of an option based on certain assumptions such as probability distribution of the underlying asset, the strike price of the option, the interest rate free risk, expected dividends for the underlying asset and the maturity of the option.

The Monte Carlo simulation is a popular alternative method that allows the incorporation of various sources of uncertainty. This method comprises performing some steps to (1) determine the processes of uncertainty inputs and generating from the sample distributions of the input variables, (2) performing mathematical operations on the inputs to generate outputs, (3) repeating the above steps n times, so as to obtain n outputs, and (4) through the results, calculate statistical data such as mean and standard deviation. The algorithm for calculating the Monte Carlo simulation is to calculate the option value at maturity for each trajectory to obtain the mean. The value of the option at the initial time is given by the present value of the average found.

b. data and assumptions used in the pricing model, including the weighted average share price, exercise price, expected volatility, option life, expected dividends and interest rate risk free

Calculation Date

In accordance with the Technical Pronunciation CPC – 10 – Payment Based in Shares, the options should be evaluated on their grant date (in this case, the date of approval of the corresponding Program).

Weighted average share price

The share price of the Company considered as a basis for calculating the value of their options is the market value basis for calculating the exercise price.

Exercise price

The exercise price is set in the programs approved by the Board of Directors and will be adjusted by the IGP-FGV, plus 6% per annum, calculated pro rata by days until the effective date of subscription and / or acquisition.

Expected volatility

Volatility is measured by the standard deviation of stock returns based on the history of daily prices of the Company since its IPO and weighting behavior with shares of companies in the same industry in the same period.

Maturity of the option

It is the duration from the date of grant.

Expected dividends

The rate of dividend distribution represents the ratio of the dividend per share paid in a given period and the share price at market determined on the date of pricing of the option.

Free interest rate risk

The risk-free rates were obtained from the Central Bank of Brazil and refer to the fees of the Special System of Clearance and Custody (Selic) in the respective grant dates.

	Programs			
	First	Second	Third	Forth
Weighted average price	21,40	33,35	23,42	27,56
Dividend yield	-	-	-	-
Expected life of the option	5 years	5 years	5 years	4 years
Annual interest rate without risk	Selic	Selic	Selic	Selic
Volatility	28,38%	36,05%	57,86%	57,86%

(*) As projected by the Central Bank of Brazil

c) method used and the assumptions made to incorporate the effects of expected early exercise

There is no provision in the contracts early exercise of the options.

d) method of determining the expected volatility

It is measured by the standard deviation of stock returns based on the history of daily prices of the Company since its IPO and weighting behavior with shares of companies in the same industry in the same period.

e) If any other feature is incorporated into the measurement of fair value
There was no other feature to measure fair value.

13.10. Information about pension plans granted to the members of the Board of Directors and Statutory Directors

We do not grant to the Board of Directors and Statutory Directors pension plans or retirement plans to assure complementary benefits to the official social pension system.

13.11. Maximum, minimum and average individual remuneration of the Board of Directors, Statutory Directors and Fiscal Council

	Board of Directors	Statutory Directors	Fiscal Council
Number of Members			
2010	7	4	2
2011	7	3,25	3
2012	8,33	3,33	3
Maximum Annual Individual Remuneration			
2008	72,000	1,084,000	-
2009	144,000	697,000	-
2010	840,000	840,000	72,000
2011	595,000 (1)	1,091,856	78,300
Minimum Annual Individual Remuneration			

2010	160,000	810,000	42,000
2011	340,000	1,091,856	86,800
2012	360,000	1,499,770	85,200
Average Annual Individual Remuneration			
2010	156,000	603,000	42,000
2011	190,000	120,000	86,800
2012	180,000	174,666	85,200

	Board of Directors
31/12/2012	The average annual remuneration was calculated by dividing total compensation by the number of members. The value of the lowest annual remuneration corresponds to perform the duties of a board member for 12 months. The value of the highest annual remuneration corresponds to perform the duties of a board member for 12 months.
31/12/2011	The average annual remuneration was calculated by dividing total compensation by the number of members. The value of the lowest annual remuneration was calculated excluding 6 members, which performed the duties for less than 12 months. The value of the highest annual remuneration corresponds to perform the duties of a board member for 12 months.
31/12/2010	The average annual remuneration was calculated by dividing total compensation by the number of members. The value of the lowest annual remuneration was calculated excluding 2 members, which performed the duties for less than 12 months. The value of the highest annual remuneration corresponds to perform the duties of a board member for 12 months.

	Statutory Directors
31/12/2012	The average annual remuneration was calculated by dividing total compensation by the number of members. The value of the lowest annual remuneration was calculated without excluding any members. The value of the highest annual remuneration corresponds to perform the duties of a board member for 12 months.
31/12/2011	The average annual remuneration was calculated by dividing total compensation by the number of members. Considering that all members performed the duties for less than 12 months, the lowest individual annual remuneration was calculated considering the remuneration effectively

	recognized in the fiscal year. The value of the highest annual remuneration corresponds to the performance of the duties for 7 months.
31/12/2010	The average annual remuneration was calculated by dividing total compensation by the number of members. The value of the lowest annual remuneration was calculated without excluding any members. The value of the highest annual remuneration corresponds to perform the duties of a board member for 12 months.

	Fiscal Council
31/12/2012	The average annual remuneration was calculated by dividing total compensation by the number of members. The value of the lowest annual remuneration was calculated without excluding any members. The value of the highest annual remuneration corresponds to the performance of the duties of a fiscal council.
31/12/2011	The average annual remuneration was calculated by dividing total compensation by the number of members. The value of the lowest annual remuneration was calculated without excluding any members. The value of the highest annual remuneration corresponds to the performance of the duties of a fiscal council.
31/12/2010	The average annual remuneration was calculated by dividing total compensation by the number of members. Considering that all members performed the duties for less than 12 months, the lowest individual annual remuneration was calculated considering the remuneration effectively recognized in the fiscal year. The value of the highest annual remuneration corresponds to the performance of the duties for 8 months.

13.12. Financial consequences over contractual arrangements, insurance policies and other instruments that structure remuneration or indemnity mechanisms for the management in the case of dismissal or retirement

In the event of retirement of the owner of share purchase options not yet exercised, the granted options, but not yet exercised, can be exercised for 180 days more counting the retirement date, or until the end of the exercise period, if lower than 180 days. During the remaining period of the option validity, this can be exercised, in totality or in part, by the retired beneficiary, to be paid in specie, until the beneficiary does not exercise remunerated activity for third parties.

An agreement was signed for an indefinite period between Lupatech and Officers establishing special compensation in the event of termination of the director labor contract without cause during and / or after the process of change of control of Lupatech.

For the Company's CEO the agreement provides special compensation in the event of termination of the contract by the initiative of the Company.

13.13. Percentage of total remuneration owned by management and members of the Fiscal Council that are related parties to the controlling shareholders

We do not have a controlling shareholder and, therefore, this item is not applicable to us.

13.14. Management and Fiscal Council remuneration, per body, received for any reason that not their job description

The members of our Board of Directors and Statutory Directors did not receive any remuneration other than related to their job description in our Company.

13.15. Management and Fiscal Council remuneration recognized in the result of controlling shareholders, direct and indirect, of affiliates and subsidiaries of the Company

The members of our Board of Directors, Statutory Directors and Fiscal Council, did not receive any remuneration from controlling shareholders, direct and indirect, from affiliates and from our subsidiaries.

13.16. Other relevant information

We understand that we have provided all the relevant and applicable information in previous items.

[The remaining of this page was left blank intentionally]

ATTACHMENT 23

POWER OF ATTORNEY REQUEST

8. Inform the company name

Lupatech S.A.

9. Inform the matters to which the power of attorney is being requested

At the Annual General Meeting

The shareholders were summoned to resolve on:

a) to examine, discuss and vote for the Management's accounts and the financial statements related to the fiscal year ended December 31, 2012; and,

to allocate the net income for the year.
At the Extraordinary General Meeting

The shareholders were summoned to resolve on:

a) the approval of the Company's management fixed annual global compensation for 2013.

Identify the individuals or companies which promoted, organized or bore the cost of, though partially, the power of attorney request, informing:

a. Name and address

Lupatech S.A. – Rua Dalton Lahm dos Reis, 201, Distrito Industrial, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, CEP 95112-090.

b. Since when is a company shareholder

Not applicable.

c. Number and percentage of each type and class of shares held

Not applicable.

d. Number of shares taken in loan

Not applicable.

e. Overall exposure to derivatives referred to company shares

Not applicable.

f. Corporate, business or family relations, existing or maintained in the past three years with the company or company related parties, as defined by the accounting rules providing for this matter

Not applicable.

10. Inform if any of the persons referred to in item 3, as well as any of their controlling shareholders, subsidiaries, shared control or affiliated companies, have any special interest in the approval of the matters to which the power of attorney is being requested for, describing in detail the nature and extension of the interest in question

The Company itself is interested in the approval of the matters.

11. Inform the estimated cost of the power of attorney request

R\$1,950.00 (one thousand, nine hundred and fifty Brazilian reais) monthly payments for the Assembleias Online system availability.

12. Inform if (a) the company bore the cost of the power of attorney request or (b) if its executors will seek refund with the company

The Company funded the public request of power of attorney, which makes available to its shareholders through the Assembleias Online system.

13. Inform:

a. The address to which the power of attorney must be sent after signed; or

Not applicable.

b. In case the company accepts powers of attorney through a global network computing system, the instructions related to the granting of the power of attorney

To vote over the Internet via the Assembleias Online system, shareholders must register at www.assembleiasonline.com.br and obtain, at no charge, their digital certificate by following the steps below:

Step 1 – Registration

- a) Go to www.assembleiasonline.com.br, click on “Registration and Certificate” and select the appropriate shareholder profile; e.g. “I do not have a digital certificate”, Individual – resident or “I already have a digital certificate”, Individual – resident.
- b) Complete the registration form, click on submit and confirm the information, which will take you to the Instrument of Compliance and in case you represent an institution, you will have access to the Appointment of Proxy.*

*If you already have a digital certificate, you only need to complete the registration form and digitally sign the Instrument of Compliance in order to be eligible to vote at shareholder meetings.

- c) To validate your registration, the Compliance and/or Power of Attorney instruments must be printed, initialed on each page and signed, with the signature duly authenticated. The shareholder will receive by e-mail the documents required to validate the registration.

Step 2 – Validation of the registration and receipt of the digital certificate

- a) The shareholder will receive an e-mail from the Assembleias Online portal with the documents required to validate the registration, which includes the instrument of compliance. The only cost shareholders will incur is the one-time expense of delivering the documents.
- b) Once your documentation is validated by the team at the Assembleias Online, the shareholder will receive an e-mail containing the procedures for issuing the Assembleias Online Digital Certificate.
- c) Once the certificate is issued, shareholders are ready to vote at shareholder meetings.

Step 3 – Voting at the meeting via the platform

To exercise your voting right through an electronic power of attorney, go to www.assembleiasonline.com.br, log in and select the meeting of Lupatech S.A. Vote and digitally sign the power of attorney. The deadline for voting by electronic proxy will be up to April 26, 2013. Shareholders will receive the proof of voting by email.